

SÉRIE

78

História

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: Diálogos entre Brasil e Portugal

ORGANIZADORES

**Charles Monteiro
Klaus Hilbert
Paula Godinho**





Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Conselho Editorial da Série História

(Editor) Leandro Pereira Gonçalves,
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Brasil

Antônio Costa Pinto,
Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Lisboa, Portugal

Jorge Ferreira,
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Maria Helena Capelato,
Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Izilda Santos de Matos,
Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Brasil

Jens Hentschke,
Newcastle University,
Reino Unido

Helder V. Gordim da Silveira,
Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Rui Cunha Martins,
Instituto de História e Teoria das Ideias/
Universidade de Coimbra, Portugal

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Evilázio Teixeira

Vice-Reitor

Jaderson Costa da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Carla Denise Bonan

Editor-Chefe

Luciano Aronne de Abreu

Beatriz Correa P. Dornelles
Carlos Alexandre Sanchez Ferreira
Carlos Eduardo Lobo e Silva
Eleani Maria da Costa
Leandro Pereira Gonçalves
Newton Luiz Terra
Sérgio Luiz Lessa de Gusmão

SÉRIE

78

História

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: Diálogos entre Brasil e Portugal

ORGANIZADORES
**Charles Monteiro
Klaus Hilbert
Paula Godinho**



edipucrs

PORTO ALEGRE
2017

© EDIPUCRS 2017

CAPA Thiara Speth

DIAGRAMAÇÃO Camila Borges

REVISÃO DE TEXTO Gaia – Revisão Textual

IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica Epecê

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



Publicação apoiada pela Capes.
Esta obra não pode ser comercializada
e seu acesso é gratuito.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M533 Memória e patrimônio : diálogos entre Brasil e Portugal /
organizadores Charles Monteiro, Klaus Hilbert, Paula
Godinho. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2017.
193 p. (Série História ; v. 78)

ISBN 978-85-397-1032-4

1. Historiografia. 2. Memória coletiva. 3. História – Aspectos
sociológicos. 4. Evolução social. I. Monteiro, Charles. II. Hilbert,
Klaus. III. Godinho, Paula. IV. Série.

CDD 23 ed. 302.23

Lucas Martins Kern CRB 10/2288

Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do *Código Penal*), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 7

OS ORGANIZADORES

ARS MEMORATIVA: LUGARES NA MEMÓRIA E A
MEMÓRIA DOS LUGARES | 17

KLAUS HILBERT

DOCUMENTO, MEMÓRIA E ARQUIVO NA ARTE
CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE
A OBRA *IMEMORIAL* DE ROSÂNGELA RENNO | 33

CHARLES MONTEIRO

GEOGRAFIAS DA RESISTÊNCIA: A CIDADE E A MEMÓRIA | 49

MARIA ALICE SAMARA

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA REVOLUÇÃO
PORTUGUESA A PARTIR DE UMA OPERAÇÃO SAAL | 65

JOÃO BAÍA

A GUERRA COLONIAL ENTRE A MEMÓRIA
E O ESQUECIMENTO | 81

MIGUEL CARDINA

**ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO:
REFLEXÕES SOBRE O ENSINO E A PESQUISA | 93**

**MARIA LETICIA MAZZUCCHI FERREIRA
FRANCISCA FERREIRA MICHELON**

**TOPOGRAFIAS DA MEMÓRIA: RE-SIGNIFICAÇÕES DO
PASSADO NA FRONTEIRA ENTRE O NORTE DE PORTUGAL
E A GALIZA | 113**

PAULA GODINHO

CIDADE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: PASSO FUNDO/RS | 129

EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK

**A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO:
O CASO DA ENFERMARIA MILITAR DA CIDADE
DE JAGUARÃO/RS | 145**

ALEXANDRE DOS SANTOS VILLAS BÔAS

**MEMÓRIA OPERÁRIA, RECONFIGURAÇÕES
PRODUTIVAS E NOVOS USOS DO PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL NO VALE DO AVE | 171**

MARIANA REI

SOBRE OS AUTORES | 191

APRESENTAÇÃO

O presente livro é fruto de intercâmbio acadêmico entre pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), que ganhou uma dimensão internacional a partir da participação do Grupo de Pesquisa Memória e Patrimônio da Universidade Nova de Lisboa. Como fruto desse intercâmbio, foi realizado na PUCRS o *I Colóquio Usos da memória e práticas do patrimônio* nos dias 26 e 27 de outubro de 2015. Naquela oportunidade, os debates contaram com a participação de pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior (IESs) brasileiras na composição das mesas-redondas e nas apresentações de trabalhos, promovendo o diálogo sobre os temas da memória e do patrimônio em uma dimensão interdisciplinar entre História, Antropologia, Arqueologia e Museologia.

Os estudos sobre a memória e o patrimônio interessam diferentes áreas de pesquisa, como história, antropologia, arqueologia, sociologia, mas não estão restritos apenas às ciências humanas. De forma geral, pesquisadores que empreendem investigações relativas à memória encontram, inicialmente, em Bergson (1990) e Halbwachs (2006) referências fundamentais e incontornáveis para a pesquisa sobre o tema. Em *Matéria e memória: ensaio da relação do corpo com o espírito*, Bergson (1990) procurou superar o debate entre materialistas e idealistas, visando compreender o papel do corpo, do espírito e da duração nos processos de ação, percepção e rememoração ligados à memória. Ele dividia a memória em motora (de ação ou de trabalho), relacionada às atividades banais do dia a dia, e

pura, ligada ao plano do sonho e do espírito. Ele nos fala que através dos movimentos do corpo, pela ação e percepção no presente, atualizamos as imagens que evocamos de uma ação no passado. A memória não é estática, ela atualiza e conecta as diferentes imagens e tempos a partir de lembranças similares ou contíguas devido ao trabalho combinado do corpo e do espírito. Porém, Bergson (1990) situa a sua reflexão no campo do indivíduo, e não da sociedade como um todo.

Halbwachs (2006, p. 30) afirma que “jamais estamos sós” e abre caminho para pensarmos a memória em uma dimensão coletiva, pois nossas lembranças, para esse autor, nunca são individuais, “ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. Esse autor destaca a importância dos grupos sociais para a memória dos indivíduos. De acordo com suas proposições, para que nossas lembranças consigam esclarecer e reconstituir uma imagem de um acontecimento passado, precisamos de noções difundidas nos grupos dos quais fazemos parte durante nossa vida: “é preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 39). Assim, o grupo fornece condições para uma recordação, pois ao mesmo tempo que passamos formulações, interpretações e características próprias sobre determinada lembrança para outros integrantes, estes também passam para nós sua visão sobre o mesmo acontecimento rememorado. Recordamos do ponto de vista do grupo, mesmo que seus membros não estejam materialmente presentes, por isso “se pode falar em memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 41).

Por grupo podemos entender a família, o primeiro do qual fazemos parte, a escola, os colegas de trabalho e de profissão, associações de moradores, entre tantos outros exemplos que poderiam ser mencionados. Esses diferentes grupos que interferem na vida dos sujeitos mantêm relações entre si, determinam os “quadros sociais da memória” que evocamos em função das vicissitudes do presente, mas “quanto mais os grupos que se tocam se distanciam ou quanto mais numerosos são eles, mais a influência de cada um é enfraquecida” (HALBWACHS, 2006, p. 56). Grupos mais coesos, que

compartilham sociabilidades com maior frequência e intensidade, tendem a interferir de forma mais eficaz nas lembranças dos sujeitos. Nesse sentido, Halbwachs (2006) também tece considerações sobre o que chamou de “memória da nação”, que compreende acontecimentos, personalidades e lugares que não conhecemos pessoalmente, mas que entramos em contato por recursos como livros, jornais, testemunhos, entre outros. Esses elementos auxiliam na inserção dos indivíduos em um passado coletivo, acessado por meio de uma “bagagem de lembranças históricas”, uma “memória tomada de empréstimo” (HALBWACHS, 2006, p. 72). Dessa forma, ele define uma diferença entre memória coletiva e história.

Segundo esse autor, “A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas” (HALBWACHS, 2006, p. 74). Ele ainda distingue a “história vivida”, aquela que nossa memória se apoia, da “história apreendida”. Enquanto uma é dinâmica, viva, em constante transformação, a outra está associada à imobilidade de um cadáver que clama pelo sepultamento. Essa oposição entre história e memória caracterizada pelo autor influenciou profundamente estudos sobre o tema ao longo do século XX, marcando presença nas reflexões sobre o patrimônio em outra referência importante para os pesquisadores dessas áreas. Nora (1997), em *Les Lieux de mémoire*, retoma essa distinção, que aborda questões relativas às comemorações, à memória, ao patrimônio e ao imaginário da França.

Nora (1993, p. 7) afirma que “Há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Com tal afirmativa, o autor indica que a aceleração da experiência social, especialmente a partir do século XX, esfacelou a “memória verdadeira, social” de diferentes grupos ao redor do mundo. O ímpeto de uma história crítica das tradições arrancou a memória de sua dinâmica, de sua vida nos grupos. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações” (NORA, 1993, p. 13) para estender filiações ao passado, pois organicamente os grupos sociais não mais conseguem fazer isso. A busca pela preservação patrimonial nas

sociedades contemporâneas resultaria, partindo dessa perspectiva, da necessidade de se criar lugares para cristalizar memórias que se perdem pela rapidez, a aceleração das transformações que marcam nossa sociedade.

Catroga (2001, p. 40), porém, observa que só uma concepção “cientificista” pode conceber uma separação tão radical entre história como operação intelectual exata e crítica e memória como movimento dinâmico e vivo nos grupos sociais. Algumas das características pontuadas como típicas da memória (seleção, presentismo, finalismo, representação, verossimilhança e inclusive afetividade, pois não existe uma cisão radical entre sujeito/pesquisador e objeto de estudo) estão presentes no trabalho do historiador. Candau (2005, p. 75-76) indica que a história pode ser “arbitrária, plural, falível, caprichosa, interpretativa dos factos”, ela pode “recompor o passado a partir de ‘partes escolhidas’, tornar-se um risco, ser objeto de combates e servir”. Mesmo levando em consideração essas aproximações, tanto Candau (2005) como Catroga (2001) não reduzem essas duas operações a uma mesma atividade.

É necessário detalhar suas distinções para perceber a confusão que ocorre no uso desses dois termos. Candau (2005) menciona a “ditadura dos fatos”, a qual os historiadores devem respeitar, observando certas datas e acontecimentos para não cair em um revisionismo constante. Segundo Certeau (2011), a operação historiográfica é composta por um lugar profissional, uma instituição de saber que orienta e define os caminhos a serem percorridos e legitima o conhecimento produzido; um fazer, uma prática de pesquisa que está associada ao local de produção; e uma escrita, uma narrativa que obedece a certos critérios e envolve uma “linguagem referencial”, um saber dos outros, que exige um conhecimento prévio de outras produções e pesquisadores da área.

Apesar de a memória ser com frequência trabalhada, enquadrada (POLLAK, 1992), disputada, classificada como “forte” ou “fraca” (CANDAU, 2005; TRAVERSO, 2012), cristalizada em lugares, ela preserva centelhas que podem despertar em situações inusitadas, tal como o gosto de uma *madeleine* (PROUST, 2010). Essas centelhas podem invadir nosso presente

de forma desenfreada por meio de “fissuras” que emergem em nossa “consciência prática” (BERGSON, 1990, p.75). Não obstante, memória e história são constantemente confundidas.

Muitas questões envolvendo memória nas sociedades estão relacionadas à maneira como certos grupos tratam (e disputam) o passado, confundindo frequentemente a memória com o patrimônio, com a tradição e com a história. “Fala-se assim da memória de um país para evocar aquilo que é de facto a sua história” (CANDAU, 2005, p. 80). Ocorre que muitas vezes a história acaba se tornando um objeto da memória, funcionando como um “sociotransmissor” (CANDAU, 2005, p.95), estabelecendo conexões entre determinados quadros sociais (como a família) com quadros mais amplos (a cidade, a nação), levando alguns indivíduos a afirmar que se lembram da história de seu município, de seu país (lembram-se de uma história apreendida, ou mesmo midiaticizada, transformada em filmes, pinturas, romances). Muitos grupos utilizam, ou mesclam, acontecimentos históricos com seu quadro social, justificando ou legitimando sua posição, estabelecendo uma memória forte. A história pode orientar os quadros sociais de memória, sendo utilizada, muitas vezes, dessa forma.

Nesse sentido, adentramos o conceito de “metamemória”, que é “a representação que cada indivíduo cria da sua própria memória”. Em sua forma coletiva, “é a reivindicação partilhada” de uma representação memorial (CANDAU, 2005, p. 99). Esses discursos memoriais procuram estabelecer bases para assentar as memórias individuais, fornecendo e solidificando uma “crença em raízes e num destino comuns, como o conseguem maravilhosamente o discurso patrimonial ou as ideologias comunitaristas” (CANDAU, 2005, p. 100). Dentro dessa perspectiva, é possível compreender a definição de patrimônio proposta por Prats (1998, p. 63): “el patrimonio cultural es una invención y una construcción social”. Enquanto invenção, está ligado ao processo de criação e naturalização de discursos na sociedade, envolvendo a capacidade e o poder de certos grupos para tanto; enquanto construção pode ser associado ao processo de legitimação, assimilação, partilha e reivindicação desse patrimônio pela sociedade.

Para Prats (1998, p. 64), o patrimônio cultural consiste na legitimação de referentes simbólicos associados a determinadas ideias e valores. A questão da atribuição de valor é fundamental para pensar e pesquisar o patrimônio, pois, segundo Riegl (2013, p. 15), “o sentido e a importância dos monumentos não cabem às próprias obras em virtude da sua determinação originária, mas somos nós, modernos, quem lhes atribui”. Riegl (2013, p. 9) entende que os monumentos são construídos com o objetivo de “conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares (ou conjunto de tais feitos e destinos)”. Partindo dessa concepção, o autor indaga sobre a constituição dos valores atribuídos aos monumentos e se eles são acionados a partir de uma memória considerada “intencional” (monumento criado para lembrar, investir uma memória de grupos sobre acontecimentos a determinado objeto) ou “não intencional” (monumento que não foi criado para ser um monumento, para lembrar algo, mas que foi patrimonializado) (RIEGL, 2013). Essa reflexão possibilita ao pesquisador pensar a relação do patrimônio com o tempo.

Choay (2006, p. 137) considera o advento da industrialização como o impulso para a consagração do monumento histórico durante o século XIX. Para Prats (1998, p. 64), o romantismo na Europa produz os critérios fundamentais da legitimação do patrimônio cultural (a natureza, a história e a genialidade). Na França, em meio à perda de edificações, de obras de arte e transformações urbanas que reconfiguravam as cidades, emergem discussões sobre a preservação do passado. “Confrontados com a industrialização, os franceses se interessam essencialmente pelo valor nacional e histórico dos edifícios antigos e tendem a promover uma concepção museológica deles” (CHOAY, 2006, p. 138). Mas esse “culto aos monumentos” convivia com uma espécie de “culto da modernidade”, do progresso, do futuro. Já na Inglaterra, os monumentos históricos eram considerados parte integrante das cidades: “são necessários à vida do presente; não são nem ornamento aleatório, nem arcaísmo, nem meros portadores de saber e de prazer, mas parte do cotidiano” (CHOAY, 2006, p. 139).

Na França, uma memória intencional que busca preservar edificações consideradas históricas pelas elites letradas empenhadas em assentar a história da pátria em raízes longínquas; a Inglaterra entende os monumentos, especialmente aqueles mais antigos (ruínas de castelos, abadias e palácios), como parte integrante da paisagem de um país, movimento que naturaliza, ou associa, o antigo à memória de uma comunidade. Estes são apenas exemplos de valores atribuídos em dois países, o que leva a perceber que esses princípios de “ativação patrimonial” (PRATS, 1998, p. 67) podem indicar diferentes formas de “engrenar” o passado, o presente e o futuro, revelando diferentes regimes de historicidades (HARTOG, 2013) que orientam a percepção e a experiência temporal dos grupos sociais.

Estas, entre outras questões, permearam os debates que ocorreram no colóquio de 2015. Na sequência, apresentamos uma breve reflexão a partir de autores que podem fornecer um arcabouço e uma introdução para a leitura dos trabalhos dos pesquisadores reunidos aqui.

O livro organiza os textos a partir dos dois eixos fundamentais que nortearam o projeto de intercâmbio acadêmico: *Usos da memória e Práticas do patrimônio*. A primeira parte, sobre os usos da memória, está composta de cinco textos. Klaus Hilbert escreve o texto “*Ars memorativa*: lugares na memória e a memória dos lugares”, que discute as diversas maneiras de criar, de preservar e de apagar memórias. Por outro lado, as coisas que estão guardadas em algum lugar físico ou o próprio lugar podem estimular e aumentar as memórias das pessoas, que as transformam em lembranças. Usam-se duas visões de cidades, a nossa em constante transformação e a outra, eterna e utópica, como metáfora para ilustrar a interação das duas formas de memorizar: a incorporada e a externada.

O texto “Documento, memória e arquivo na arte contemporânea: algumas reflexões sobre a obra *Imemorial* de Rosângela Rennó”, de Charles Monteiro, problematiza a memória, o esquecimento e a produção do conhecimento histórico através da obra *Imemorial* (1994) da artista-fotógrafa brasileira contemporânea Rosângela Rennó para pensar sobre

os usos da memória e as práticas do patrimônio. A obra problematiza a visibilidade social dos trabalhadores e a construção social de uma identidade moderna no Brasil e como o moderno pode se constituir através de formas de organização do trabalho e de dominação políticas arcaicas. A arte permite repensar a história e, sobretudo, desmontar as narrativas hegemônicas e problematizar os esquecimentos dos arquivos públicos.

Maria Alice Samara, em “Geografias da resistência: a cidade e a memória”, procura fazer um exercício que equacionasse as diferentes camadas históricas que se encontram num local. O ponto espacial de um mapeamento da geografia da resistência – e da memória enquanto forma de resistência – escolhido foi a rua Antônio Maria Cardoso e mais especificamente o edifício que albergou a sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), depois de novembro de 1969, conhecida como Direção Geral de Segurança (DGS).

No artigo “Movimentos sociais urbanos na revolução portuguesa a partir de uma operação SAAL”, João Baía procura, a partir do estudo das memórias dos moradores de um bairro, compreender as razões pelas quais esses moradores conseguiram organizar-se para mudar de forma substancial as condições habitacionais do seu bairro, tendo em conta o contexto histórico a nível local e nacional.

“A guerra colonial entre a memória e o esquecimento”, de Miguel Cardina, propõe-se a pensar sobre como depois de mais de 40 anos do fim das guerras entre o Estado português e os movimentos de libertação africanos o conflito permanece ainda hoje em Portugal como um palco de evocações fragmentadas e de amnésias persistentes.

A segunda parte aborda os usos do patrimônio e está composta por cinco textos. O primeiro denomina-se “Entre a memória e o patrimônio: reflexões sobre o ensino e a pesquisa”, de Maria Leticia Mazzucchi Ferreira e Francisca Ferreira Michelin, e procura pensar o contexto e as principais referências teóricas sobre o patrimônio e a memória que fundamentaram a criação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, no começo dos anos 2000, marcado pela

progressiva incorporação do patrimônio cultural imaterial às agendas públicas e aos processos de reivindicações memoriais.

“Topografias da memória: re-significações do passado na fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza”, de Paula Godinho, procura interrogar os processos de emblematização da fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza, num tempo em que esse limite entre países deixou de existir. Problematisa a fronteira como campo social, que serviu para salvar a vida e para governar a vida, sendo hoje usada de modos diferenciados.

Eduardo Roberto Jordão Knack, em “Cidade e patrimônio histórico: Passo Fundo-RS”, foca o estudo dos processos de patrimonialização que ocorreram em Passo Fundo entre o início de 1990 até o presente momento, observando questões como atribuição de valor aos bens patrimoniais, políticas públicas e temporalidade.

O artigo “A construção de um patrimônio: o caso da enfermaria militar da cidade de Jaguarão”, de Alexandre dos Santos Villas Bôas, discute o processo de construção de um patrimônio cultural tombado pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), denominado de Enfermaria Militar, localizado na cidade de Jaguarão, entre a divisa do Brasil com o Uruguai.

Mariana Rei, em “Memória operária, reconfigurações produtivas e novos usos do patrimônio industrial no Vale do Ave”, propõe-se a pensar sobre o processo de requalificação de antigas unidades industriais com significativo valor patrimonial e forte implantação na memória coletiva da região, que tem como princípio transformar anteriores marcos de desenvolvimento econômico em polos de inovação de referência, através da instalação de incubadoras de indústrias criativas.

Esperamos que o leitor aprecie a leitura e se sinta instigado a participar do debate a partir das propostas teórico-metodológicas e dos estudos de caso sobre memória e patrimônio no Brasil e em Portugal apresentados nesta obra.

Os organizadores.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio da relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

CANDAU, Jöel. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

MENESES, U. B. A história: cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992.

NORA, Pierre (Dir.). *Les Lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

_____. Entre memória e história A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad*, n. 7, Madrid, 1998.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. São Paulo: Editora Abril, 2010.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Orgs.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93-101.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

ARS MEMORATIVA: LUGARES NA MEMÓRIA E A MEMÓRIA DOS LUGARES

KLAUS HILBERT

O LUGAR DA MEMÓRIA

Na sabedoria popular, o corpo humano tem espaços que podem ser preenchidos com coisas materiais sólidas, com substâncias pastosas, líquidas e gasosas e com coisas imateriais. Esses espaços precisam ser esvaziados, com certa regularidade, para dar lugar a coisas novas. Todas essas ações, de preencher e de esvaziar, provocam sensações. O espaço aberto entre os braços procura o abraço, entre um pé e outro pé cabe um passo, que leva a outros; muitos passos atravessam os continentes e levam até a saltar na lua. No lugar apertado entre o dedo e o polegar, cabe uma pulga, um cabelo, um beliscão. A boca não só retém e expele comida, bebida e o ar que se expira e inspira, mas também as palavras do revoltado, do amante e do fofoqueiro. Os olhos se enchem de lágrimas. Dizem que o coração, bem como o peito, é o lugar para guardar as pessoas amadas, para congelar a vingança ou o ódio, esconder o medo. A barriga é o lugar onde alimentamos as emoções e onde guardamos as borboletas da ansiedade. O vazio em algum espaço no corpo traz desconforto e tristeza, mas também paz e tranquilidade. Precisa estar preenchido com algo, não importa o que for, para sentir-se vivo, ou precisa estar vazio ou aberto para sentir-se vivo. Na cabeça, há muitos lugares, também para as coisas que

chamamos de memória, conhecimento, sabedoria, dados; ela é lugar da inteligência do “ser humano”. Há lugar para o “eu mesmo”, para o “mundo vivido” e para o “estar no mundo”. Há espaços específicos para as coisas da memória. A memória, por sua vez, é um espaço no qual armazenamos as coisas que são evocadas em caso de necessidade. Memorizar descreve a ação de acessar esse espaço e as coisas nele guardadas (CASEY, 1987).

Algumas coisas são memorizadas facilmente, outras desaparecem no espaço da memória, são esquecidas, mas outras que queremos que sejam esquecidas são sempre lembradas. O esquecimento é uma arte. O esvaziamento do espaço da memória precisa ser aprendido e treinado. O vazio de algum espaço no corpo traz tranquilidade, inércia, paz. A meditação é uma das formas dessa arte. Os monges budistas ensinam essa arte. Intoxicamos esse espaço da memória com fumaça ou com líquidos, para dificultar o acesso a essas coisas não desejadas, e morremos fazendo isso.

A ideia da mente humana como espaço onde as coisas da memória ocupam algum lugar não está apenas no imaginário da sabedoria popular. Sherlock Holmes, na voz do seu criador Arthur Conan Doyle, idealiza a cabeça humana como se fosse um espaço em uma casa que pode ser preenchido com coisas, com móveis da memória.

Para mim, o cérebro humano, em sua origem, é como um sótão vazio que você pode encher com os móveis que quiser. Um tolo vai entulhá-lo com todo tipo de coisa que for encontrado pelo caminho, de tal forma que o conhecimento que poderia ser-lhe útil ficará soterrado ou, na melhor das hipóteses, tão misturado a outras coisas que não conseguirá encontrá-lo quando necessitar dele. O especialista, ao contrário, é muito cuidadoso com aquilo que coloca em seu sótão cerebral. Guardará apenas as ferramentas de que necessita para seu trabalho, mas dessas terá um grande sortimento mantido na mais perfeita ordem. É um engano pensar que o quartinho tem paredes elásticas que podem ser estendidas à vontade. Chega a hora em que, a cada acréscimo de conhecimento,

você esquece algo que já sabia. É da maior importância, portanto, evitar que informações inúteis ocupem o lugar daquelas que têm utilidade (DOYLE, 1990, p. 22).

No ensaio acerca do entendimento humano, John Locke (1997, p. 104) afirma que, depois da percepção, a retenção das ideias na memória é de crucial importância, pois isso nos permite refletir sobre as ideias para adquirir conhecimento. “[...] memória é como um depósito de todas as nossas ideias. A livre disposição deste depósito é de uma necessidade absoluta ao homem”. Como a memória é percebida por Locke como um processo mental interno, que retém ou conserva as impressões de nossas percepções, tratamos a memória como uma espécie de objeto que, por sua vez, conserva objetos da percepção (JONES, 2007, p. 7).

Irineo Funes, personagem caracterizada por Jorge Luis Borges, foi dotado de uma extraordinária capacidade de memorizar, após ter caído de um cavalo xucro. Borges se surpreende com a capacidade desse homem simples que

[...] sabía las formas de las nubes australes del amanecer del treinta de abril de mil ochocientos ochenta y dos y podía compararlas en el recuerdo con las vetas de un libro en pasta española que sólo había mirado una vez y con las líneas de la espuma que un remo levantó en el Río Negro la víspera de la acción del Quebracho. Esos recuerdos no eran simples; cada imagen visual estaba ligada a sensaciones musculares, térmicas, etc. [...] En efecto, Funes no sólo recordaba cada hoja de cada árbol de cada monte, sino cada una de las veces que la había percibido o imaginado (BORGES, 1956, p. 6).

Esse homem, gaúcho do Uruguai, que ficou paraplégico aos 19 anos, vivia na escuridão, deitado num catre nos fundos da casa de sua mãe, e aprendeu, sem maior esforço, a falar inglês, francês, português e latim. Entretanto, não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, é abstrair. No mundo cheio de coisas de Irineo Funes, não havia senão detalhes, quase imediatos (BORGES, 1956).

Aquilo que fora provocado por um acidente, um capricho da natureza, uma aberração quase patológica, no caso de Funes, memorizar coisas, é considerado uma arte que pode ser exercitada, é fruto de um treinamento, de uma técnica praticada que incorpora memória.

Ars memorativa

A arte de memorizar, *ars memorativa*, ensinada no auge da Retórica, nas escolas da Antiguidade clássica da Grécia e de Roma, no período medieval e até no início da Era Moderna, não é mais praticada nas nossas escolas nem nas universidades. Não se podem confundir as coisas: a *ars memorativa* não é uma metodologia para decorar aquilo que deve ser memorizado, mas uma arte no sentido de conseguir aumentar a capacidade natural de memorizar, de acessar o espaço da memória (CARRUTHERS, 2009).

Percebo a falta dessa capacidade no meu dia a dia. Até hoje, cada vez que preciso confirmar e achar uma palavra em um dicionário, aciono um dispositivo que desencadeia, rapidamente, uma sequência de letras do nosso alfabeto, até encontrar a letra certa e, conseqüentemente, o espaço correto da palavra procurada na localização correta no livro. Quando faço cálculos matemáticos, só encontro o número certo depois de ter passado, mentalmente, todos os números equivalentes da tabuada de multiplicações e divisões. Faço as somas com a ajuda dos dedos, sempre iniciando com o minguinho da mão esquerda. Consigo, assim, somente, e graças ao sistema de repetições através do qual aprendi a decorar o alfabeto e os números, acessar uma informação desejada através da mesma repetição mecânica e sempre da mesma sequência de letras e de números. Essa forma de ensinar a lembrar, que, na verdade, é um adestramento, e não um ensinar, não tem nada a ver com as regras da *ars memorativa*. Lá, aquilo que deve ser memorizado é arrumado com a ajuda de determinados truques, de tal maneira que aquilo que é memorizado pode ser acessado, quase diretamente e em qualquer ordem. Isso é feito pela associação daquilo que merece ser memorizado com outras coisas,

com um espaço arquitetônico ou natural, com números, letras, figuras, formas, signos ou imagens.

Os resultados são surpreendentes e até parecem magia. É sabido que Ciro conhecia os nomes de todos os seus soldados; Crasso, procônsul da Ásia Menor, dominava os cinco diferentes dialetos gregos; conta-se que Teodectes, retórico e poeta grego, recitava sem dificuldades versos extensos, logo após tê-los ouvido uma única vez. Isso era possível graças a um sistema mnemônico de relacionar coisas com coisas, que aumenta a capacidade natural do espaço da memória e de acessar rapidamente aquilo que foi memorizado.

Fazendo parte da arte da retórica, a arte da memória é representada por Marco Fábio Quintiliano, que revela em sua *Institutio oratoria* uma seleção dos princípios dessa arte. Um sistema mnemônico proposto por ele era do tipo arquitetônico. Esses artistas da memória, entreviu Quintiliano, devem recordar uma construção a mais ampla e variada possível, com o pátio, a sala, os quartos, os salões, sem omitir as estátuas e outros ornamentos que decoram esses espaços. As imagens por meio das quais o discurso será lembrado são colocadas pela imaginação em lugares da construção que foram memorizados. Feito isso, tão logo a memória dos fatos precisa ser reavivada, percorrem-se todos esses lugares, sucessivamente, e pede-se a seus guardiões aquilo que foi depositado em cada lugar (QUINTILIANUS, 1920-1922; YATES, 2007).

Uma variação desse sistema da arte de memorizar que se aproveita dos espaços arquitetônicos estruturados consiste em criar um esquema abstrato de um sistema de lugares ou de categorias. Esse esquema foi sugerido, inicialmente, por Aristóteles e encontrou, principalmente no período medieval, seguidores importantes, como Hugo de São Vitor, que oferece, na introdução de sua obra *De tribus maximis circumstantiis gestorum* (Didascalicon), a mais completa e a mais clara descrição desse sistema mnemônico (CARRUTHERS, 2009). O sistema não se aproveita somente das imagens de lugares, mas de *loci* numéricos, sistema já usado por Aristóteles e Cícero (SORABJI, 2004). São Vitor descreve

seu método da seguinte maneira: assuntos a serem estudados são classificados na memória em três categorias, através de números, localidades e circunstâncias. A primeira maneira é através da classificação do conteúdo por uma sequência numérica, por exemplo, a sequência dos números naturais. Se alguém deseja memorizar um determinado conteúdo, por exemplo, os salmos, deve proceder da seguinte maneira: deve primeiro numerar todos os salmos (são 150), colocando-os em sua ordem numérica. Assim saberá qual é o primeiro, qual o segundo, qual o terceiro, e assim por diante, memorizando-os nessa ordem linear numérica. Depois, essa pessoa deve visualizar a primeira frase de cada salmo com seu número correspondente, como se fossem compartimentos diferentes. Se essa conexão entre o compartimento numérico e seu conteúdo for segura, de maneira que, se fosse questionada, ela poderia recitar os salmos completos, não importa a ordem, de trás para a frente ou de frente para trás, ou em qualquer ordem desejada, deve iniciar o segundo passo, que consiste em fragmentar cada um dos salmos em unidades menores. Cada verso, cada frase e cada palavra são novamente numerados. Isso lhe possibilita não somente citar o salmo por inteiro, mas também os versos em separado, através da relação entre os subnúmeros e os fragmentos dos textos. Naturalmente, essa pessoa não precisa, para se lembrar de um verso, iniciar sempre com o primeiro ou com o último número, mas pode iniciar sua narração com qualquer número, correspondendo a qualquer fragmento do texto. Esse método parte do princípio de, inicialmente, fragmentar todo o conteúdo a ser lembrado, depois codificar os fragmentos, através de um sistema rígido de signos, de números, para, no final, com a ajuda desse esquema, recompor ou memorizar o conteúdo na ordem que se deseja. Diferentemente do esquema arquitetônico ou paisagístico praticado por Quintiliano, esse método pode ser associado a um esquema de grades e signos ou a uma espécie de tabela (SOENTGEN, 1997; CARRUTHERS, 2009).

A segunda maneira de memorizar um determinado texto está relacionada com a imagem e com a posição do conteúdo, por exemplo, em

um livro. Por esse motivo, é de grande importância fixar o conteúdo na memória através da imagem e da sua posição num determinado lugar. Quando se lê um livro, ressalta São Vitor,

deveremos gravar em nossas memórias, através do nosso poder de formar imagens mentais, não apenas o número e a ordem dos versos ou das ideias, mas ao mesmo tempo a cor, a forma, o lugar e a posição das letras daquilo que vimos ou escrevemos naquele compartimento (*loci*) da memória (CARRUTHERS, 2009, anexo A).

O terceiro método de memorizar sugerido por São Vitor está relacionado com a circunstância ou com a ocasião, quer dizer, aquilo que foi feito antes e aquilo que foi feito depois, quanto tempo atrás, anos, meses, dias, aquilo que precede e aquilo que vem depois, para assim contextualizar historicamente aquilo que deve ser memorizado. Essa classificação é relevante quando, por causa da natureza variável das situações em que aprendemos algo, mais tarde e em outra ocasião precisamos ter acesso ao conteúdo na nossa memória, lembrando-nos da situação em que aprendemos aquilo, se era de dia, de noite, no inverno ou no verão, com tempo nublado ou com sol.

Memória dos lugares

Da mesma maneira como guardamos coisas em algum lugar na nossa cabeça para melhor praticar a arte da memória, também as coisas que estão guardadas em algum lugar físico podem estimular as nossas memórias, que, por sua vez, transformamos em lembranças.

Núncia Constantino (2004) procura nas caixas do porão de sua casa as vozes, as imagens e as histórias de sua infância e da sua família. O porão assume o lugar, o espaço da sua mente, e as coisas guardadas nas caixas ocupam um lugar na sua memória.

Ítalo Calvino (1998) viaja por cidades imaginadas e, consequentemente, utópicas e brinca com as duas formas de memorizar: com uma que ajuda

e que remete a outras coisas, quando é praticada como *ars memorativa*, e com outra que aciona e que estimula a memória. Calvino se lembra:

Ao se transporem seis rios e três cadeias de montanhas, surge Zora, cidade que quem viu uma vez nunca mais consegue esquecer. Mas não porque deixe, como outras cidades memoráveis, uma imagem extraordinária nas recordações. Zora tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto, na sucessão das ruas e das casas ao longo das ruas e das portas e janelas das casas, apesar de não demonstrar particular beleza ou raridade. O seu segredo é o modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota. Quem sabe de cor como é feita Zora, à noite, quando não consegue dormir, imagina caminhar por suas ruas e recorda a sequência em que se sucedem o relógio de ramos, a tenda listrada do barbeiro, o esguicho de nove borrifos, a torre de vidro do astrônomo, o quiosque do vendedor de melancias, a estátua do eremita e do leão, o banho turco, o café da esquina, a travessa que leve ao porto. Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso. Entre cada noção de cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória. De modo que os homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor. Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo (CALVINO, 1998, p. 4).

O visitante de uma dessas cidades imaginárias, a cidade de Zora, encontra-se em uma situação desesperadora para quem pretende preservar um espaço urbano ou um espaço qualquer, que até pode ser chamado de natural. Por um lado, o sábio que conhece Zora usa, para evocar sua memória, a imagem de diferentes lugares na cidade, em determinada ordem decorada, para preenchê-los com aquilo que deseja memorizar, exatamente como recomendam os sábios da *ars memorativa*. Por outro lado, praticando esse exercício da arte de memorizar, o viajante é obrigado a criar categorias de referência simples e estáticas, que se encontram vazias, pois entraram em esquecimento. Quando guardamos algo na memória, queremos que isso ou aquilo se preserve, escape da destruição, no decorrer do tempo, e que entre em algum lugar da nossa memória, na cabeça e, dessa maneira, escape do esquecimento e da destruição.

Paisagens são transformadas, a natureza é cultivada, o solo é manipulado para ser terra agrícola, os bosques são derrubados para virar lenha, os rios geram usinas hidrelétricas, mas uma cidade é construída para durar para sempre. Ela é planejada para o futuro, para durar até a eternidade. Construí-la significa lutar contra a constante destruição que ocorre no decorrer do tempo, destino de todas as coisas. A cidade, tal como é planejada, tem uma dimensão eminentemente utópica, pois se coloca além da ordem natural, da destruição permanente. Ela é projetada para estar distante da destruição permanente, pois é algo inexistente na natureza. Essa cidade utópica e eterna é praticamente inacessível, é protegida, desde os tempos de Jericó, por uma muralha, que a separa da natureza e da destruição. Essa cidade aprisiona e ao mesmo tempo liberta seus cidadãos. Assim, nós fomos expulsos do Jardim do Éden, para morar na cidade de Deus. Mas os futuros moradores são obrigados a viver na cidade que foi projetada e construída pelas antigas gerações de cidadãos (GROYS, 1997). Essa cidade é imperfeita, pois foi construída conforme a vontade de muitos outros, como alerta René Descartes (1979) em suas reflexões no discurso sobre o método.

Assim, as antigas cidades [...] são geralmente tão mal proporcionadas, em comparação com as praças regulares, traçadas por um engenheiro, conforme a sua fantasia, numa planície, que embora considerando os seus edifícios um por um, neles se encontra muitas vezes tanta ou mais arte do que nos das outras [...]. É verdade que nunca se viu derrubarem-se todas as casas de uma cidade só com o propósito de refazê-las de outra maneira e de tornar assim as ruas mais belas; mas vê-se que muitos fazem demolir as suas para reconstruí-las e que até, algumas vezes, são forçados a isso, quando elas estão na iminência de ruir e os seus alicerces não estão muito sólidos (DESCARTES, 1979, p. 50).

Qual cidade e qual paisagem pretendemos memorizar, construir, conservar, eliminando, preenchendo, abrindo e esvaziando os espaços (DEHIO; RIEGL, 1988)? O conflito está armado: por um lado, tentamos, de forma constante, preservar aquilo que mais se aproxime do nosso sonho da cidade eterna e perfeita, e, por outro lado, estamos demolindo e melhorando tudo aquilo que não merece ser mantido (GROYS, 1997). No entanto, entre os sonhos daquilo que deve ser eterno e a decisão sobre aquilo que deve ser findável está, novamente, a mudança. Os sonhos do eterno e do findável mudam, pois essas ações e posturas ocorrem em tempos e dimensões históricas.

Posturas e ações radicais para interromper essa sequência de construções, de destruições e de decadências e para criar uma cidade ideal foram adotadas por autoridades, técnicos e pensadores. As visões revolucionárias, nesse sentido, de Le Corbusier (1984) são exemplos de uma tentativa de construir a cidade eterna. Mesmo que existisse um plano uniforme para a construção de uma cidade eterna, estamos vivendo, como salienta Descartes (1979), sempre no provisório, que, por sua vez, transforma-se na única coisa verdadeiramente constante e permanente em uma cidade.

Para construir essa cidade planejada e ideal, como foi idealizada a cidade de Brasília, precisamos de trabalhadores, que devem morar em

algum lugar. Eles precisam de casas, de apartamentos para morar, de supermercados, de campos de futebol, de igrejas, de estradas, de fábricas, de bares, de restaurantes, de cemitérios, de hospitais, até que a cidade utópica seja construída. Isso requer tempo e planejamento. Para isso, mais uma cidade provisória precisa ser erguida, ainda menos perfeita e mais provisória do que a outra, que, por sua vez, necessita de mais outra cidade provisória, e assim por diante. Essas cidades provisórias e transitórias, com infinitas sequências de construções e destruições, são a cidade do pesadelo, da guerra de “Blade Runner”, do “Exterminador do Futuro”, de “Matrix” e, daqui a pouco, também a nossa realidade.

A cidade não utópica, a nossa cidade, é aquela que foi construída do nosso e no nosso contexto e no nosso tempo histórico. Quem consegue andar pela cidade utópica é o viajante, pois essa cidade visitada foi construída distante do contexto e do tempo histórico no qual o viajante vive (GROYS, 1997). Ítalo Calvino (1998) é um turista que nos conta sobre cidades utópicas. Aliás, somente as cidades utópicas são as do viajante. Elas não podem ser construídas, mas visitadas, e são apenas transitórias. No instante em que queremos modificá-las, quando queremos construir ou destruir algo nelas, elas desaparecem e se desfazem.

Marcar lugares para lembrar

O arqueólogo é especialista na criação e preservação de memórias dos lugares e das coisas. Ele usa as coisas para marcar esses lugares e os denomina de sítios arqueológicos. Um sítio arqueológico é, à primeira vista, uma construção localizada na paisagem. Os arqueólogos se sentem mais confortáveis quando um sítio de achados arqueológicos está implantado num espaço natural. Mesmo assim, os desafios são de natureza adversa. Nos sítios arqueológicos em campo, o arqueólogo enfrenta a disputa entre aquilo que é resultado da ação humana e aquilo que pertence ao espaço natural. O arqueólogo assume, propositalmente, essa postura dicotômica e simplificada, mesmo sabendo que ela não existe, mas ele se comporta

dessa maneira quando pratica Arqueologia. Separa tudo aquilo que é do ser humano – isso que representa os achados arqueológicos ou a cultura material arqueológica – daquilo que é da natureza, para guardar essas coisas nos espaços da memória. Ele é conhecedor na análise dessas coisas feitas. Aquilo que sobra é mandado por ele para os peritos da natureza, para os geólogos, biólogos, químicos.

Sítios arqueológicos em espaços construídos e culturais ou urbanos enfrentam dificuldades de definição, precisam ser explicados, teorizados e justificados (SYMANSKI, 1997; THIESEN, 1999; TOCCHETTO, 2004; LAZZAROTTI, 2013). É mais complicado delimitar esses sítios arqueológicos, pois numa cidade, à primeira vista e por definição, tudo é feito pelo ser humano, até as partes consideradas naturais, como os parques, os jardins e os pátios. A natureza é percebida como uma ameaça. Ela é sinônimo de destruição, que precisa ser mantida afastada da cidade ou domesticada. A natureza são as chuvas, as altas e baixas temperaturas, os ventos, os insetos, os pássaros, os fungos, as plantas, que, com suas forças, quebram as pedras, corroem e fazem mofar as paredes e amontoam as terras.

Desmarcar e esquecer os lugares

Nossa cidade está em constante transformação. Os moradores moldam sua cidade conforme suas vontades e necessidades, dentro e fora das obrigações legais, no limite do possível, muitas vezes de modo irracional, planejado, supersticioso, experimental, espontâneo, modernista ou tradicionalista. Algumas das mudanças, em determinados lugares da cidade, são impactantes e dramáticas, outras são marcadas por sua desintegração ou pela manutenção do *status quo*. A velocidade com que essas mudanças ocorrem pode ser lenta e transcorrer ao longo de uma linha de longa duração e, por isso, ser testemunhada por várias gerações de habitantes da cidade (MONTEIRO, 1995; DOBERSTEIN, 2002). Outras mudanças – e nas cidades contemporâneas isso é cada vez mais o caso – são tão velozes que podem ocorrer em apenas poucos anos, ou até em

meses. Essas transformações na cidade, marcadas pelo surgimento ou desaparecimento de prédios, edifícios, casas, terrenos baldios, parques, pelo traçado de estradas, pontes, avenidas, são as mais óbvias e imediatamente reconhecíveis. Onde antigamente existia uma padaria, uma casa em que trabalhava um sapateiro, um alfaiate, um barbeiro, uma parteira, hoje existe um *shopping center*, um estacionamento, uma avenida.

Outras transformações são menos visíveis, menos impactantes, são quase imperceptíveis, pois envolvem as pessoas, os moradores que se afastam ou os que se aproximam da cidade. Com elas, as memórias e habilidades desaparecem ou se instalam. Pessoas formam redes sociais, que se materializam na cultura material, nos objetos criados, consumidos e descartados e que se manifestam nos espaços, construídos, vazios ou reformados. Alguns desses vestígios materiais ainda estão preservados, pontualmente, na nossa cidade, outros foram transformados em outras materialidades, muitos em imagens e em textos. Mas outros, por certo tempo, apenas existem na lembrança das pessoas e nas suas falas. Com a globalização das mercadorias, as antigas profissões entraram no esquecimento. Antigas tecnologias e habilidades desapareceram. Os lugares e os artefatos ligados a essas habilidades são vestígios materiais dessa cultura.

Finalidade

Não pretendemos evocar nostalgias saudosistas referentes a um passado ou a um determinado lugar. Queremos estimular emoções e, através delas, proporcionar informação. Ao mesmo tempo, pretendemos preservar o patrimônio da cidade, não apenas como um espaço de contemplação, mas também de interação e de formação da consciência histórica.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Jorge Luis. Funes el memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficciones*. Buenos Aires Emecé, 1956.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CASEY, Edward S. *Remembering: A Phenomenological Study*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Caixas no porão: vozes, imagens, histórias*. Porto Alegre: BIBLOS, 2004.
- CURRUTHERS, Mary. *The book of Memory. A study of memory in Medieval culture*. 2. ed. Cambridge University Press, 2009.
- DEHIO, Georg; RIEGL, Alois. *Konservieren, nicht Restaurieren: Streitschriften zur Denkmalpflege um 1900*. Braunschweig/Wiesbaden: Vieweg & Sohn, 1988.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- DOYLE, Arthur Conan. *Um estudo em vermelho*. São Paulo: FTD, 1990.
- GROYS, Boris. Die Stadt auf Durchreise. In: GROYS, B. *Logik der Sammlung*. Am Ende des Musealen Zeitalters. München: Hanser Verlag, 1997. p. 92-108.
- JONES, Andrew. *Memory and Material Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- LAZZAROTTI, Marcelo dos Santos. *Arqueologia da margem de Porto Alegre e a formação de uma cidade portuária do século XVIII a meados do século XIX*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- LE CORBUSIER. *Planejamento urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultura, 1997.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- QUINTILIANUS, Marcus Fabius. *Institutio Oratoria*. Tradução de H. E. Butler. Harvard University Press, 1920-1922.

SOENTGEN, Jens. Theorie als Gedächtniskunst. *Journal for General Philosophy of Science*, n. 28, 1997, pp.183-203.

SORABJI, Richard. *Aristotle on Memory*. 2. ed. London: Duckworth, 2004.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no Século XIX*: Solar Lopo Gonçalves. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

THIESEN, Beatriz Valladão. *As paisagens da cidade: arqueologia da área central de Porto Alegre do século XIX*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora?: sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

YATES, Frances A. *A arte da memória*. Tradução de Flavia Mancher. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

DOCUMENTO, MEMÓRIA E ARQUIVO NA ARTE CONTEMPORÂNEA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A OBRA *IMEMORIAL* DE ROSÂNGELA RENNÓ¹

CHARLES MONTEIRO

Sendo historiador da fotografia e trabalhando há anos de forma crítica com documentos e em arquivos para problematizar a memória, o esquecimento e a produção do conhecimento histórico, escolhi a obra *Imemorial* (1994) da fotógrafa brasileira e artista contemporânea Rosângela Rennó para pensar sobre os usos da memória e as práticas do patrimônio.

Segundo Costa (2011, p. 78), os processos da arte contemporânea colocam problemas críticos articulados a outros campos do saber, como a Teoria da História e a Arqueologia. Esta reflexão interdisciplinar procura problematizar a produção da informação no contexto da cultura de massa contemporânea, bem como os processos de construção da memória e a própria instituição do museu de arte como espaço de constituição, gestão e legitimação de memórias sociais.

No século XX, o pensamento historiográfico foi levado a um questionamento radical sobre a produção e os usos sociais dos documentos. Desde os anos 1920, com a *École des Annales*, se expandiu a noção de documento para tudo aquilo que tivesse “a marca do homem”, incluindo assim as imagens entre os materiais de pesquisa do historiador.

¹ Uma versão deste texto foi publicada na revista *Memória em Rede*, v. 8, n. 14, 2016, da UFPel.

Para Michel Foucault (2005, p. 8), “o documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória: a história é, para uma sociedade, uma maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa”. Ou seja, não existem documentos *per si*, mas, sim, como fruto de uma operação historiográfica que atribui valor e constrói sentidos a partir dos restos ou vestígios da ação do homem no tempo. O problema colocado pelo historiador e o recorte da realidade efetuado por ele é que define se um vestígio se torna documento ou não, sempre escolhendo dar voz a certos indivíduos e grupos e deixar outros no silêncio (palavra) ou na invisibilidade (imagem).

A história transforma os documentos em monumentos ao isolar, agrupar, inter-relacionar e organizar os conjuntos. O documento não é inócuo, nem tampouco neutro. Ele resulta de um artifício, uma roupagem, uma montagem. Segundo Le Goff (1994), no limite, não existe documento-verdade. Foucault (2005) propõe a desmontagem crítica do constructo documento-monumento como dispositivo de poder.

Segundo Walter Benjamin (1987), em suas “teses sobre a história”, todo documento de civilização é documento de barbárie, pois a “história” seria esse cortejo de vencedores que avançam deixando os escombros das suas conquistas para trás. Para esse autor, nem os mortos estão a salvo quando somente os vitoriosos contam a história. Por isso, seria necessário escrever a história a contrapelo, escavar os escombros e escutar essas outras vozes que nos falam dos projetos alternativos de sociedade que foram vencidos.

Situando-me nesse horizonte de compreensão, penso a história com uma das formas das sociedades elaborarem a passagem do tempo, ao lado de outras, como: a construção de monumentos, mausoléus, a comemoração de datas cívicas nacionais e locais, a criação de museus, de disciplinas escolares, a preservação e o tombamento de prédios, de bairros e de cidades, bem como de viagens turístico-culturais, documentários, filmes e romances de época. História e memória são duas formas específicas de tomar consciência do tempo e de explicar o passado, onde se mesclam invenção, estranhamento

e identidade (LOWENTHAL, 1998). Às vezes, essas formas de pensar o passado se sobrepõem e se entrecruzam, em outras elas entram em conflito.

Como afirma David Lowenthal (1995), o acesso a essa “terra estrangeira” dá-se por meio de um conjunto de situações e objetos que estão ao nosso redor no espaço urbano e podem remeter ao passado: prédios, museus, utensílios, fotos, pinturas, leituras, histórias ouvidas etc. Essa consciência de passado como algo distinto do presente é algo recente, contemporâneo e que tem a sua história (LOWENTHAL, 1995). A memória é uma das formas de experienciar a passagem do tempo, de se situar em relação a uma cadeia de gerações, ao conhecimento herdado, a uma ruptura, de equilibrar-se sobre as ondulações vivas do tempo (HARTOG, 1996).

Como se sabe, toda memória é seletiva, pois trabalha com lembranças e esquecimentos, é uma (re)apresentação de experiências passadas (vivas, ouvidas, lidas ou aprendidas) relacionada às questões que o tempo presente coloca. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda a vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Mas essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo, na escala de um grupo social ou mesmo de toda uma nação (ROUSSO, 1996).

As sociedades e, no interior dessas, os grupos sociais e indivíduos experienciam o tempo de forma particular. Certas sociedades voltam-se para a memória de um “paraíso perdido” perpassadas pela nostalgia e pela saudade de períodos de crescimento e de harmonia social; outras atêm-se ao tempo presente, pregando uma espécie de amnésia do passado; outras, ainda, voltam-se para o futuro como que predestinadas a um destino heroico. Em determinados contextos, produzem uma interpretação do passado que corresponde às necessidades do presente de legitimar-se e orientar o horizonte de expectativas sociais para o futuro. O que é válido, sobretudo, para os momentos de nacionalismo exacerbado.

A memória articula-se através de espaços e tempos privilegiados, sobre os quais a “luz” incide com maior intensidade sobre certos sujeitos (nomes), tempos (datas) e lugares (espaços), enquanto outros permanecem na penumbra, numa gaveta mantida cuidadosamente fechada para que de lá não aflorem contradições, incertezas e instabilidade.

A memória não tem necessidade da experiência de uma continuidade cronológica; não que ela não tenha cadeias de ordenamento, mas ela joga com uma justaposição de tempos. Já a história é elaborada de um ponto de vista construtivo e narrativo do passado, constitui-se como uma maneira de trabalhar sobre o conhecimento do passado. A experiência da história é longitudinal, interpreta o passado em perspectiva, e a experiência da memória é vertical, pois coloca o indivíduo ou o grupo em profundidade dentro do acontecimento, permitindo reconstruí-lo desde dentro (HALBWACHS, 1990).

A história é um discurso metódico sobre a experiência do tempo passado em relação às questões do presente, embora esteja carregada da subjetividade do historiador e das marcas de seu lugar social e institucional. A história é mais “ampla” que a memória, no sentido que abarca um grande número de memórias individuais e de grupos ao longo de muitas gerações (HALBWACHS, 1990). No entanto, ocorrem influências recíprocas entre essas duas formas de elaborar o passado, no sentido em que a história termina por incorporar elementos da memória coletiva em suas interpretações, via “contaminação” pela transmissão oral do conhecimento e pela experiência de vida do historiador (diante da impossibilidade da história tornar-se um discurso totalmente abstrato, científico e racionalizado), e a memória coletiva termina por incorporar e utilizar certos marcos de referência da história (por meio da aprendizagem formal na escola, das interpretações dos acontecimentos do passado vulgarizadas pelos jornais e pelas emissões de rádio e televisão).

A história da memória trabalha nos desvãos e nas margens, nos lugares de silenciamento da memória, nos esquecimentos e nas lacunas, mas também nos excessos. O historiador transforma essas lacunas e esses excessos em materiais de trabalho para uma compreensão mais abrangente e profunda da forma como uma sociedade elabora e pensa

sobre o seu passado e sua trajetória no tempo por meio da produção escrita de especialistas da memória (historiadores, arquivistas, diretores de museus) e intelectuais (cronistas, escritores, jornalistas). O historiador é uma espécie de mestre artesão que trabalha sobre o engenho alheio – memórias, documentos, textos, falas e experiências dos sujeitos –, buscando compreender e tecer nas suas narrativas essa variedade de fios em uma trama (história), que pretende dar conta da pluralidade de vozes, sujeitos, espaços e temporalidades da experiência de uma sociedade.

A história da memória aborda a historiografia como uma produção consciente e intencional de uma memória social, pois problematiza a escolha e a organização dos sujeitos, espaços e tempos que são dignos de serem rememorados, bem como os meios de organização através dos quais as lembranças são transmitidas e recriadas.² A história da memória problematiza a forma como os grupos sociais e as instituições inventam tradições ou se apropriam da memória coletiva, resignificando-a com fins específicos (HOBBSAWN; RANGER, 1997; BANN, 1994). Um exemplo disso é o Projeto Memórias Reveladas³, criado em 2007, para receber, gerir e divulgar a documentação sobre a violação dos direitos humanos durante a ditadura militar. A memória coletiva não é apenas uma conquista, mas também objeto e instrumento do poder.

Segundo Costa (2011), uma parte da produção contemporânea em arte vem realizando operações desconstrutivas dos mecanismos disciplinares de preservação da memória presentes na instituição de Arte – autoridade hermenêutica, discursos eurocêtricos, exigências de mercado, noção de exposição, modo de expor, valor e propriedade dos objetos etc.

O artista contemporâneo pesquisa em arquivos de museus, em bibliotecas e outras instituições, coleta material em arquivos familiares ou em

² Utiliza-se o termo “história da memória” no sentido de uma exploração arqueológica das narrativas históricas e literárias sobre a cidade e a nação, que permite a elaboração de uma genealogia do surgimento e institucionalização de formas de explicação sobre as dinâmicas das sociedades no tempo. Nesse sentido, essa empresa exploratória orienta-se pelas questões propostas por Nora (1993), Geary (1996), Matsuda (1996) e Lowenthal (1995).

³ Encontre mais informações no site: www.memoriasreveladas.gov.br.

feiras livres, registra em imagens fotográficas obras efêmeras, mantém seu arquivo de projetos, de processos de criação, de exposições e de crítica. Trabalhando sobre documentos e produzindo outros documentos como reflexão sobre seu processo de criação. Ele trabalha a partir desses materiais de arquivo, dos seus próprios, dos de terceiros e dos públicos, lançando mão de mudanças de meio (materiais e dispositivos), de escala (ampliação e redução) e de intervenções (tinta, cor, montagem) para ressignificá-los e gerar obras que problematizem a memória e a história. Rosângela Rennó é uma dessas artistas que trabalha com arquivos sobre as memórias e os esquecimentos sociais em suas obras desde os anos 1980.

Segundo a *Enciclopédia Itaú Cultural* (2017), Rosângela Rennó nasceu em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 1962, tendo se graduado em Arquitetura pela UFMG (1986) e Artes Plásticas pela Escola Guignard (1987). Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1989. Em 1997, concluiu o doutorado em Artes pela ECA/USP. Recebeu várias bolsas de pesquisa: Civitella Ranieri Foundation (1995), Fundação Vitae (1998) e John Simon Guggenheim Memorial Foundation (1999), entre outras. No final da década de 1980, começou a trabalhar com álbuns de família, apropriando-se de imagens e problematizando a montagem do dispositivo, a memória e o esquecimento. Temas que seriam constantemente retomados e problematizados em seus projetos posteriores que se voltaram para a memória e o esquecimento público. Em 1992, Rennó iniciou o projeto Arquivo Universal, que se desdobraria em vários trabalhos, exposições e publicações. A artista trabalha com imagens esquecidas, imagens ausentes, com o desaparecimento e com a amnésia social através de fotografias, de textos, de notícias de jornais. Utilizando de vídeo, instalações e materiais variados, ela se apropria das imagens alheias e problematiza a memória e o esquecimento social.

Para a artista, a arte é como um instrumento de ampliação da experiência. Através de suas obras, ela extrapola os limites dos suportes – dos dispositivos, entre eles o fotográfico –, ganhando potência nessa nova relação entre a imagem e a plataforma na qual ela é apresentada. Ela afirma que trabalha

“com imagens alheias, pois o que lhe importa é problematizar os sistemas classificatórios, investigar os modos de ver e como as coisas envelhecem”.

Em *Imemorial* (1994), a artista problematiza a cultura do arquivo para construir um olhar político sobre a construção de Brasília. A nova capital representava a utopia de um país moderno e desenvolvido. Uma nova capital para um novo Brasil. Totalmente planejada e funcional, no meio do país, com uma nova linguagem urbanística proposta por Lúcio Costa e a arquitetônica modernista de Oscar Niemayer. Seria uma espécie de cidade-monumento para as gerações do futuro, porém, como afirma Walter Benjamin (1987), civilização e barbárie são as duas faces da história.

A obra de Rennó consiste numa instalação de 50 fotografias com retratos escuros dos trabalhadores (homens e crianças) que construíram Brasília. As imagens foram encontradas pela artista no Arquivo Público do Distrito Federal, em malas com mais de 15 mil dossiês de ex-trabalhadores da Companhia Novacap (RENNÓ, 1994). Em *Imemorial*, ela faz referência ao episódio apagado da narrativa épica da construção de Brasília, inaugurada com grandes solenidades e festejos oficiais em 21 de abril de 1960, pelo presidente Juscelino Kubitschek: o massacre da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, ocorrido em 1959. Esse episódio trágico faz parte da história da construção de Brasília e expõe as condições de vida e de trabalho precárias de milhares de operários contratados pelas empresas construtoras da nova capital. Com a proximidade da data de inauguração, as jornadas de trabalho se intensificaram, e as turmas de trabalhadores se revezavam 24 horas no enorme canteiro de obras que era Brasília. Os operários trabalhavam em turnos de 18 horas por dia para conseguirem dobrar seus parcos salários. Eles vinham de muito longe, a maioria era proveniente de vários estados do Nordeste. Alguns vinham com as famílias, mas grande parte era composta por homens solteiros que moravam em acampamentos.

As condições de vida nos galpões das construtoras eram muito precárias. Os galpões eram de madeira com teto de telhas de zinco, possuíam de 10 a 15 quartos com beliches de duas ou três camas. O sanitário era um buraco

escavado no chão com uma lona servindo de porta. Os colchões eram de capim e ficavam infestados de parasitas. A falta de higiene favorecia a proliferação de pulgas, percevejos e piolhos. Os materiais de construção empregados e a concentração de gente nos galpões no clima quente do planalto central não ofereciam qualquer conforto. Além disso, as cantinas que forneciam refeições aos trabalhadores serviam por vezes comida crua ou estragada. Devido às estafantes jornadas de trabalho e as péssimas condições de vida nos acampamentos das construtoras, os operários se revoltavam, e a Guarda Especial de Brasília (GEB) era chamada a intervir.

O massacre ocorreu em um domingo de carnaval de 1959 no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas. Existem duas versões para o ocorrido, a versão oficial das autoridades e a versão dos operários, dada através de depoimentos orais a pesquisadores e jornalistas. A pesquisadora Nair Heloisa Bicalho de Sousa (1983) pesquisou o massacre e escreveu um livro e vários artigos sobre o esquecimento oficial e as memórias dos trabalhadores sobre o ocorrido naquela noite. Vale a pena fazer uma pequena síntese de seu trabalho para compreender melhor a violência do Estado e o silenciamento das memórias dos vencidos.

Após um conflito entre um operário da construtora e um funcionário da cantina por causa da má qualidade da comida, dois policiais teriam comparecido ao local e foram expulsos pelos operários. A paz parecia ter retornado ao acampamento e todos foram dormir, depois de uma longa jornada de trabalho. À noite, caminhões de soldados da GEB cercaram o galpão, formando duas filas e exigindo que todos os operários saíssem para a rua, sendo recebidos a golpes de cassetete e pontapés. Alguns trabalhadores apavorados tentaram fugir e a polícia abriu fogo sobre eles e os barracões. Houve vários mortos, alguns ainda estavam dormindo. Fala-se de 20 e de 50 vítimas. Porém, uma testemunha afirma ter visto 93 malas abandonadas no galpão da construtora no dia seguinte. Os próprios operários teriam sido obrigados a carregar os corpos dos mortos para dentro de um caminhão e limpar o barracão. Segundo o depoimento de um antigo operário, os corpos dos trabalhadores teriam sido enterrados em uma vala aberta ao pé da torre

de comunicações da cidade (SOUZA, 1983). Apenas três jornais noticiaram o ocorrido naquele domingo de carnaval: *Jornal do Brasil* (14/02/1959), *A Notícia* (13/02/1959) e *O Estado de São Paulo* (14/02/1959).

A memória oficial reconhece apenas uma vítima. A denúncia foi encaminhada e um processo foi aberto pelo Sindicato dos Trabalhadores, mas nada foi apurado pela Justiça, e o caso terminou sendo arquivado. O livro de memórias do presidente Juscelino Kubitschek, *50 anos em 5* (1978), não fala sobre o caso. Da mesma forma, os arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemayer afirmaram desconhecer o ocorrido. O presidente da NOVACAP, Ernesto Silva, minimiza o incidente, não reconhece o número de vítimas e afirma ter sido um fato isolado ao longo dos três anos e meio de construção de Brasília.

Os arquivos encontrados falam sobre trabalhadores que se insurgiram contra as más condições de trabalho – falta de água potável, comida estragada, barracões precários, longas jornadas de trabalho e baixa remuneração – nos alojamentos improvisados, que foram construídos para serem posteriormente destruídos no local que seria inundado para a formação do Lago de Brasília. A Polícia da Nova Capital abriu fogo contra eles, matando dezenas de trabalhadores. Nos arquivos encontrados pela artista, em algumas das fichas dos trabalhadores constava a informação: “dispensado por motivo de morte”!

O nome da exposição *Imemorial* é uma forma irônica de dialogar com os vários memoriais construídos em Brasília para celebrar a memória e as realizações dos governantes do passado. Especialmente, contrapor-se ao *Memorial JK* localizado no Eixo Monumental – Lado Oeste Praça do Cruzeiro, que celebra a memória do ex-presidente que construiu a cidade. O memorial foi construído a partir de projeto arquitetônico de Oscar Niemayer, com obras de Athos Bulcão e uma escultura do JK de 4,5 metros de Honório Peçanha. O memorial foi inaugurado em 1981. O conjunto imponente abriga uma câmara mortuária com os restos mortais de Juscelino Kubitschek num salão oval em mármore negro com teto iluminado por luz natural, que penetra através de um vitral com a imagem de um anjo. O memorial conta ainda com 3.000 livros da biblioteca, fotos, roupas e objetos pessoais do ex-presidente, além de uma exposição permanente sobre sua trajetória

pública e vida privada. As formas arquitetônicas, os materiais escolhidos, o tipo de iluminação, a presença da câmara mortuária e as escolhas expográficas propõem um culto à memória do fundador da cidade.

Já o Museu Vivo da Memória Candanga fica fora do Eixo Monumental no antigo Hospital Juscelino Kubistchek de Oliveira (HJKO), que funcionou no Núcleo Bandeirante (antiga “Cidade Livre”) até a metade dos anos 1970. Criado em 1990, com uma estrutura bem mais modesta, ele conta com acervos dos primeiros fotógrafos da cidade – Mario Moreira Fontanelle, Peter Scheir e Joaquim Paiva – e exposição permanente sobre os primeiros anos da capital. O museu também possui um auditório, uma galeria e um espaço para as “oficinas do saber fazer” de artesanato e arte popular.

Nesse sentido, a obra de Rosângela Rennó é uma espécie de antememorial com uma proposta de escrever a contrapelo a história da construção da cidade. Um “imemorial” no sentido benjaminiano em que se a história é esse cortejo de vencedores, em que os governantes de hoje são os herdeiros dos vencedores do passado, devemos lutar contra essa narrativa e os esquecimentos dos vencidos para que eles não sejam derrotados uma segunda vez. Bertold Brecht (1986), em *Perguntas de um operário letrado*, perguntava-se:

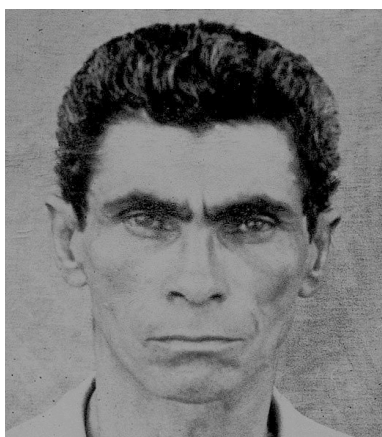
Quem construiu Tebas, a das sete portas?
 Nos livros vêm o nome dos reis,
 Mas foram os reis que transportaram as pedras?
 Babilônia, tantas vezes destruída,
 Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
 Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
 No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
 Foram os seus pedreiros? A grande Roma
 Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
 Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
 Só tinha palácios
 Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
 Na noite em que o mar a engoliu
 Viu afogados gritar por seus escravos. [...].

A exposição é composta de 50 fotografias agrupadas em faixas horizontais. As fotos dos trabalhadores mortos são apresentadas em preto sobre preto e das crianças trabalhadoras em cores escuras. Desperta a atenção a presença de retratos de crianças muito novas e de mulheres entre os operários da nova capital. Retratos de identificação que mudam de valor e de estatuto, de documentos jurídicos para imagens artísticas. Retratos que nos colocam diante de vestígios da existência desses sujeitos ausentes da história. Uma presença-ausência que ativa uma memória dessa falta. Colocam “provas” no tribunal da história, tornam-se peças de um processo contra a violência das relações de trabalho e a impunidade das construtoras e das autoridades policiais diante do massacre da Construtora Fernandes Pacheco Dantas.

Segundo Rennó (1998, p. 132), “as fotografias foram feitas em filme gráfico, cuja superfície muito brilhante e pintada de preto por trás se torna um espelho negro, indicativo do lugar de sobra social em que esses narcisos experimentaram o desamor coletivo por si”. Nesse “espelho negro da história”, o observador pode contemplar um rosto, quase um fantasma, mas também o seu próprio rosto (como nos daguerreótipos). Dessa forma, a artista problematiza a relação entre o “eu” do observador e o “outro” desconhecido, entre o presente e o passado, entre a vida e a morte. Nós os vemos e eles nos olham desse não lugar da história, nos intimando a pensar sobre a sua morte e seu esquecimento social, a pensar sobre a fragilidade e o desaparecimento de cada um de nós. *Imemorial* poderia referir-se à exploração desses trabalhadores, às formas de esquecimento social dos “de Baixo” e ao cortejo dos vitoriosos na história.

A disposição das imagens no chão como lápides e a cor negra que recobre os retratos dificultam uma aproximação dessas fotografias como um espelho do real. A instalação assemelha-se a um monumento fúnebre em memória dos trabalhadores que construíram Brasília. É como se pudéssemos abrir os seus túmulos e ver novamente seus rostos vindos de um passado que nos olham no presente. As imagens são como fantasmas desses “outros” desconhecidos e esquecidos pela história e pela sociedade atual. Eles nos contemplam e nos desafiam a dar um significado as suas presenças-ausências. A obra não

nos oferece uma reconstituição de suas identidades ou de suas memórias, apenas as presenças espectrais desses outros que nos falam através de sua ausência (morte e esquecimento social) do que ainda resta saber sobre os que construíram a capital de um desejado país “novo e moderno”.



Figuras 1, 2, 3. *Imemorial* – instalação para a exposição “Revendo Brasília” –, 40 retratos em película ortocromática pintada e 10 retratos em fotografia em cores em papel resinado sobre bandejas de ferro e parafusos. Título *Imemorial* na parede em letras de metal pintado. 60 x 40 x 2 cm (cada moldura de ferro). Coleção de Marcos Vinícius Vilaça.

Fonte: Rennó, 1994.

A obra problematiza a visibilidade social dos trabalhadores e a construção social de uma identidade moderna no Brasil. Como o moderno pode se constituir através de formas de organização do trabalho e de dominação políticas arcaicas, que remontam a herança do passado escravocrata e ao genocídio indígena do período colonial? Diante dessas imagens, estamos diante do tempo, como diria Didi-Huberman (2008). De uma realidade incômoda que gostaríamos de esquecer e que retorna à superfície através desses retratos de trabalhadores mortos. Fantasmas que nos veem do passado, cujos retratos nos contemplam!

Essas imagens ampliadas, dispostas lado a lado no chão, retratos enegrecidos de trabalhadores e trabalhadoras, permitem problematizar a narrativa épica sobre a construção da cidade e o projeto republicano de nação, que desejava libertar o país das mazelas e dos dilemas do passado escravista e autoritário. Essas imagens invertem a seta do tempo e nos fazem pensar no tráfico escravista, nas vagas de imigrantes do passado aliciados pelos donos das companhias de vapor europeias, mas também o nosso presente. Fantasmas que nos recordam dos cidadãos assassinados pela ditadura militar e dos desaparecidos, que continuam insepultos. Convoca-nos a pensar nas confecções instaladas nos porões do bairro Bom Retiro, em São Paulo, onde imigrantes trazidos por rotas ilegais trabalham de forma quase escrava; da condição precária dos haitianos que chegam ao Norte do país em busca de melhores condições de vida e de trabalho, bem como nos agricultores sem-terra e nas trabalhadoras e trabalhadores urbanos em suas longas e penosas jornadas diárias de labuta e de deslocamento na periferia das grandes metrópoles brasileiras.

A arte permite repensar a história e, sobretudo, desmontar as narrativas hegemônicas e problematizar os esquecimentos dos arquivos públicos, bem como questionar nossa identidade nacional fraturada e os futuros-passados derrotados de nossos projetos sociais coletivos. Os diálogos entre história social, história da arte e cultura visual colocam a possibilidade de elaborar novos problemas e de propor novas interpretações para novas-velhas questões sobre a memória e a amnésia sociais de nossa jovem nação.

REFERÊNCIAS

BANN, S. *As invenções da história*. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994.

BENJAMIN, Walter. Doze teses sobre a história. In: BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin – Obras escolhidas*. V. 1: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BRECHT, Bertolt. *Poemas, 1913-1956*. Seleção, tradução e posfácio de Paulo César Souza. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Luiz Cláudio. O artista an-arquivista: os dispositivos de coleção na arte contemporânea. *Revista Porto Arte*, Porto Alegre, v. 18, n. 30, maio/2011, p. 77-89.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2008.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. *Rosângela Rennó*. 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10376/rosangela-renno>. Acesso em: 3 mar. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GEARY, P. *La mémoire et l'oubli à la fin du premier millénaire*. Paris: Aubier, 1996.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, F. Tempo e história: como escrever a história da França hoje? *História Social*, Campinas, n. 3, 1996, p. 127-154.

HOBBSWAN, E.; RANGER, T. (Orgs.) *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz & Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. Tradução de Lúcia Haddad. *Projeto História*, n. 17, São Paulo, 1998, p. 63-201.

_____. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MATSUDA, M. K. *The memory of the modern*. New York: Oxford University Press, 1996.

MIRANDA, W. Cenas urbanas. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a re-pública*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, São Paulo, 1993, p. 7-28.

RENNÓ, Rosângela. *Rosângela Rennó*. São Paulo: Editora da Universidade, 1998.

RENNÓ, Rosângela. *Arquivo – Imemorial*. 1994. Disponível em: <http://www.rosangelarenno.com.br/obras/exibir/19/1>. Acesso em: 6 mar. 2017.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 94-95.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho. *Construtores de Brasília*. Petrópolis: Vozes, 1983.

GEOGRAFIAS DA RESISTÊNCIA: A CIDADE E A MEMÓRIA¹

MARIA ALICE SAMARA

Alguns dos mapas que encontramos em determinadas cidades dizem-nos: “Você está aqui” (cf. HARMON, 2004 para a complexidade, profundidade e o fascínio associado aos mapas). Este *aqui*, explicita-nos qual é a nossa localização geográfica, o espaço absoluto, e, nesse sentido, dá-nos um ponto inserido numa grelha. Observando o mapa, sabemos onde estamos, temos pontos de referência, o nome da rua ou a indicação do bairro. Se estávamos perdidos, passamos a ter um referente espacial.

Mas onde é – e o que é – *aqui*? O *aqui* simplificado no mapa, pode ser muito mais que um simples ponto no espaço. Ensina-nos David Harvey que este deve ser equacionado levando em linha de conta tanto os diferentes tempos – o passado, o presente e o futuro – como a sua relação com o existente nesse mesmo local:

An event or a thing at a point in space cannot be understood by appeal to what exists only at that point. It depends upon everything else going on around it (although in practice usually within only a certain range of influence). A wide variety of disparate influences swirling over space in the past, present and future concentrate and congeal at a certain point to define the nature of that point (HARVEY, 2004, p. 4).

¹ Este texto apresenta-se em sua forma original, escrito em português de Portugal.

Neste sentido, a multiplicidade de tempos e a abordagem relacional configuram uma metodologia adequada para se complexificar o *aqui* encontrado nos mapas. David Harvey, no que à análise do “papel político das memórias colectivas nos processos urbanos” diz respeito, acrescentou: “If I ask the question: what does Tiananmen Square or “Ground Zero” mean, then the only way I can seek an answer is to think in relational terms.” (HARVEY, 2004, p. 5)

Partindo das reflexões de David Harvey, convocamos tanto a história como a memória – reconhecendo que são duas instâncias diferentes – para tornar o espaço mais denso e a cidade menos plana. Neste sentido, a profundidade implica uma relação dinâmica e de interdependência entre a cidade e memória. Hávárias dimensões nesta relação, nomeadamente a subjetiva. Maria Stella Bresciani, recorrendo a Anne Couquelin, considera que viver em cidades “configura antes de tudo uma sobreposição pouco ordenada de camadas de lembranças, nem todas vividas como experiências nossas, mas tornadas nossas pela transmissão dessas memórias e lembranças esparsas” (BRESCIANI, 2002, p. 31).

Pablo Sztulwark, refletindo sobre a situações urbanas que produzem memória, considerou que:

Ante la pregunta por la ciudad como lugar de la memoria, nos invitan a indagar las situaciones urbanas como generadoras de memoria. Como nos dice Borges: “los ojos ven, lo que están acostumbrados a ver”. Justamente por eso, es tiempo de indagar estas otras formas de la memoria: más allá del archivo, del monumento, de la plaza oficial; es tiempo de pensar la memoria como eso que está actuando todo el tiempo, como eso que está produciendo y produciéndonos. Más allá de lo monumental, hay situaciones urbanas que producen memoria, que hacen memoria. La tarea es entrenar a nuestro cuerpo en el ejercicio de esta sensibilidad (SZTULWARK, s.d.:9).

Pensar a questão da memória como algo que se está a produzir implica necessariamente o reconhecimento de que este campo não é isento de combates – antes pelo contrário, as batalhas são um dos seus elementos constitutivos.

A cidade que se assume aqui como palco das lutas pela memória é Lisboa, de há muito a capital de Portugal. Trabalhamos num projeto que assume a cidade enquanto *lugar político e cultural*², levando a cabo o mapeamento, numa primeira camada, dos locais associados tanto ao poder – os espaços de violência a serem lembrados na contemporaneidade como forma de negar qualquer forma de neutralização do conflito – e, sobretudo, os associados à sociabilidade política e cultural da resistência quotidiana à ditadura do Estado Novo (1933-1974). Neste sentido constitui-se como central a sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), depois de novembro de 1969, Direção Geral de Segurança (DGS). Sendo a cidade um objecto denso, composto de diferentes camadas – quer no sentido material, quer no simbólico –, interessa-nos aqui analisar este local específico, a sede da PIDE/DGS, na rua António Maria Cardoso. Local de repressão, de violação sistemática dos direitos civis e políticos, e de morte, representa também o espaço do conflito desigual entre torcionários e resistentes. Durante a revolução de 25 de Abril de 1974 foi palco de uma desesperada e violenta resposta da polícia aos acontecimentos em curso, que disparou contra os populares que ali se manifestaram pelo fim da PIDE/DGS. Mas este ponto específico na cidade, analisado levando em linha de conta a sua historicidade e a relação entre passado e presente, é central para a discussão, que extravasa as balizas cronológicas do regime, em torno da luta pela memória, o combate contra o esquecimento e, em certo sentido, contra a neutralização do conflito efetuada neste local. Assumindo um renovado sentido nos mais de quarenta anos de regime democrático, faz agora parte da geografia de resistência, do que não pode ser esquecido, da luta da memória antifascista. Passado que é convocado em nome de um futuro.

² Trabalho de pós-doc. *Espaços e redes de resistência na grande Lisboa (1945-1974)*.

Rua António Maria Cardoso: a luta pela memória

Na rua António Maria
Convenha a todos saber
A patriótica espia
Sabe bem onde morder

(José Afonso, Na Rua António Maria).

No presente, em Lisboa, no Chiado, assumimos o ponto de vista de um observador que não está familiarizado com a história de Portugal dos últimos séculos. Neste primeiro andamento, percorremos a rua, descendo do Chiado, com uma nesga de rio que se vê a partir de metade da rua, até à curva apertada à esquerda para a rua Vítor Cordon. Não é difícil ter a percepção de que se trata de uma rua “histórica”, ou seja, onde o património edificado nos remete para um outro tempo – mesmo que, num momento inicial e assumindo uma posição de leigo na matéria, não consigamos precisar as datas de construção. Resta saber, contudo, como é que a história é utilizada nas estratégias e dinâmicas urbanas, das económicas às culturais, se de uma forma neutralizadora do conflito, e nesse sentido, assética, se numa forma crítica. Enzo Traverso, discorrendo sobre o “turismo da memória”, advertiu aliás para a “reificação do passado”, ou seja a sua “transformação em objecto de consumo, estetizado, naturalizado e rentabilizado, pronto para ser utilizado pela indústria do turismo e do espectáculo, especialmente pelo cinema” (TRAVERSO, 2012, p. 11).

A rua António Maria Cardoso (antiga rua do Tesouro Velho) localiza-se no Chiado, uma das zonas históricas de Lisboa, entre o Bairro Alto e a Baixa Pombalina. Pelo menos desde o Romantismo que se constitui – e se autorreferencia – como um local “cosmopolita”, de políticos, intelectuais e artistas, mas por onde também passava um circuito de sociabilidades femininas. A isto se associava uma parte comercial (juntamente com a

Baixa) para as classes médias e altas da sociedade portuguesa – penalizada, no último quartel do século XX, com a emergência, de novos hábitos de consumo ligados a novos espaços. Em agosto de 1988 um incêndio que deflagrou nos históricos armazéns Grandella (fundados no final do século XIX) destruiu vários edifícios nas ruas do Carmo, Garrett, Nova do Almada, Cruxifixo, Ouro e Calçada do Sacramento. A reconstrução foi entregue ao arquiteto Siza Vieira. Atualmente, o Chiado, mantendo o perfil comercial e com um preço por metro quadrado habitacional bastante alto, é um dos sítios mais procurados pelos turistas. Contemporaneamente, podemos associar à zona do Chiado um território de lazer, consumo e até cultural, sem com isto negligenciar a sua importância histórica na dinâmica lisboeta.

Esta brevíssima descrição do Chiado constitui-se como central para a compreensão da relação entre a rua António Maria Cardoso e a sua envolvimento urbana e a forma como se relaciona com esta parte da cidade.

O nome desta rua que estamos a analisar, alterado em 1890, presta homenagem a um oficial de Marinha (1849-1900), explorador africanista e, mais tarde, deputado. Paralela à rua do Alecrim, a António Maria Cardoso está rodeada por outras ruas que evocam militares que estiveram igualmente envolvidos nas expedições africanas, nomeadamente Vítor Cordon, Paiva de Andrada, Serpa Pinto, Capelo e Ivens.

Todas estas ruas, renomeadas entre 1885 e 1890, mostram como esta zona da cidade de Lisboa está profundamente marcada pelos sonhos oitocentistas de um império africano, na conjuntura da conferência de Berlim (1884-1885). Aí se estabeleceu o princípio da ocupação efetiva das colónias em África, levando Portugal a organizar expedições para o domínio do território, de modo a manter a sua posição imperial. Estes homens e os seus “feitos” africanos teriam igualmente uma enorme importância na visão da história propagandeada e ensinada durante o Estado Novo, que defenderia a ideia de um Portugal imperial e colonial, e depois dos “ventos de mudança” com o início das descolonizações, o Portugal com as suas “províncias ultramarinas”. Por elas arrastou a sociedade para uma guerra colonial em três frentes (Guiné, Angola e Moçambique).

É esta a primeira camada de significado histórico-toponímico a reter: o projeto imperialmaterializado na que era considerada a zona moderna e cosmopolita da cidade de Lisboa. Quando, em referências mais recentes, se fala na António Maria Cardoso, evocando a rua e não o nome do oficial de Marinha, o que é trazido à memória não são os esforços portugueses em África, mas outras reminiscências de cariz negativo do século XX português, nomeadamente as da repressão associada à polícia política do regime salazarista.

Voltemos à rua. Deixando o Largo do Chiado para trás, avançando pela rua de passeios estreitos com calçada portuguesa e carris do elétrico ao centro, encontramos à nossa direita o edifício verde pálido do outrora cinema “Chiado Terrasse”, que funcionou desde osalvores do século XX até ao início da década de setenta. Uns passos à frente, à esquerda, a rua abre-se à Travessa dos Teatros, deixando-nos entrever o Teatro Nacional de São Carlos.



Figura 1. Rua António Maria Cardoso, Lisboa, 2015

Fonte: A autora.

Sensivelmente a meio da rua, neste *travelling*, está o Teatro Municipal São Luiz, inaugurado no final do século XIX. Já se chamou D. Amélia, durante a Monarquia e, depois da implantação da República a 5 de Outubro de 1910, foi renomeado passando a ter o nome do regime. Neste ponto, equacionando os diferentes tempos deste espaço, relembramos a revolução na toponímia levada a cabo pelos republicanos, apagando da cidade os nomes associados à família real e a monarquia.

Na parte final da rua, o antigo Paço de Bragança deu lugar, na segunda metade do século XIX, aos edifícios de rendimento (do n.º 2 ao 26) da Casa de Bragança. Foi exatamente neste local que se instalou a sede PIDE/DGS.

É este o local — e os combates pela memória a ele associados — que se constitui como central para este artigo. Interessa-nos o espaço, que se transforma em lugar, e o processo em que se articulam os diferentes tempos históricos.

No grande edifício conhecido por ter sido a sede da temível polícia política do regime salazarista (PVDE/PIDE/DGS) e que até 1933 tinha o n.º 20, geralmente se ignora que ali foi uma sede importante de vários organismos sindicais: Empregados do Comércio e Indústria, Caixeiros (com o seu jornal *O Caixeiro*), Enfermeiros e Enfermeiras, Pessoal do Anglo-Portuguese Telephone, Compositores Tipográficos, Federação Portuguesa dos Empregados no Comércio e Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal (mais, em certa altura, o seu órgão de imprensa *O Gráfico*). No mesmo edifício, mas com entrada pelo n.º 26, também aqui esteve instalada nos seus primeiros tempos a redacção e administração davevista *Seara Nova*, fundada por António Sérgio, Raul Proença e outros intelectuais independentes [...] (FREIRE; LOUSADA, 2013, p. 38).

Esta descrição, parte da obra *Roteiros da Memória Urbana, marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX* (FREIRE; LOUSADA, 2013), recuperou também a vitalidade cívica e política deste local. J. M. Costa Feijão, escrevendo no jornal *Avante!* (órgão de imprensa do Partido

Comunista Português – PCP), a 6 de março de 2003 (no aniversário sobre o ano de fundação deste partido), lembrou que foi na Associação dos Caixeiros, na rua António Maria Cardoso que se formou uma comissão para a criação do PCP (sobre este assunto veja-se também MADEIRA, 2013, p. 19). Mas, e retomando os versos do poeta, compositor e cantor José Afonso (1929-1987), voz fundamental do Portugal da resistência, acima colocados em epígrafe, a rua António Maria Cardosoganhouno outro sentido durante o período da ditadura do Estado Novo, passando a ser um dos locais associados à repressão, juntamente com, por exemplo, o campo do Tarrafal (colónia penal, muitas vezes referida como campo de concentração), ou as cadeias do Aljube, Caxias ou do Forte de Peniche.

A Associação dos Ex-presos Políticos Antifascistas (AEPPA) publicou em 1977 uma pequena brochura intitulada *Os mortos reclamam justiça*. Nesta, fazem uma lista dos mortos às mãos do que entendiam ser a repressão fascista, de entre as quais aqueles que tinham morrido na sede da polícia política, o que faz deste lugar, além do espaço de desumanização e de violência, um lugar de morte. É simbólico que, apelando a que “todas as informações sobre a PIDE e a repressão fascista lhes sejam enviadas” (AEPPA, 1977, [contracapa]), a associação dos ex-presos políticos tenha como sede a rua António Maria Cardoso (n.º 15, 3.B).

Mas o edifício da polícia política está ainda associado a outro infame e infausto acontecimento. Muito embora a revolução portuguesa de abril de 1974 não se tenha caracterizado pelo derramamento de sangue, foi justamente neste local que, perante aqueles que exigiam o fim da polícia política, foi aberto fogo sobre a multidão, ferindo várias pessoas e matando quatro (embora algumas fontes falem de cinco). Importante é reter este dado: lugar de tortura e morte durante o regime, significou o estertor violento e letal do mesmo no dia da revolução. É exatamente a luta pela memória desta ação violenta, bem como a batalha contra o esquecimento em relação à polícia política e ao regime, que surgem no centro da polémica em torno deste espaço e o torna um lugar de disputa da memória.

A 25 de abril de 1980 foi colocada uma placa evocativa dos acontecimentos do dia da revolução na fachada do prédio, uma “homenagem de um grupo de cidadãos”. Nesta, numa curta e incisiva frase está contida a violência do momento, ou seja, explica-se que “a PIDE abriu fogo sobre o povo de Lisboa”, matando quatro pessoas cujos nomes são mencionados, numa clara estratégia de combate ao esquecimento. Enunciar, expondo em termos claros ou manifestar, faz assim parte do combate à amnésia.



Figura 2. Placa evocativa das mortes de dia 25 de Abril de 1974 na Rua António Maria Cardoso, Lisboa, 2015.

Fonte: A autora.

O Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), gerido pela Direção-Geral do Património Cultural, ajuda-nos na reconstrução desta história da utilização do edifício depois da revolução de 25 de Abril de 1974: da instalação da Comissão de Extinção da PIDE (serviços de coordenação de extinção da ex-PIDE/DGS³) ao estado de imóvel devoluto

³ Em junho de 1974 foi criado o Serviço de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa, que depois de outras tutelas e de uma reestruturação, foi transferido para a

(exceto piso térreo) em 1990, até 2004, com a aprovação de um projeto para a transformação num empreendimento de luxo.⁴ Há obviamente uma perplexidade a ser surpreendida na forma como um dos lugares epítomes da repressão e da violência – e depois da revolução, o lugar do reconhecimento da força dos que resistiam – pode ser transformado num condomínio. Mas a perturbação inicial rapidamente evoluiu para a tomada de posições concretas demonstrando que, pelo menos para uma parte da sociedade, esta questão não podia ser deixada por contestar.

O que aconteceu neste edifício da António Maria Cardoso não pode ser separado do que foi acontecendo no resto da cidade, sobretudo na histórica zona do Chiado, nomeadamente das pressões do imobiliário do segmento de luxo. Mais ainda: esta transformação não pode ser desassociada quer dos ciclos da memória e da história, em relação ao regime e à resistência, quer das políticas públicas de memória. Como demonstrou Manuel Loff (LOFF, 2015), a memória da luta contra o regime do Estado Novo tem atravessado vicissitudes várias. Para este historiador, o período de 1974-1976 foi a “única fase da vida social portuguesa na qual a memória antifascista conquistou uma hegemonia política evidente” (LOFF, 2015, p.31).

A construção do condomínio e, como adiante veremos, a desapareição da placa evocativa dos mortos pela PIDE, deram início a uma onda de protestos. Manuel Loff considerou que a partir do outono de 2005 podemos constatar o aparecimento de movimentos que tinham como escopo a transformação das sedes da antiga polícia política de Lisboa e do Porto no que chamou de “centros da memória da resistência”:

Em Lisboa, o movimento foi desencadeado pela notícia da transformação da antiga sede nacional da polícia política (que, ao contrário do que sucedia no Porto, nunca fora propriedade do Estado) num condomínio de luxo. Deste movimento

dependência da Assembleia da República em novembro de 1982 e extinto em janeiro de 1991.

⁴ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22128

surgiria, a curto prazo, a associação *Não Apaguem a Memória* (NAM), em que convergem sobretudo ativistas ligados ao BE [Bloco de Esquerda] e ao PS [Partido Socialista], alguns dos quais ex-militantes do PCP, de entre os quais se destacará Raimundo Narciso, antigo operacional da ARA[Ação Revolucionária Armada] e ex-deputado do PS, que presidiu ao NAM em 2008-2012 (LOFF, 2015, p. 131).

De facto, a associação movimento cívico NAM – *Não Apaguem a Memória* constituiu-se em maio de 2008, mas o movimento nasceu a 5 de outubro de 2005:

Face à tentativa de apagamento da memória da resistência ao fascismo, um grupo de cidadãos manifestou-se publicamente junto à antiga sede da PIDE/DGS, em 5 de Outubro de 2005, para protestar contra a transformação daquele edifício em condomínio fechado, sem que fosse assegurada uma adequada menção ao sofrimento causado a tantas portuguesas e portugueses pela polícia política do regime ditatorial.

Desta iniciativa cívica nasceu o Movimento Cívico “Não Apaguem a Memória!”, motivado pela exigência da salvaguarda, investigação e divulgação da memória da resistência antifascista e que considera ser responsabilidade do Estado, do conjunto dos poderes públicos e da sociedade a preservação condigna dessa memória.

Porque sem memória não há futuro (maismemoria.org).

Também a União dos Resistentes Antifascistas Portuguesas (URAP), ligada ao PCP, se manifestou sobre este assunto. Recebida pela Câmara Municipal de Lisboa, na pessoa do vereador Ruben de Carvalho, uma delegação desta associação expôs as atividades promovidas “no sentido do esclarecimento público”, junto das camadas mais jovens, do que foi e o que representou a

“ditadura fascista de Salazar e Caetano sustentada por um feroz aparelho repressivo”. De entre estas,

a elaboração pela URAP de um documento de protesto, logo que foi tornado público o destino a que iria ser dado ao edifício da sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa. Esse documento, subscrito por 4.500 (quatro mil e quinhentos) cidadãos revoltados por naquele local se ir construir um condomínio de luxo, foi oportunamente entregue ao então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio (URAP recebida pela CML).

Ou seja, estes dois exemplos mostram como uma parte da sociedade civil, claramente de sensibilidade política de esquerda, tomou posições públicas na luta pela memória dos resistentes.

Não sendo o objetivo deste artigo analisar todas as atividades do NAM, cumpre referir ainda que dinamizaram uma petição nacional (151/X/1)⁵, que deu entrada na Assembleia da República em 2006, reclamando políticas públicas da memória em relação aos crimes do Estado Novo e à resistência à ditadura. De igual modo condenaram a transformação do edifício da sede da antiga polícia política, num reconhecimento da importância deste local (a par de outros igualmente simbólicos) na preservação da memória. Defenderam a necessidade de criação de “um espaço e um elemento memorial”.⁶

Por último, levantando uma outra batalha que teve este lugar como palco central, gostaríamos de fazer uma breve referência e análise ao desaparecimento da placa evocativa colocada na fachada do edifício em

⁵ Petição Nº 151/X/1: Reclamam a criação de um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura, condenam a conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e apelam a todos os cidadãos e organizações para preservarem, de modo duradouro, a memória colectiva dos combates pela democracia e pela liberdade em Portugal. Veja-se o site do parlamento <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=11474>

⁶ Texto na petição disponível online: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e426c-64476c6a6232567a4c33526c6548527658325a70626d46734c316776554556554d545578-4c566774526935775a47593d&fich=PET151-X-F.pdf&Inline=true>

1980. A partir de 2009 vários ativistas, nomeadamente do NAM, políticos tanto na Assembleia da República como na Câmara Municipal de Lisboa e académicos protestaram contra o desaparecimento da supracitada placa e depois a sua colocação num local secundário, pouco visível e sem dignidade. Em 2014, a câmara Municipal apresentou queixa por alegado roubo da placa (*Público*, 2 de abril de 2014). Hoje em dia, a placa evocativa encontra-se na fachada do edifício.

Argumentamos, tal como estes ativistas, que estes lugares podem – e devem – funcionar como suportes da memória colectiva (IPPDH, 2012, p. 12). A placa tem um efeito de enunciação e de evocação que não deve ser negligenciado. Tem uma função de marca e de sinalização e, simultaneamente, de homenagem. Todas as medidas tomadas para que estivesse na fachada do edifício demonstram como está viva a memória dos resistentes.

Considerações finais

Procurámos fazer um exercício que equacionasse as diferentes camadas históricas que se encontram num local. O ponto espacial de um mapeamento da geografia da resistência – e da memória enquanto forma de resistência – escolhido foi a rua António Maria Cardoso e mais especificamente o edifício que albergou a sede da polícia política portuguesa. Era importante perceber a evolução e a complexidade além do património material, resgatando a sua densidade histórica associada às suas formas de ocupação e aos seus significados.

Se no início do século XX este espaço – que poderia parecer quase sempre o mesmo visto do exterior – era um lugar associado à vida cívica, intelectual e política, a partir da emergência do Estado Novo passou a assumir, em certo sentido, o seu contrário. Era o lugar que violentamente punia o dissenso.

Depois do 25 de Abril de 1974, nos mais de quarenta anos de democracia, o mesmo local transformou-se, como vimos, num espaço de combate. Já não entre os opositores ao regime e a polícia política, mas entre a amnésia e o dever de relembrar todos aqueles que foram expostos

e sofreram com a violência policial do regime. Neste sentido deve ter um lugar na geografia da resistência da cidade de Lisboa.

Retomamos a importância simbólica da manifestação de 5 de outubro de 2005: a contestação – que configura um dos aspectos de cidadania democrática e interventiva – à transformação da antiga sede da polícia política transforma aquele espaço no campo de batalha. Muito embora o espaço físico do edifício seja privado, a manifestação abriu, de forma simbólica, o espaço público. Esta Lisboa tornou-se uma cidade participativa, que questiona e que age.

É também disto, desta matéria fluída e quente da memória e dos seus combates, que a cidade é feita.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José. *Textos e canções*. org. Elfriede Engelmayer. 3a. ed. rev. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. *Roteiros da Memória Urbana. Marcas deixadas pelos libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

HARMON, Katherine (ed.). *You are here: Personal Geographies and other maps of imagination*. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 2004.

HARVEY, David. Space as a key Concept. *Paper for Marx and Philosophy Conference*, Institute of Education, London, 29 May 2004.

Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH). *Documentos IPPDH. Princípios Fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória*, 2012. (consultado em 8 de novembro de 2015)

FEIJÃO, J. M. Costa. 1921 – O ano da Fundação do PCP. In: *Avante!*, n.º 1527, 6 de março de 2003. (<http://www.avante.pt/pt/1527/argumentos/114198/>, consultado a 7 de outubro de 2015)

LOFF, Manuel. Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014). In: LOFF, Manuel.

(et al.). *Ditadura e Revolução. Democracia e políticas da memória*. Coimbra: Almedina, 2015.

MADEIRA, João. *História do PCP. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

NAM, “Quem somos”, maismemory.org, <http://maismemoria.org/mm/home/quem-somos/>, consultado em 10 de outubro de 2015.

SZTULWARK, Pablo. Ciudad Memoria: Monumento, Lugar y Situación Urbana, Memoria Abierta, http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/ciudad_memoria.pdf (consultado em 7 de outubro de 2015)

Público, 2 de Abril de 2014, edição online: <http://www.publico.pt/local/noticia/camara-de-lisboa-apresentou-queixa-pelo-roubo-de-placa-da-antiga-sede-da-pide-1630701>, (consultada a 8 de outubro de 2015)

TRAVERSO, Enzo. *O Passado, modos de usar. História, Memória e Política*. Edições unipop, 2012.

URAP, “URAP recebida pela CML” 21-11-2006, <http://www.urap.pt/index.php/urap/documentos-mainmenu-33/17-urap-recebida-pela-cml>, (consultado em 9 de outubro de 2015)

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA A PARTIR DE UMA OPERAÇÃO SAAL¹

JOÃO BAÍA

Os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) estudados por Castells estão de novo a assumir centralidade. Quando parte do movimento dos indignados em Espanha apoiou e integrou a Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH), quando na Turquia e no Brasil, em 2013, reivindicações urbanas dão início a um movimento que aglomera outros movimentos e outras reivindicações podemos observar que os MSU, os seus repertórios, as suas reivindicações devem ser de novo objecto de estudo. Quando se discute os MSU na Europa parece que houve um processo de amnésia, de esquecimento de lutas urbanas importantes, estudados por Castells na sua obra *Lutas Urbanas e Poder Político*, na qual se debruça sobre lutas urbanas em Paris, Monterreal e Santiago do Chile em que refere que:

[...] a cidade se transforma sob o impulso, não dos técnicos de planificação urbana, mas do processo contraditório dos grupos sociais e também, como é que as questões postas pela problemática urbana são expressas através das acções que renovam as vias revolucionárias das nossas sociedades, articulando outras formas de conflito às resultantes do sistema produtivo e da luta política (CASTELLS, 1976, p. 124).

¹ Este texto apresenta-se em sua forma original, escrito em português de Portugal.

Castells, Borja e Lojkin debruçaram-se sobre os Movimentos Sociais Urbanos (MSU). Castells foi o autor que impulsionou mais este debate teórico em torno dos MSU, tendo sido muito estudado nos anos setenta. Em Portugal, era um autor de referência, para quem queria estudar neste período, os MSU. Castells, tendo estudado o movimento social de moradores em contextos de crise do Estado como Itália, França, Chile e Canadá, considerava que o movimento social urbano era um sistema de práticas, cujo desenvolvimento tendia para a transformação estrutural do sistema urbano ou da relação de forças no seio da luta de classes, e em último caso na relação de forças estabelecidas para ver quem controlava o poder do Estado, através da junção dos vários órgãos de poder popular (*apud* LOJKINE, 1981, p.302).

Castells entendia que era preciso extrair dos MSU, “suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado”, para se poder, “a partir de sua observação concreta, registar a forma pela qual se desenvolvem e as acções e organizações que integram”. Por fim, seria necessário relacionar os elementos obtidos com: “a) as contradições estruturais do capitalismo; b) a expressão estrutural do movimento no urbano; e c) o processo político mais geral do país nos últimos anos” (*apud* GOHN, 2002, p. 190).

Para Foweraker, os movimentos urbanos, que na América Latina nos anos 70 e 80 começaram a ser muito estudados, eram uma categoria aberta, pois eram condicionados pelo “tempo, espaço e circunstâncias, podendo incluir novas formas de movimento operário, movimento de mulheres, movimento de professores, movimento estudantil e movimentos a favor dos desaparecidos ou exilados” (FOWERAKER, 1995, p. 6). “O contexto urbano”, durante este período, “tornou-se especialmente importante devido à concentração de movimentos” (FOWERAKER, 1995, p. 6).

As grelhas de análise disponíveis ou mais em voga em certos momentos não têm muitas vezes em conta experiências mais próximas a nível geográfico, preferindo, por exemplo, traçar paralelismos entre as tentativas recentes de ocupações de casas em Portugal com os movimentos de ocupação de casas e espaços devolutos noutros países europeus como Itália, Alemanha, Holanda

ou Espanha. É necessário conhecer a história dos movimentos sociais, o contexto histórico, económico e social dos países e do próprio país, quando se tenta comparar movimentos sociais de diferentes países.

Uma maior compreensão e conhecimento da história dos MSU em Portugal permitirá, a quem estuda movimentos sociais e aos activistas desses movimentos, saber que em Portugal o direito à cidade, ao lugar e à habitação já mobilizou milhares de pessoas em diferentes modalidades de MSU.

Este tipo de movimento não cabe no conceito Novos Movimentos Sociais pelas razões expostas num livro sobre a memória do movimentos de moradores em Madrid: “sus reivindicaciones no se centraban, en primer término, en bienes ‘posmateriales’; por outro lado, su caracter interclasista distinguía el movimiento vecinal de otras modalidades ‘clásicas’, como el movimiento obrero” (PÉREZ QUINTANA; SÁNCHEZ LEÓN, 2008, p. 14).

A partir do estudo das memórias dos moradores de um bairro procurar-se-á compreender as razões pelas quais esses moradores conseguiram organizar-se de forma a mudar de forma substancial as condições habitacionais do seu bairro, tendo em conta o contexto histórico a nível local e nacional (BAÍA, 2012).

Em Portugal, no dia 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas realizou um golpe militar que granjeou ampla adesão popular, constituindo uma ruptura com 48 anos de ditadura. A política de habitação do Estado Novo foi minimalista e vedava o acesso à habitação para todos e punha em causa o direito à cidade e ao lugar. A parca habitação social foi construída na periferia das cidades, contribuindo para o isolamento das famílias carenciadas que conseguiram viver num bairro de habitação social. Nas duas últimas décadas do Estado Novo, com o crescimento da urbanização e industrialização, o governo viu-se obrigado a deixar de construir núcleos de casas unifamiliares nas periferias das cidades para começar a construir habitações coletivas em grandes bairros situados na periferia, sobretudo do Porto e de Lisboa, cidades que constituíram o destino da maior parte das migrações internas resultantes do êxodo rural e dos fluxos interior-litoral, devido à maior concentração de indústrias (SERRA, 1997, p. 5).

As reivindicações e as acções das lutas urbanas durante os dois anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 incidiram além da questão do alojamento, em áreas como a educação, a saúde, transportes e criação de equipamentos colectivos.

Durante o período entre 1974 e 1976, as ocupações de casas, a luta contra o subaluguer de casas, a participação em comissões e associações de moradores, a criação de órgãos de coordenação alargados à participação de outros sectores e o envolvimento de alguns bairros no processo SAAL foram algumas das modalidades assumidas pelos MSU.

Irei deter-me mais no Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), nomeadamente na operação SAAL da Relvinha, em Coimbra.

O SAAL, resultou de um Despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, aprovado a 31 de Julho de 1974. Este projecto divulgado internacionalmente em revistas de arquitectura de vários países implicava os moradores no processo de gestão e controlo das operações; obrigava os moradores auto-organizarem-se e a terem de constituir uma associação de moradores; cruzou a noção de direito à habitação com o direito à cidade e ao lugar, defendendo a manutenção dos moradores pobres nos bairros localizados nos centros das cidades (RODRIGUES, 1999, p. 49). A obra de José António Bandeirinha sobre o SAAL a nível nacional contém um levantamento exaustivo das operações SAAL, permitindo uma melhor compreensão das diferentes problemáticas e perspectivas discutidas a nível nacional e internacional em torno da “Arquitectura do 25 de Abril” (BANDEIRINHA, p. 2007).

De um despacho emitido pelo I Governo Constitucional, no dia 27 de Outubro de 1976, conferiu às Câmaras Municipais o controlo e a definição das operações em curso, resultou a extinção do SAAL, pois foi do poder local que surgiram os maiores obstáculos ao SAAL.

O movimento de moradores e o processo SAAL em Coimbra não teve o mesmo impacto que teve noutras cidades. A maior parte das associações de moradores eram pouco activas, excepto as associações dos bairros que aderiram ao SAAL e que estavam marcados há vários anos pela pobreza

e por condições habitacionais precárias. De quatro bairros, apenas um passou da fase do projecto para a fase de construção – o bairro da Relvinha.

Nesta pesquisa realizou-se uma “etnografia em retrospectiva”, trabalhando com as memórias dos moradores que conceptualizam o passado “a partir de um tempo presente” (ALMEIDA, 2002, p. 50), partindo de um quadro teórico e metodológico multidisciplinar e recorrendo à realização de histórias de vida, entrevistas semiestruturadas, análise de jornais locais e nacionais e de documentos vários, que acedi em arquivos pessoais de moradores do bairro da Relvinha, arquivo da Cooperativa Semear Relvinhas, arquivo da Câmara Municipal de Coimbra e Centro de Documentação 25 de Abril.

No Anteprojeto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra, apresentado por De Gröer, em 1948, previa-se o crescimento da cidade para norte, o que veio a acontecer na década de 50, aquando do alargamento da Avenida Fernão de Magalhães até à zona da estação ferroviária (Estação Velha, também conhecida por Coimbra B).

Este alargamento do limite da aglomeração urbana da cidade de Coimbra obedecia à política de zonamento, de divisão do território em zonas que seriam destinadas para habitação, para a indústria, serviços. Esta divisão também dividia o território segundo as classes sociais, destinando normalmente as zonas mais periféricas para a indústria e para a classe operária.

As memórias dos informantes do período anterior a 1954, quando na sua maioria, eram ainda crianças e adolescentes e moravam na zona da Estação Velha constituem uma memória colectiva de uma infância de pobreza, descrevendo as estratégias familiares de sobrevivência, a fome, as cheias, as precárias condições de habitabilidade.

As estratégias familiares de sobrevivência relatadas podem ser consideradas formas de “resistência quotidiana”, como as referidas por James Scott em relação aos camponeses de Sedaka na Malásia que se distinguem das formas de resistência aberta, como greves e manifestações (SCOTT, 1985). As formas de “resistência quotidiana” identificadas foram: o mercado negro durante a II Guerra Mundial, andar pendurado no eléctrico, trocar senhas de racionamento por outros géneros, roubar

carvão da linha de comboio para acender o fogareiro. Vinte e oito famílias que viviam na zona da Estação Velha viram as suas casas ser demolidas em 1954 devido à construção da avenida Fernão de Magalhães. Depois de serem desalojadas e viverem em bairros camarários durante três anos, foram realojadas em 1957 pela Câmara Municipal em vinte e oito casas (barracas) de madeira, de forma “provisória” até 1974.

Entre 1957 e 1974 os quotidianos presentes nas narrativas de vida recolhidas continuaram a ser quotidianos de pobreza. As barracas de madeira, que com o passar dos anos foram-se degradando, ofereciam condições de habitabilidade bastante precárias. Os informantes apontaram facto do chão das casas ser de cimento, da chuva entrar dentro das casas, de existir um elevado grau de humidade, do frio sentido no interior das casas e da lama que se formava nas pequenas ruas entre as barracas de madeira. A fome, a falta de luz e água foram outras carências indicadas.

O deslocamento dos moradores para uma zona mais periférica trouxe o aumento da distância relativamente ao centro da cidade e consequentemente um maior isolamento do bairro.

O movimento estudantil protagonizou de 1958 a 1974 vários episódios que agitaram a cidade de Coimbra, desde crises académicas, manifestações, greves, que originaram cargas policiais, prisões. Alguns moradores começaram a frequentar meios e espaços onde conheceram elementos dos movimentos de oposição ao regime, como cafés, tascas e repúblicas de estudantes, permitindo quebrar os efeitos do isolamento a que foram destinados. Estes espaços eram lugares, onde se juntavam estudantes, intelectuais, operários, onde se discutia política, que permitiram a alguns moradores a ter a ter acesso a informação que, de outra forma, lhes estava vedada, devido à parca escolarização que possuíam e à guetização a nível geográfico, cultural e social.

Um morador refere duas acções que ocorreram em finais dos anos sessenta, que estarão entre as formas de “resistência quotidiana” e as formas de “resistência aberta”, referidas anteriormente: o rompimento de uma fossa séptica, cujo conteúdo caiu sobre a entrada do prédio do vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra e a colocação de sacos

de lixo nas escadas da casa do Presidente da Câmara de Coimbra. Ambas foram realizadas à noite e de forma clandestina:

Fernando Martins de Almeida descreve o ambiente que se viveu em Coimbra nos dias a seguir ao 25 de Abril de 1974:

As pessoas começaram a ficar mais alegres. Pessoas que nunca falaram em política andavam na rua a gritar “25 de abril sempre”. O que marcou mais aqui em Coimbra foi a mobilização das pessoas. Famílias inteiras na rua. As pessoas a quererem acreditar que era possível. Que o país tinha de andar para a frente. [...] Toda a gente com cravos na mão. Crianças com cravos. Os cravos desapareciam todos. Era lindo. Famílias, todos a chorarem. Víamos na televisão as prisões a abrirem-se para os antifascistas, as pessoas a saírem das prisões e a abraçarem os amigos e os familiares. A mim nunca mais me sai da memória.

A seguir ao 25 de Abril abriu-se uma janela de oportunidades que o bairro da Relvinha não deixou escapar e aderiu ao projecto SAAL. No Concelho de Coimbra, em 1975, estavam em curso quatro Operações que pretendiam alojar dignamente 260 famílias em quatro bairros da cidade: no Bairro da Relvinha, Conchada, Fonte do Bispo e na Quinta da Nora (Conselho Nacional do SAAL, 1976).

Destes quatro bairros, o bairro da Relvinha foi o que adoptou os procedimentos necessários para acelerar o processo de construção de 34 casas (entretanto o número de agregados familiares já tinha aumentados de 28 para 34) e o único a conseguir passar da fase do projeto à fase da construção.

A brigada SAAL da Relvinha que esteve na elaboração do projeto e no acompanhamento da obra liderada pelo arquiteto Carlos Almeida de acordo com a vontade expressa pelos moradores decidiu aderir à autoconstrução, que consistia na participação ativa dos moradores no processo de construção das casas de forma a tentar reduzir o custo final da obra. Segundo um dos moradores, o arquitecto Carlos Almeida “quis acelerar isto o mais rapidamente possível, porque ele dizia e muito

bem, era preciso começar-se a fazer alguma coisa, houvesse dinheiro ou não, para que as pessoas acreditassem, senão ia tudo por água abaixo” (OLIVEIRA, 2003, p. 81).

Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo a seguir ao 25 de Abril, criador do projecto SAAL defendia, segundo José António Bandeirinha, “que era necessário «mexer na obra», com todas as implicações físicas e psicológicas da acção, para que essa apropriação fosse mais intensa” (BANDEIRINHA, 2007, p. 122). Algumas operações SAAL recorreram à autoconstrução como uma das formas de participação dos moradores nos encargos da obra como a operação SAAL da Meia Praia que deu origem à conhecida música de José Afonso “Índios da Meia Praia”, que serviu de banda sonora para o filme de António Cunha Telles “Continuar a viver ou os Índios da Meia Praia”. A autoconstrução foi recusada por várias comissões e associações de moradores em várias operações SAAL, bem como, por vários arquitectos que consideravam a autoconstrução como “dupla exploração do trabalhador”.

Um dos informantes descreve assim o processo de autoconstrução:

As pessoas a meter tijolo mulheres, crianças, toda a gente ali a ajudar. Foi lindo e depois as pessoas que vieram de fora estudantes de vários países. Foi uma envolvimento muito grande. [...] Foi um dos momentos mais bonitos da história do bairro da Relvinha (José Fernando Martins de Almeida, 2009).

Ressalvando que nunca se deixaram colonizar por nenhum grupo e que seguiram um caminho autónomo, o bairro obteve apoio de grupos de estudantes, grupos culturais, partidos e grupos católicos, empresas. Tiveram o apoio de um grupo, chamado Companheiros Construtores, constituído por jovens voluntários estrangeiros que participaram no processo de construção do bairro.

Algumas pessoas entrevistadas destes grupos e os próprios moradores referiram que houve uma “aprendizagem mútua”, entre diferentes

culturas, diferentes classes, diferentes conhecimentos. A “aprendizagem mútua” é um conceito emic que desenvolvi a partir da minha investigação sobre a Relvinha e que está relacionado com uma aprendizagem recíproca entre os moradores e os grupos externos ao bairro. Da parte destes grupos também houve aprendizagem, porque passaram a conhecer uma realidade que lhes estava vedada e tiveram que aprender novas formas de comunicar os seus conhecimentos.

A relação entre técnicos e moradores reflectiu-se na “democratização da racionalidade técnica e na ampla disponibilização de informação” (NUNES; SERRA, 2003) às populações. O arquitecto Francisco da Silva Dias afirma que:

[As populações] alcançam sobretudo o direito a pensar a cidade [...] [Para os arquitectos] terá sido a grande experiência trazida pela Revolução. Pela primeira vez têm, como clientes, com os quais dialogam directamente, populações carenciadas. Diálogo difícil e enriquecedor (apud DIONÍSIO, 1993, p.170).

Os arquitectos tiveram de aprender a trabalhar com outras escalas e a comunicar de forma diferente e os moradores tiveram de aprender a participar em assembleias, a explicar como queriam as suas casas, dando corpo ao processo de “aprendizagem mútua”. A aprendizagem mútua esteve presente noutros projetos governamentais levados a cabo no mesmo período e que procuravam uma maior democratização do saber, da cultura, dos cuidados médicos, como o Serviço Cívico Estudantil, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA e o Serviço Médico na Periferia.

Conclusão

A associação de moradores do bairro da Relvinha para além de ter conseguido resolver a questão principal do bairro – melhoria das condições de habitação dos moradores – construiu uma escola, criou a cooperativa

Semearrelvinhas que construiu anos mais tarde um prédio para novos moradores carenciados, colaborou com as associações dos bairros da cidade de Coimbra que aderiram ao SAAL, com comissões de trabalhadores e com a Cooperativa Agrícola de Barcouço do Concelho da Mealhada que chegou a vender os produtos da cooperativa no bairro. Participaram em manifestações locais e nacionais pelo direito à habitação e contra extinção do SAAL e, nos momentos-chave do período entre 1974 e 1976, tomaram posição, deslocando-se para sítios estratégicos da região e da cidade (Aeródromo de Cernache e Ponte de Santa Clara).

Quais as razões que permitiram um maior envolvimento e participação dos moradores do bairro da Relvinha, após o 25 de Abril de 1974? Julgo que podemos encontrar respostas múltiplas para esta questão. Os diversos apoios externos, a memória partilhada de carências económicas, o isolamento, que por outro lado conduziu a uma maior unidade entre os moradores e a uma elevada identificação com o bairro. A experiência adquirida em lutas levadas a cabo pelos moradores antes do 25 de Abril de 1974 e o contacto com outros movimentos sociais como o estudantil e o operário poderão ser alguns factores que permitiram acelerar todo o processo e ao mesmo tempo conseguir envolver os moradores nas tomadas de decisão colectiva em assembleias e na participação em reuniões camarárias e em acções do MSU a nível local e nacional e em acções de outros movimentos.

O contexto histórico e geográfico revelou-se muito importante para compreender a mobilização dos moradores deste bairro, uma vez que, segundo os informantes, houve um maior contacto entre diferentes grupos e classes sociais, numa época, nos “longos anos 60”, numa cidade, que marcou uma geração e que originou uma “aprendizagem mútua” de repertórios de luta, de formas de organização, cruzamento de ideias e experiências políticas diferentes. Como os moradores do bairro da Relvinha antes do 25 de Abril tiveram contacto com o movimento estudantil e com movimentos de oposição ao Estado Novo conseguiram aproveitar melhor a janela de oportunidades que se abriu a seguir ao 25 de Abril, usando as redes sociais já criadas. Estas redes permitiram contactar com outros

grupos que se disponibilizaram para ajudar os moradores do bairro da Relvinha na resolução de questões técnicas, burocráticas, arranjando formas diversas de angariar fundos, como apoio na autonstrução, venda de autocolantes, organização de concertos e sessões de esclarecimento.

A memória de um período denso como o que decorreu entre 1974-1976 necessita de uma análise situada e diacrónica que nos permita compreender o contexto local e as suas dinâmicas sociais, culturais e políticas. Compreender este período implica conhecer os diversos movimentos sociais e como actuaram em diferentes situações e contextos geográficos. A maior parte dos estudos focaram os acontecimentos que decorreram nas grandes cidades, deixando na sombra acontecimentos que dificilmente se encontram nos jornais nacionais da época ou na documentação disponível em diferentes arquivos. Por isso a história oral foi fundamental para desocultar uma história feita a partir das diferentes memórias dos moradores e das pessoas que prestaram apoio ao bairro.

Pablo Sánchez León, a partir dos relatos dos líderes dos MSU madrilenos, conclui que todos referem o afastamento das gerações mais novas do activismo e o envelhecimento das lideranças, como factores que podem conduzir ao desaparecimento da memória das lutas do movimento. O importante para o autor não é apenas passá-las a um registo escrito e “conservar sus ecos”, mas também “garantizar la continuidad de su audiencia” (SÁNCHEZ LEÓN, 2008).

Os moradores sublinham a importância da transmissão da memória às gerações mais novas para a continuidade da mobilização dos moradores do bairro face aos novos problemas que vão surgindo:

Eu penso que devia haver aulas que versassem sobre o 25 de Abril. A malta com vinte anos não sabe. Porque também ninguém está interessado em lhes ensinar. Mas esta rapaziada toda que está aqui devia ser consciencializada, deviam conhecer o que é o 25 de Abril para amanhã terem força para voltarem a fazer o mesmo se for necessário, porque vai ser

[...] Penso que o futuro está nas gerações mais novas, mas continuo a pensar que os mais velhos têm a obrigação de os dinamizar. Têm a obrigação de os politizar para isso, têm a obrigação de os consciencializar. Há três anos no dia 28 de Fevereiro fiz aí um discurso em que disse: “A Relvinha não morrerá nunca porque vocês jovens têm a obrigação de lhe dar continuidade” (JORGE VILAS, 2009).

A memória, segundo Paula Godinho, “pode servir para olhar a história com os olhos do que foram subalternizados ou proveniente de grupos sociais subordinados” (2011, p. 21). Ao contrário das memórias oficiais e hegemónicas produzidas pelos governos, por outras instituições e pelos meios de comunicação social, estas tendem a permanecer “subterrâneas, escondidas ou interditas”, dando corpo às “memórias fracas”. Esta tensão entre dois tipos de memória baseados nas diferenças de poder e reconhecimento indicada por Enzo Traverso é sintetizada desta forma: “A ‘visibilidade’ e o reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possui” (TRAVERSO, 2012, p. 71-72).

Ao longo dos últimos quarenta anos os MSU em Portugal perderam a dinâmica participativa e hoje, o direito à habitação e o direito à cidade continuam a ser problemas por resolver. A intensa participação de milhares de pessoas em diferentes movimentos sociais durante o período entre 1974-1976 tem sido remetida para o esquecimento pelos meios de produção de memórias hegemónicas.

Com esta investigação procurou-se contribuir para um maior conhecimento da história das populações que vivem nas periferias. A partir das memórias dos moradores do bairro da Relvinha, situado na periferia da cidade de Coimbra, procurou-se dar voz a memórias que eram “fracas” na cidade e no país.

BIBLIOGRAFIA

BAÍA, João. *SAAL e Autoconstrução em Coimbra - Memórias dos moradores do Bairro da Relvinha 1954-1976*. Castro Verde: 100Luz, 2012.

BAÍA, João; CACHADO, Rita (orgs.). *Políticas de Habitação e Construção Informal*. Lisboa: Mundos Sociais, 2012.

BANDEIRINHA, José António. *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

CARDINA, Miguel. *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Lutas urbanas e poder político*. Afrontamento: Porto, 1976.

DOWNS, Chip; SILVA, Fernando Nunes da; GONÇALVES, Helena; SEABRA, Isabel. *Os Moradores à conquista da Cidade: Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal – 1974/76*. Lisboa: O Armazém das Letras, 1978.

FERREIRA, Vítor Matias. *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*. Porto: Afrontamento, 1975.

POWERAKER, Joe. *Theorizing Social Movements*. London: Pluto Press, 1995.

GARRIDO, Álvaro. *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo Coimbra 1962*. Coimbra: Minerva Editora, 1996.

GODINHO, Paula (Org.) *Usos da Memória e Práticas do Património*. Lisboa: Colibri, 2012.

GODINHO, Paula. História de um Testemunho com Caxias em Fundo. In: RODRIGUES, Aurora. *Gente Comum uma história na PIDE*. Castro Verde: 100LUZ, 2011.

GODINHO, Paula. *Memórias da resistência rural no sul – o caso do Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta, 2001.

GODINHO, Paula; FONSECA, Inês; BAÍA, João (Coords.). *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas*. Lisboa: IHC-FCSH/UNL, 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno. Casas decentes para o povo movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: Boaventura S. Santos (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003, pp. 215-245.

OLIVEIRA, José Manuel Albuquerque. *O SAAL e o Movimento de Moradores em Coimbra*. Prova Final de Licenciatura, Coimbra, Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2003.

OLIVEIRA, Luísa Tiago. *Estudantes e Povo na Revolução – O Serviço Cívico estudantil (1974-1977)*. Oeiras: Celta, 2004.

PÉREZ QUINTANA, Vicente; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo (Eds.). *Memoria Ciudadana y Movimiento Vecinal Madrid 1968-2008*. Madrid: Catarata, 2008.

PINHO, Jaime. *Fartas de viver na lama – 25 de Abril – O Castelo Velho e outros Bairros SAAL do Distrito de Setúbal*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

RODRIGUES, Maria. *Pelo Direito à Cidade: O Movimento de Moradores do Porto (1974/76)*. Porto: Campo das Letras, 1999.

SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. La memoria cívica: biopolítica de los dirigentes vecinales madrileños. In: PÉREZ QUINTANA, Vicente; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo (Eds.). *Memoria Ciudadana y Movimiento Vecinal Madrid 1968-2008*. Madrid: Catarata, 2008.

SCOTT, James C. *Weapons of the Weak – Everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

SERRA, Nuno. Território e habitação em Portugal. In: *Oficina do CES*, nº 101, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1997.

SIGNORELLI, Amalia (1999). Pietralata: las luchas por la vivienda. In: *Antropologia urbana*. Barcelona: Anthropos Editorial, 1999.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

Fontes orais

Histórias de Vida:

ALMEIDA, José Fernando Martins de (2009)

ALMEIDA, Mário Martins de (2009)

ALMEIDA, Regina Martins de (2009)

MORTÁGUA, Maria de Lurdes Santos (2009)

MORTÁGUA, Maria Rosalinda Santos (2009)

SANTOS, Carlos Eduardo dos (2009)

SANTOS, João dos (2009)

SANTOS, João Augusto dos (2009)

SANTOS, Maria Albertina Ferreira da Silva dos (2009)

VILAS, Jorge (2009)

Entrevistas semi-directivas

ALMEIDA, Celeste (2007)

BANDEIRINHA, José António (2009)

FERREIRA, José Augusto (2007)

GOMES, Diamantino (2009)

GOUVEIA, Hermínio Simões (2009)

MARCONI, Francesco (2009)

NATIVIDADE, Frederico (2007)

OLIVEIRA, Mário de (2009)

RIBEIRO, Letícia (2009)

JAHNKE, Hans (2009)

VILAS, Jorge (2007)

Filmografia

DIAS, João (2007), *As Operações SAAL*, 90m, dist. Midas Filmes.

MESQUITA, Pedro e ARAÚJO, Sandro (2009), *Paredes Meias*, 53m, dist. Muzzak/Cinemactiv.

TELLES, António da Cunha (1976), *Continuar a Viver ou os Índios da Meia-Praia*, 108m, dist. Costa do Castelo Filmes.

TREFAUT, Sérgio (1999), *Outro País. Memórias, Sonhos, Ilusões... Portugal 1974/75*, 70m, dist. Costa do Castelo Filmes.

A GUERRA COLONIAL ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO¹

MIGUEL CARDINA

I.

A 25 de Abril de 1974 seria derrubada em Portugal a ditadura do Estado Novo, por via de um golpe militar ao qual se seguiria um agitado período revolucionário. Entre 1974 e 1975, e em correlação com isso, assistir-se-ia também ao processo das independências africanas e ao fim de uma longa guerra colonial, que o Estado português levava a cabo em África desde 1961. Mais de quarenta anos depois do fim das guerras entre o Estado português e os movimentos de libertação africanos, o conflito permanece ainda hoje em Portugal um palco de evocações fragmentadas e de amnésias persistentes. A forma como é rememorado – e como é silenciado – atesta a força de um acontecimento cuja existência não se confina ao seu início e fim cronológico. Para utilizar uma expressão de Henry Rousso e Éric Conan, a propósito da França de Vichy, estamos diante de “um passado que não passa” (CONAN; ROUSSO, 1994), cuja presença no presente se revela tanto no que é dito como no que permanece por verbalizar ou por trazer à discussão.

¹ Este texto apresenta-se em sua forma original, escrito em português de Portugal.

A breve menção a alguns números permite constatar a dimensão e o impacto da guerra colonial em Portugal. Num país à época com nove milhões de habitantes na chamada “metrópole”, cerca de 800 mil jovens foram mobilizados para combater em África. Trata-se, como já foi notado, de um esforço humano cinco vezes maior, em termos comparativos, àquele empregue pelos Estados Unidos da América no Vietname (CANN, 1997, p. 106). A estes números devem somar-se os mais de 500 mil africanos que foram incorporados na tropa portuguesa, num processo que foi crescendo com o andamento da guerra: na década de 1970, e tomando em conjunto os três teatros de operações (Angola, Moçambique e Guiné), o recrutamento local estava já acima de 40% do total das tropas regulares, e em Moçambique passou a representar, a partir de 1971, mais de metade do contingente (COELHO, 2002). Os treze anos de conflito originaram mais de 8.000 militares mortos e cerca de 30.000 feridos, confinando a contabilidade apenas às tropas portuguesas. Não se conhecem dados completos e fiáveis sobre as vítimas feitas entre a população civil e entre os guerrilheiros africanos. E a guerra foi também uma das causas da forte vaga emigratória que conduziu mais de um milhão de portugueses para fora do país, entre 1958 e 1974.²

II.

A guerra não foi publicamente assumida como tal pelo Estado Novo, o regime político institucionalizado no início da década de 1930 e que teria na figura de António de Oliveira Salazar o seu símbolo máximo. Na leitura que a ditadura difundiria, o que ocorria em África eram antes acções armadas dentro de um mesmo espaço nacional que —o “Portugal uno e indivisível do Minho a Timor”, numa expressão célebre da propaganda do regime —e

² Dos perto de 900.000 portugueses que emigraram para França entre 1958 e 1974, 563.000 fizeram-no clandestinamente, tendo esse número sido particularmente alto no final da década de 1960. Cf. Freitas, 1989: 194. Para uma visão aprofundada sobre o fenómeno migratório para França durante estes anos, cf. PEREIRA, 2014.

levadas a cabo por “terroristas” isolados do verdadeiro sentir da população das colónias. Só tardiamente, na verdade, a guerra se tornou alvo de debate e contestação, e ainda assim em domínios sociais bastante circunscritos.

Vários factores ajudam a explicar o consentimento em torno da guerra no Portugal da década de 1960. Em primeiro lugar, cabe registar o impacto de uma “mística imperial” que acentuava o papel civilizador e cristianizador de Portugal em África. Reconfigurando tópicos anteriores ao Estado Novo, ela ganhou aqui projecção e sedimentação, difundindo-se nas escolas e na propaganda, nos órgãos de comunicação e nas grandes celebrações do regime. Em segundo lugar, e como frequentemente acontece no início dos conflitos militares, este foi acompanhado por um certo fervor nacionalista, insuflado por alguns relatos e imagens unidireccionais de violência contra os colonos portugueses.

Um terceiro factor reside nos mecanismos de censura e no cerceamento das liberdades públicas, originando uma situação de filtragem da informação disponível. A isto deve somar-se ainda uma cultura de resignação que era determinada, entre outros aspectos de natureza histórica e social, pela criminalização e demonização do debate político – e, portanto, da discussão sobre a realidade da guerra ou sobre a sua legitimidade. Era a eficácia do que o historiador Fernando Rosas designa como “violência preventiva”, esse conjunto de órgãos de vigilância, de ordem pública e de inculcação ideológica que incitavam à obediência e que limitavam fortemente a expressão de posicionamentos contrários à norma social e política definida pelo Estado Novo (ROSAS, 2012, p. 196-202).

Por fim, importa ainda considerar a vontade ativa do regime em esconder da sociedade os impactos da guerra. Salienta Carlos Matos Gomes que o regime nunca deu apoio institucional aos combatentes e às suas famílias. Regressados à então Metrópole, os militares feridos desembarcavam de maneira quase clandestina e eram entregues a cargo de uma instituição não-governamental, a Cruz Vermelha (GOMES, 2004, p. 173). Na verdade, quem combateu a guerra viu-se assim envolvido por um regime de invisibilidade, que tocou particularmente dois grupos sociais:

os africanos que combateram do lado português, vistos e tratados como “seres não existentes”; e os deficientes das Forças Armadas, testemunhos espectrais do lado pouco heróico da guerra. Como acentua Bruno Sena Martins, “regressados da guerra amputados, cegos, surdos, paraplégicos, com transtornos de estresse pós-traumático, etc., [eles] constituíram a expressão viva de um trauma coletivo que a ordem social democrática quis esquecer” (MARTINS, 2013).

A incapacidade do regime em responder politicamente ao problema da guerra conduziria a uma crescente insatisfação nas frentes de combate e à criação do Movimento das Forças Armadas (MFA). A 25 de Abril de 1974 é desencadeado o movimento que iria pôr fim à ditadura e abrir caminho a um período revolucionário em que se destruiu o aparelho repressivo proveniente da ditadura, se questionou a estrutura da propriedade, se conquistaram liberdades públicas e se processou o fim da guerra e, consequentemente, do Império. Caído o Estado Novo, a herança traumática de um passado por exorcizar continuava todavia a produzir os seus efeitos, observáveis nos ressentimentos sobre a “perda” de África, no modo como se desenhou a imaginação da Europa enquanto novo desígnio nacional ou nas manchas de silêncio sobre a guerra colonial e o seu contexto histórico.

No fundo, a persistência do “colonialismo como impensado”, como lhe chama Eduardo Lourenço, consistiu na naturalização do colonial através de dispositivos jurídicos, políticos, sociais e discursivos que o imaginam e representam como não-colonial.³ A força desta representação ajuda a explicar a perplexidade com que, ainda hoje, se olha a questão da violência exercida na guerra, justamente porque não se lhes reconhecem razões, causas e contextos. Como nos recorda Eduardo Lourenço, Portugal é

³ Essa invenção de um colonialismo ilibado do seu estatuto conjugou-se de múltiplos modos e em diversos tempos, e tanto é devedora de leituras que acentuam a excepcionalidade da presença portuguesa em África, como se alimentam da dificuldade em interpretá-lo à luz do modelo que determina o entendimento dominante da experiência colonial enquanto tal. Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos defende que a condição semiperiférica de Portugal marcou historicamente o colonialismo luso, que navegaria assim entre Próspero e Caliban, entre a subalternidade (relativamente ao colonialismo-norma britânico) e a superioridade (relativamente aos povos coloniais) (SANTOS, 2002).

o lugar “da mais espectacular boa consciência colonial que a História regista”, baseado no esquecimento ativo de que “o seu império era fruto da colonização, isto é, do encontro com outrem sob uma forma que não exclui, nem excluiu, a violência” (LOURENÇO, 2014, p. 137).

III.

A memória da guerra não deixaria de se revelar problemática nos anos seguintes. Em primeiro lugar, convém notar que os militares que fizeram a guerra foram também aqueles que desencadearam a mudança política em Portugal, o que curto-circuitou a evocação do período anterior. Assim, poderíamos dizer que o protagonismo de militares no derrube do Estado Novo tendeu a interferir no debate público sobre a guerra, nomeadamente nas suas vertentes mais sangrentas. A guerra acabou por ser vista mais como a antecâmara do advento da democracia e menos como um episódio inserido no tempo longo da presença em África e das violências coloniais que ela condensou.

Em segundo lugar, cabe notar que de certo modo Portugal perdeu a guerra. A este respeito, tornou-se comum a discussão sobre o facto de se ter tratado de uma derrota militar inflingida a Portugal ou uma escolha política apostada em descolonizar quando a guerra não estava militarmente perdida. Fazendo uma separação nítida entre a ordem político e a ordem militar, esta última perspetiva acaba por resultar numa valorização autónoma e quase heroica dos “feitos militares no Ultramar”. Ao centrar-se eminentemente na dimensão militar, descreve-se “o modo português de fazer a guerra”, como sendo, sobretudo, um processo de gestão de recursos humanos e de aparatos bélicos e tecnológicos. Marcus Power (2011) deteta a mesma perspetiva interpretativa nos cinquenta suplementos e cinco filmes sobre a guerra colonial que, entre 1997 e 1998, saíram com o *Diário de Notícias*, um jornal nacional de grande tiragem. Para Power, esta produção opta por colocar a tónica na bravura dos

soldados, ao mesmo tempo que desconsidera fenómenos como o papel da tropa negra e o lugar da violência no conflito colonial.

Em terceiro lugar, o facto de estarmos perante um momento histórico que envolveu episódios de forte violência é também, em si mesmo, uma das razões para que as memórias da guerra permaneçam circunscritas ao domínio privado ou do núcleo de camaradas de armas que regularmente se vai encontrando. Com efeito, este elemento tem sido aliás sublinhado de diferentes formas por autores que se têm debruçado com testemunhos de guerra. A articulação discursiva da violência aparece como um domínio protegido que careceria de uma compreensão apenas acessível a quem “passou por isso”. À dificuldade de encontrar referenciais discursivos para proferi-la publicamente, soma-se a incapacidade em integrar a violência da guerra – muitas vezes, parte de uma violência colonial mais vasta – em quadros explicativos mais gerais. Esta espécie de rasura da memória não é indissociável da ideia de que se tratou de uma guerra “de baixa intensidade”, uma irrupção mais ou menos indecifrável na placidez dos trópicos portugueses e que foi a causa – evitável e entendida como quase equívoca – do doloroso retorno à metrópole de cerca de 500 mil portugueses na segunda metade da década de 1970.

De acordo com Manuel Loff, num detalhado estudo sobre a memória da ditadura e da revolução no Portugal democrático, as últimas décadas assistiram à consolidação de leituras sobre a guerra e o colonialismo simultaneamente antagónicas e comunicantes. Por um lado, manteve-se no essencial a percepção de que o 25 de Abril consistira numa rutura socialmente benéfica para a larga maioria da população, o que colocava a ditadura e a guerra como uma espécie de contraponto negativo que a Revolução dos Cravos havia suplantado. Por outro lado, uma certa memória valorizadora da “África perdida”, articulada com a ideia de uma descolonização atabalhoada e profundamente lesiva, criou o pano de fundo para a proliferação de imagens nostálgicas de timbre lusotropicalizante que tendem a omitir o papel da violência colonial. Como refere a este respeito, “ao mesmo tempo que se percebera que a guerra fora um instrumento inaceitável de bloqueio

do direito à autodeterminação dos africanos, uma parte provavelmente maioritária da sociedade não achava, como parece ainda hoje ser o caso, que a dominação colonial fora igualmente inaceitável” (LOFF, 2014, p. 56).

Em sentido semelhante, Carlos Maurício examinou sondagens de opinião, publicadas entre 1973 e 2004, a partir das quais seria possível cotejar a evolução da opinião pública relativamente à guerra, ao Império e à descolonização. Faz notar que “após um período de relativa amnésia e de recusa de debate público, o 20.º aniversário do 25 de Abril permitiu uma alteração no modo como a opinião pública encarava a guerra colonial e a descolonização”, com a expressão crescente de uma “visão revisionista do colonialismo e muito crítica da descolonização” (MAURÍCIO, 2011, p. 291). Estas perceções têm nas instâncias políticas, namídia, mas também na escola espaços particularmente significativos de articulação. Analisando as representações do processo colonial entre estudantes portugueses e moçambicanos, Rosa Cabecinhas e João Feijó notaram divergências entre os dois grupos. Se os estudantes portugueses tenderam a focar nos “Descobrimientos” e na narrativa do “encontro cultural”, os estudantes moçambicanos destacaram mais a conquista de independência e os efeitos nefastos da colonização (CABECINHAS; FEIJÓ, 2013).

IV.

A guerra colonial transformou-se em Portugal num território complexo de evocações, reflexões e exercícios de natureza artística, literária e documental. Foi aliás o campo literário quem primeiro, no pós-25 de Abril, produziu obras capazes de se transformar em *locus* privilegiado de reflexão e catarse sobre a experiência colonial portuguesa e a forma como se efetuou o seu desfecho – de que os exemplos mais conhecidos são *Os Cus de Judas* (António Lobo Antunes, 1.ª edição: 1979) e *A Costa dos Murmúrios* (Lídia Jorge, 1.ª edição: 1988) (Teixeira, 1998; Medeiros, 2000; Ribeiro, 2004; Vecchi, 2010). Este conjunto de romances e poemas foram-se constituindo, a partir de finais da década de 1970 e durante as

décadas de 1980 e 1990, como mecanismos de problematização acerca de um tema sobre o qual escasseavam os trabalhos de natureza historiográfica.

Mais recentemente, emergiram um conjunto de documentários e de outros produtos culturais de alcance mediático – de que o mais significativo foi a série televisiva *A Guerra*, realizada por Joaquim Furtado e exibida na RTP 1, em quarenta e dois episódios, entre 2007 e 2012. Simultaneamente, a literatura sobre o Império e sobre a guerra veio a sofrer um novo surto editorial, frequentemente através de obras de cunho autobiográfico, que ora assumem um distanciamento crítico face ao período colonial, ora revelam traços explícitos de saudosismo pela “África perdida”.

Nos últimos anos, duas parecem ser as vias dominantes de consideração do conflito. A primeira inscreve-a enquanto experiência vivida, registada nos corpos e nas mentes de quem aí esteve e que rememora a guerra, frequentemente a partir da tónica convival, noutras realçando a dimensão do estranhamento, noutras ainda os aspetos bélicos propriamente ditos. A segunda tende justamente a entender a guerra sobretudo a partir da óptica militar e/ou diplomática, colocando em segundo plano os contextos nos quais ela se desenrola, e a enquadrá-la na mais vasta ordem colonial e suas plasticidades.

V.

Em *Silencing the Past. Power and the Production of History*, Michel-Rolph Trouillot mostrou de que forma o silêncio é inerente à produção historiográfica, manifestando-se no momento da criação das fontes, no processo de constituição de arquivos e na construção posterior de narrativas e significados históricos sobre os eventos (TROULLIOT, 1995, p. 26). Na verdade, o silêncio não é um espaço em branco à espera de ser preenchido mas antes um “espaço socialmente construído no qual, e sobre o qual, sujeitos e palavras (...) não se expressam” (WINTER, 2010, p. 4). Neste sentido, o silêncio pode resultar da incapacidade dos indivíduos inscreverem a sua narrativa no

espaço público (devido à proximidade temporal do evento, ao desconforto social causado pela narrativa, ou à falta de mecanismos sociais e discursivos para a tornar “audível”). Mas também, adicionalmente, ser a expressão de uma ordem hegemónica que oblitera determinadas experiências vividas, memórias partilhadas ou análises do passado.

Assim, no caso português, não se detecta pois um silêncio genérico sobre a guerra, uma vez que a sua inscrição na memória pública foi e modelando o seu conteúdo ao longo das últimas quatro décadas e ganhando, mais recentemente, crescente espaço de enunciação. Do que se trata, poderíamos dizer, é de um silenciamento da guerra *como* guerra e do colonial *como* colonial, o que, por um lado, se sustenta em interpretações baseadas na persistência de um certo senso comum lusotropicalista e que, por outro, demonstra a dificuldade em transformar essa guerra que conduziu ao fim do Império em África em lugar de reflexão sobre o passado imperial e sobre o presente pós-imperial.

Trata-se, com efeito, de um “esquecimento organizado”, configurador de um tipo de património memorial sobre a guerra que nos diz tanto sobre o que foi aquele conflito como nos convida a pensar a maneira como as sociedades metropolitanas têm permanecido sensíveis, ou não, ao eco difuso dos passados coloniais. Terminada enquanto fenómeno histórico, a guerra não deixa de permanecer viva no Portugal contemporâneo, como um legado profundo inscrito nas memórias, nas vidas e nos corpos de quem a combateu ou diretamente vivenciou. As narrativas que priorizam a violência – da guerra mas também do colonialismo – tendem porém a surgir como “memórias fracas” (TRAVERSO, 2012, p. 71-87), atestando, nessa ausência demasiado ruidosa, a permanência do colonial, já não como relação política, mas como relação social (SANTOS, 2006, p. 29).

REFERÊNCIAS

CABECINHAS, Rosa; FEIJÓ, João. Representações sociais do processo colonial - perspectivas cruzadas entre estudantes moçambicanos e portugueses. *Configurações*, n.º 12, 2013, pp. 117-139.

CANN, John P. *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1997.

COELHO, João Paulo Borges. African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique. *Portuguese Studies Review*, 10 (1), 2002, pp. 129-50.

CONAN, Éric; ROUSSO, Henry. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Fayard, 1994.

FREITAS, Eduardo de. O fenómeno emigratório: a diáspora europeia. In: António Reis (dir.). *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*. Lisboa: Alfa, 1989.

GOMES, Carlos Matos. Quotidianos da Guerra Colonial. In: Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (eds.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

LOFF, Manuel. Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014). In: LOFF, Manuel; SOUTELO, Lucian; PIEDADE, Filipe. *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina, 2014.

LOURENÇO, Eduardo. *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014.

MARTINS, Bruno Sena. Guerra e Memória Social: a deficiência como testemunho. In: *Fractal: Revista de Psicologia*, 25, 1, 2013 pp. 3-22.

MAURÍCIO, Carlos. A Guerra Colonial e a Descolonização vistas pelas Sondagens de Opinião (1973-2004). In: *Nação e Defesa*, n.º 130, 2011.

MEDEIROS, Paulo de. Hauntings: memory, fiction, and the Portuguese colonial wars. In: ASHLANT, Timothy; DAWSON, Graham; ROPER, Michael (eds.). *Commemorating War: The Politics of Memory*. New York: Routledge, 2000.

PEREIRA, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração – o Estado português e seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

POWER, Marcus. Geo-politics and the representation of Portugal's African colonial wars: examining the limits of 'Vietnam syndrome'. *Political Geography*, 20, 2011, pp. 461-491.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2014.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-Identity. In: *Luso-Brazilian Review*, 39 (2), 2002, pp. 9-43.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, pp. 23-43.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo. *A Guerra colonial e o Romance Português. Agonia e Catarse*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de usar*. Lisboa: Unipop, 2012.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

VECCHI, Roberto. *Excepção Atlântica. Pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento, 2010.

WINTER, Jay (2010). Thinking about silence. In: BEN-ZE'EV, Efrat; GINIO, Ruth; WINTER, Jay. *Shadows of War. A Social History of Silence in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO E A PESQUISA

MARIA LETICIA MAZZUCCHI FERREIRA
FRANCISCA FERREIRA MICHELON

Ao apresentar neste texto o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), é importante situá-lo dentro de, no mínimo, duas linhas cronológicas e causais.

Na perspectiva cronológica, o curso surge com o mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural em 2006, caudatário de uma experiência coletiva plasmada no curso de especialização em Memória, Identidade e Cultura Material, que funcionou dos anos 2003 até 2005. Em 2013, inaugurou-se o curso de doutorado, e encerrou-se o ano de 2015 com quase uma centena de dissertações defendidas e uma tese de doutorado concluída.

Essa linha de tempo, embora sumária para efeitos do presente artigo, apresenta correspondências, no plano nacional e internacional, bastante significativas dentro do campo da memória e do patrimônio. No cenário brasileiro, dando continuidade ao que prevê a Constituição de 1988 sobre o reconhecimento e preservação dos bens culturais de natureza imaterial, foi aprovado o Decreto n. 3.551 de 4 de agosto de 2000, no qual ficou instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), gerenciado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A metodologia que permitiu instruir a identificação, documentação e análise do

bem cultural foi o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), etapa fundamental na busca pela salvaguarda do bem de natureza imaterial.

É fundamental observar que o INRC e toda a concepção de identificação do bem cultural de natureza imaterial são fundados no conceito de *referências culturais*, termo cunhado por Antonio Augusto Arantes e que aponta para uma produção simbólica de valores e sentidos, conferidos ao bem cultural por sujeitos coletivos (LONDRES, 2000). Reafirma-se, nessa concepção, a ideia lançada por Alöis Riegl (1984), historiador de arte e inspetor de patrimônio na cidade de Viena nos começos do século XX, sobre a atribuição de valores aos monumentos, que se constituem histórica e temporalmente.

A compreensão de que os bens culturais não podem ser abordados sob a ótica essencialista e de valores intrínsecos faz-se fundamental. Entender o bem cultural dentro de uma cadeia de reconhecimento e outorga de valores torna compreensível e operacional o conceito de *ativação patrimonial* proposto por Llorenç Prats (1988), que envolve interesses, valores e situações históricas que mobilizam um repertório patrimonial. Conforme afirma Prats, *ativação patrimonial* é o processo de mobilização de valores atribuídos como formadores de um conjunto de referências identitárias, posto em ação por meio de agentes, tais como o Estado. Nesse processo, elementos de invenção de um passado são acompanhados de outros que articulam sua legitimação, tudo isso em vista do reconhecimento, por um grupo ou sociedade, daquilo que constituir-se-á como o fato patrimonial.

Na perspectiva da ativação, os elementos culturais são interpretados e inseridos em uma lógica da gestão patrimonial condizente com o grupo ou a sociedade da qual fazem parte. Necessariamente interpretativa, essa ativação manifesta-se discursivamente e pode estar na base de afirmação de identidades e ideologias, daí sua relação muito íntima com o poder político, independentemente do nível em que ocorra.

É nessa perspectiva que, retornando ao contexto no qual surge o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, percebe-se que o começo dos anos 2000 foi marcado pela progressiva incorporação do patrimônio cultural imaterial às agendas públicas e aos

processos de reivindicações memoriais. Nesse sentido, um dos eixos fundamentais foi o texto da Convenção da UNESCO, de 2003, que estabeleceu os marcos regulatórios de uma política de identificação, registro e chancela internacional sobre os bens culturais de natureza imaterial. A Convenção, da qual o Brasil se tornou signatário em 2006, formalizou um conceito de patrimônio cultural imaterial que incorpora

práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2006).

Como suporte ao conceito de patrimônio cultural imaterial está o de transmissão, remetendo-se à ideia de uma memória viva e sempre contemporânea aos sujeitos. Um segundo aspecto fundamental da Convenção foi o de prescrever a necessidade de modelos nacionais de inventários para identificação e registro do patrimônio imaterial, conferindo um papel proeminente às comunidades no processo de identificação e registro de seus patrimônios.

O Brasil esteve na vanguarda de políticas de patrimônio imaterial, uma vez que, tal como abordado anteriormente, antecipou a metodologia de inventário e instituiu o conceito estruturante de referências culturais três anos antes da Convenção da UNESCO. Cabe destacar que em 2002 tivemos o ofício de paneleiras de Goiabeiras registrado como patrimônio nacional (IPHAN, 2002); entre 2004 e 2006, cinco bens de natureza imaterial receberam o Registro por parte do IPHAN; e entre 2006 a 2015, contabilizou-se trinta bens. Também em 2015, conforme dados do IPHAN, eram 23 bens culturais em processo de registro e 21 inventários nacionais em curso com o uso da metodologia do INRC.

O PPGMP, ao iniciar sua trajetória em 2006, foi, de certa forma, resultado desse movimento de expansão e ampliação do conceito de patrimônio, ultrapassando os limites de origem que o associavam ao Estado Nacional

e abrindo-se em direção a novos atores sociais, novos objetos patrimonializantes. Igualmente, trouxe novos sentidos identitários, caracterizando o que Jean-Louis Tornatore (2007) classifica como *proliferação*, associando o patrimônio a práticas mais localizadas e reivindicações por reconhecimento.

Em 2009, ainda na perspectiva de uma linha de tempo, foi fundado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão importante para o fomento de políticas museológicas, tal como o Sistema Nacional de Museus. A criação do IBRAM e a disseminação de uma política de fomento ao surgimento de museus, cada vez mais associados a processos identitários, tais como os museus comunitários ou de comunidades, vêm fornecendo matéria de reflexão sobre o papel do Estado nos processos de reivindicação memorial. No entanto, não apenas o campo museológico foi impulsionado por essas novas compreensões de museu e patrimônio, mas também o campo da memória vem sendo reconfigurado. Em particular no que se refere à memória política, a instalação, em 2011, de uma Comissão Nacional da Verdade foi um ponto de inflexão nas questões referentes à recuperação de memórias dolorosas no Brasil.

Concebida como uma instância de apuração das violações de Direitos Humanos no país, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, a Comissão Nacional da Verdade, embora tardia se comparada a países como a Argentina, veio reavivar a necessidade de recuperar a memória de processos políticos que estiveram por longos anos numa espécie de esquecido social, no sentido conferido por Pollack (1989). Trazer ao cenário contemporâneo relatos e documentos que se relacionam com processos de violência lançou no debate público a reflexão sobre as omissões e interdições, supostamente assumidas num pacto de esquecimento. Ao mesmo tempo, possibilitou que o conceito de patrimônio fosse aplicado a espaços e objetos que se relacionam, pela origem, aos processos de violação de Direitos Humanos e instituição do estado de terror.

Essas novas formas memoriais e patrimoniais são resultados do engajamento dos atores sociais em suas buscas pelo reconhecimento e a disposição do poder público em articular estratégias para fortalecer

determinados discursos memoriais. A essas disposições, Patrick Garcia (2005) define como políticas de memória que, conforme Serge Barcellini (1986), são definidas por quatro características fundamentais:

- O sentido patrimonial, ou seja, a valorização de lugares nos quais a memória possa ser “encarnada”, lugares que foram palco de acontecimentos coletivos de forte dramaticidade. Exemplo disso são os recentes processos de patrimonialização de prédios que foram sede de locais de interrogatório e tortura durante o regime militar iniciado em 1964. O tombamento do prédio do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, em janeiro de 2014, marcou um ponto de virada na história da preservação do patrimônio histórico brasileiro. Pela primeira vez, um prédio era tombado não por seu valor estético ou arquitetônico, mas pela memória dos eventos traumáticos que nele ocorreram.
- O sentido comemorativo, isto é, ritualizações da memória que evidenciam as disposições públicas sobre o que recordar, materializando-se sob a forma de comemorações cívicas, monumentos inscritos no espaço social, efemérides, dentre outros. O sentido comemorativo pode estar igualmente na denominação de logradouros e espaços públicos, um dos grandes marcadores da memória social.
- O sentido científico, que constitui um dos elementos fundamentais das políticas de memória. Nesse caso, a instrumentalização do poder público através de pesquisas é o aspecto mais importante. Aqui temos como fundamental as pesquisas arqueológicas, históricas, antropológicas e interdisciplinares.
- O sentido pedagógico, cujas ações voltam-se para efetivar o processo de transmissão que tem como alvo as gerações posteriores aos eventos, para as quais a memória está desvinculada da experiência. Nesse sentido, museus, memoriais e centros de memória desempenham um papel fundamental como mediadores entre o real e o sujeito observador. O papel pedagógico

dessas instituições é o que torna possível a conversão de elementos do passado em uma memória social, daí a importância que assumem como veículos de identidade ou mesmo como espaços de conflitos em torno da memória. Ao mesmo tempo, essas instituições podem se tornar espaços de reivindicação memorial, o que pode ser percebido quando o eixo sobre o qual se articulam remete-se a questões de identidades fragmentadas, esquecimento, memórias marcadas pela violência e violações de direitos humanos. Os museus de memória são exemplos dessas novas perspectivas e papel social que são outorgados à instituição museal. Destinam-se a (re)construir discursivamente a vivência do trauma coletivo, buscando instaurar um processo de empatia e compartilhamento com o visitante, o que possibilita transcender a experiência pessoal da vítima.

Extremo Sul: um cenário local

O Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural surgiu em um cenário local que apresentava ações de relevância no que se refere ao tema patrimonial e, por proximidade, à memória. É importante ressaltar que a cidade de Pelotas e sua região circunvizinha constituem um circuito geográfico fortemente marcado por uma história militar e política de relevância no Sul do Brasil. Palco de inúmeros episódios políticos e econômicos emblemáticos do século XIX, como a Revolução Farroupilha e o ciclo econômico do charque, essa região foi afetada nas primeiras décadas do século XX por um progressivo processo de recessão econômica, o que ficou refletido no modelo urbano local que, ao contrário de acompanhar o ritmo de modernização de outras regiões brasileiras, manteve elementos da paisagem edificada remanescente do século XIX e inícios do século XX. A cidade de Pelotas é detentora de um dos maiores conjuntos ecléticos do Brasil, estilo construtivo que foi introduzido na arquitetura local entre os anos 1870 e 1931 e que acompanhou a incorporação de inúmeros itens de modernização urbana. A economia local, baseada na indústria saladeiril,

permitiu a acumulação de excedentes econômicos que possibilitaram a importação por parte de países europeus de materiais construtivos, adornos e mão de obra especializada (SANTOS, 2007).

Na trajetória do patrimônio em Pelotas, é fundamental destacar o papel de Henrique Carlos de Moraes, autodeclarado historiador e nomeado em 1940 pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) ao cargo de Conservador do Patrimônio. Foi pela ação de Moraes que Pelotas contou, em 1955, com o primeiro monumento tombado, o Obelisco Republicano edificado em homenagem a Domingos José de Almeida, o que abriu caminho para outros processos de proteção patrimonial, ainda muito circunscritos a monumentos que testemunhavam episódios ou personagens do quadro histórico local (REZENDE, 2010).

Na década de 1970, a cidade, como muitos centros urbanos brasileiros, encontrava-se imersa em um processo de modernização e alterações no plano urbano, resultando em degradação dos antigos imóveis. O discurso patrimonial que deriva desse processo destrutivo foi elaborado a partir de agentes públicos e profissionais do campo da Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse discurso, fortemente combativo aos ditames de um mercado imobiliário em ascensão, materializou-se no documento “Carta de Pelotas” do ano 1978, que dentre várias medidas propostas apontava para a criação de um sistema de proteção formado por “um órgão (ou vários órgãos) de defesa, difusão e criação de instrumentos de proteção, somado a leis que incentivassem a preservação com benefícios fiscais, mais mecanismos de zeladoria (fiscalização) por parte do poder público e da comunidade” (DIAS, 2009), propondo ainda a realização de um Inventário dos bens edificados seguidos de um cadastro local.

A “Carta de Pelotas” foi propulsora da criação de normas municipais para a preservação do patrimônio edificado, culminando com a instituição do II Plano Diretor do Município, pela Lei n. 2.565/80¹ e no qual, em seu artigo

¹ O I Plano Diretor do Município de Pelotas data de 1963.

4º, consta a determinação pela proteção do patrimônio histórico cultural da cidade. Esses dispositivos patrimoniais foram sendo afinados conforme as novas demandas protetivas, sendo a Lei n. 4.568, de 7 de julho de 2000, uma das mais importantes, pois definiu quatro áreas de preservação denominadas Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas. A lei determinava a preservação da fachada e volumetria, entre outros itens, aplicada aos imóveis constantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. Como medida suplementar, mas de grande impacto no âmbito local, foi a promulgação da Lei n. 5.146/05, que definiu critérios para redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), estabelecendo a isenção integral dessa taxa para os imóveis tombados, inventariados ou definidos como patrimônio cultural do município, se devidamente conservados ou restaurados.

Ainda no contexto local, é importante ressaltar a inclusão de Pelotas no Programa Monumenta/MinC, que a partir do ano 2002 foi utilizado para implementação do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Pelotas. Como parte das obras realizadas dentro do Programa Monumenta estão a recuperação de prédios emblemáticos da cidade, tais como o Grande Hotel, Mercado Público, os casarões 8 e 6, dentre outros. Igualmente importante foi o desenvolvimento do Projeto de Salvamento Arqueológico na Zona Urbana de Pelotas, sob responsabilidade da equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas.

No conjunto de ações patrimoniais desenvolvidas em Pelotas, destaca-se o papel desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas, seja através do trabalho de docentes e discentes de áreas como Arquitetura e Urbanismo, História, Arqueologia e outras associadas ao campo patrimonial, seja através de atividades acadêmicas formadoras de recursos humanos para a área: criação do curso de especialização em Patrimônio Cultural e Conservação de Artefatos, em 1995; criação do curso de especialização em Memória, Identidade e Cultural Material em 2003; criação do bacharelado em Museologia, em 2006 e do bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, em 2008, todos com a participação ativa de docentes, que igualmente fundaram o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural.

É importante destacar que Pelotas realizou o Inventário de Referência Cultural-Produção de Doces Tradicionais de Pelotenses, tendo como agentes patrocinadores o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), IPHAN e Monumenta, do qual participaram pesquisadores associados ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Essa participação de docentes em projetos envolvendo ações de salvaguarda patrimonial foi sempre uma constante, o que reverte em novos campos de pesquisa e reflexão, além de ampliar o universo de ocupação dos egressos do Programa.

Uma proposta interdisciplinar

Ao articularmos memória social e patrimônio cultural como a base teórico-metodológica de nosso Programa, tínhamos consciência de que ambos os conceitos são polissêmicos e contextuais, não sendo apreensíveis apenas por uma ou outra área do conhecimento. Essa constatação fez com que buscássemos justamente o campo interdisciplinar como o espaço de convergência entre diferentes áreas na construção de um conhecimento novo, resultado dessas múltiplas abordagens.

O Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, inscrito no Comitê Interdisciplinar da CAPES, articula-se em torno de quatro Linhas de Pesquisa:

- *Memória e identidade* – que comporta pesquisas embasadas nas diferentes concepções de memória, do individual ao coletivo, abordando as interfaces entre memória e cultura expressas nos diferentes suportes (materiais, visuais, sonoros) e espaços (museus, memoriais, arquivos, centros de documentação). Fazem parte dessa linha estudos envolvendo a relação entre reivindicações memoriais e busca pelo reconhecimento, processos contemporâneos de conflitos de memória, vitimização e excesso memoriais, dever de memória e papel do Estado, memórias institucionais, memória política, obliterações e esquecimentos, tradição e usos do passado, transmissão de saberes tradicionais, patrimônio imaterial, patrimônio industrial rural e urbano e memórias do trabalho.

- *Instituições de memória e gestão de acervos* – com trabalhos cujas finalidades estejam relacionadas à discussão sobre o papel das instituições de memória no campo do patrimônio, localização, inventário, estudo, planejamento e execução de projetos de conservação de acervos, em seus diversos suportes, considerados como patrimoniais, bem como estudos sobre a proteção legal e constitucional do patrimônio cultural sob os matizes do material e imaterial. Aspectos relacionados ao estudo e à aplicabilidade dos procedimentos de conservação e guarda de acervos em ambientes de museus e instituições culturais também serão contemplados nessa linha de pesquisa, assim como a metodologia de viabilização institucional desses projetos (financiamento, relações institucionais no setor público, privado, não governamental e agentes comunitários).
- *Patrimônio e cidade* – pesquisas com ênfase na cidade como espaço construtor de memória e identidade, associando questões de urbanização, territórios sociais e produção simbólica do espaço através de processos de patrimonialização e reivindicações identitárias. Compreende-se a cidade compondo uma paisagem cultural para a qual concorrem representações da memória em suas diferentes percepções pelo sujeito evocador. Temas como preservação do patrimônio edificado, aparelhos urbanos e locais patrimonializados, conservação e preservação do patrimônio arquitetônico, planejamento ambiental, atividades econômicas em espaços patrimonializados, comércio e centros históricos e ecologia de paisagem fazem parte dessa linha.
- *Políticas de memória e patrimônio no MERCOSUL* – nessa linha se destaca o histórico das políticas públicas do patrimônio tanto no Brasil quanto na região do Mercosul, problematizando contextos e situações que estabeleçam relações com a contemporaneidade. Pesquisas centradas nas novas concepções patrimoniais, seu tratamento no âmbito das políticas públicas que vinculam memória e patrimônio no Mercosul, assim como questões e reflexões amplas sobre a legislação brasileira e

hispano-americana voltada para a preservação de bens culturais. Inclui pesquisas sobre políticas de memória e acervos no Mercosul, gestão e agências da cultura e o patrimônio no Mercosul, colocando ênfase na rede de significados e práticas sociais do patrimônio. O patrimônio como expressão política da memória e como suporte de memória oficial tem no Cone Sul uma dinâmica própria vinculada aos processos de reivindicação da memória do passado recente, especialmente o relacionado com as Ditaduras, busca pela verdade e pelos Direitos Humanos.

As pesquisas voltadas ao MERCOSUL e fronteiras buscam construir conexões e interações necessárias para uma universidade que se localiza a menos de 100 km da fronteira com o Uruguai. Geográfica e historicamente, toda a região, desde o estuário do Rio da Prata, ao sul, até o Rio Uruguai, no norte, e desde o Oceano Atlântico, no leste, até o Rio Paraná, no oeste, é o espaço produzido por uma sociedade que se formou nas disputas de processos definidores de fronteiras, no embate político e militar pela posse do território. As cidades que aparecem nessa região guardam essa dinâmica na sua fundação e apresentam-se como lugares marcados pela fricção cultural própria de zonas de fronteira. A memória e o patrimônio, vistos como vetores que atravessam essas realidades locais e regionais, se apresentam como um campo no qual os usos do passado possibilitam a estabilização de processos identitários, a dinamização de economias, a busca pelo reconhecimento e justiça. Assim, ao propormos uma linha de pesquisa com ênfase no espaço de fronteira e no comparativo de realidades nacionais vizinhas, objetivamos compartilhar as perspectivas teóricas em curso, as estratégias e ações patrimoniais dos países fronteiriços e a reflexão sobre problemas e realidades que nos aproximam como membros do chamado Cone Sul. O MERCOSUL vem se mostrando cada vez mais como um espaço de trocas culturais, o que fica bem demonstrado por várias ações de caráter binacional que estão sendo implementadas, buscando construir sinergias entre realidades nacionais que são, ao mesmo tempo, próximas e diferentes.

A posição dos egressos do mestrado e doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural confirma o papel social importante que o Programa cumpre na agenda de políticas de patrimônio e memória no plano nacional e internacional. Assim, considerando o número de 99 mestres e um doutor diplomados entre os anos 2008-2015, apresentamos o Gráfico de ocupação relacionado à área de memória e patrimônio, quer seja na gestão e na docência, quer seja nas atividades profissionais correlatas, como museólogos, conservadores restauradores, arquitetos de restauros:

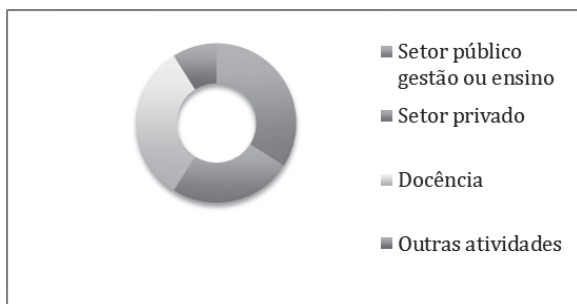


Gráfico 1. Posição dos egressos do mestrado e doutorado do PPGMP/UFPeL, 2008-2015.

Fonte: As autoras (2016).

Os novos usos do passado: discussões sobre a memória e o patrimônio

A memória assume cada vez mais o sentido de coesão social na perspectiva das sociedades contemporâneas, ancorada menos nos grandes discursos fundadores da narrativa nacional e mais no sentido de afirmação de singularidades sociais. Ocupando o vazio deixado pelos meios de memória tradicionais, multiplicam-se os “lugares de memória”, no sentido proposto por Pierre Nora (1984), assumindo um lugar de proeminência no cenário contemporâneo, caracterizando aquilo que o antropólogo francês Joel Candau (2011) denomina como *mnemotropismo*, um constante movimento em direção ao passado e uma nova relação com o tempo. Essa irrupção da

memória se manifesta através das comemorações, da patrimonialização, do controle da “perda durável” no sentido engendrado por Gaetano Ciarcia (2006), do dever de memória gerando dispositivos sob forma de legislação, arquivos, Comissões de verdade e outras formas de gestão do passado.

A noção de memória remete-se tanto aos mecanismos de acumulação, conservação, atualização e reconhecimento de uma lembrança quanto aos processos de compartilhamento de representações sociais. Vinculada ao universo de interações e significações de um sujeito em seu mundo, a memória é essa reinterpretação constante do passado, sua reconfiguração e formas de ação no presente, tal como abordou Maurice Halbwachs (1925) ao definir essas vinculações da memória individual com o seu contexto social.

A herança intelectual deixada por Halbwachs nos possibilitou pensar a memória para além de seus contornos individuais e psicológicos. Inaugurando a Sociologia da Memória, Halbwachs apontou para a proeminência das chamadas “molduras sociais” que formatam a memória individual. Nessa perspectiva, não apenas a matéria da memória está situada em uma experiência que por natureza é social, como decorre de necessidades do presente, sugerindo assim uma reconstrução do passado e respondendo ao lugar do sujeito no momento da evocação.

A associação da memória aos grupos que compartilham referências comuns foi uma das premissas de Halbwachs para o conceito de memória coletiva, mas seu desaparecimento prematuro em razão da deportação para o campo de concentração nazista de Buchenwald, ainda que tenha deixado uma obra póstuma de referência – *A memória coletiva* (1950, 1990) –, não possibilitou que esse conceito fosse melhor analisado por ele.

Ao identificar o tempo presente das sociedades contemporâneas como *mnemotrópico*, Joel Candau (2011) retoma alguns princípios fundamentais do pensamento de Halbwachs e avança em direção à formulação de instrumentos conceituais que permitam problematizar e ampliar o conceito de memória coletiva. Na perspectiva de uma Antropologia da memória, Joel Candau adverte para o risco das essencializações comuns quando se associa memória com identidade de grupos que se multiplicam em suas

reivindicações pelo reconhecimento, sem fazer uma análise crítica sobre a própria temporalidade da memória (os usos do passado, a relação com o presente), o que pode gerar esquemas compreensivos reducionistas e potencialmente conflitivos.

A discussão proposta por Joel Candau associa a ideia de memória coletiva com a de “retóricas holistas”, esquemas interpretativos que buscam generalizações. A questão levantada por Candau é de que a memória, como faculdade individual, só pode ser aplicada ao coletivo como metáfora, levando-nos a questionar se o que existe é realmente um compartilhamento de lembranças ou a crença nesse compartilhamento? Como resposta possível, Candau (2009) propõe o conceito de *metamemória*, ou seja, a representação que o sujeito faz de sua própria memória, a crença no compartilhamento memorial com base na necessidade de se engajar em comportamentos colaborativos que afirmam a identidade e coesão social do grupo. A possibilidade de uma intersubjetividade memorial seria, na perspectiva do autor, possível de ser compreendida através da ação do que denomina de sociotransmissores, analogia feita aos neurotransmissores, que no plano da memória biológica são elementos que atuam favorecendo ou inibindo as conexões sinápticas.

Na perspectiva metamemorial, os sociotransmissores seriam dispositivos que atuam favorecendo a crença no compartilhamento memorial, assumindo diferentes e diversas formas como as narrativas, os museus, a transmissão cultural e tantas outras quantos forem os grupos envolvidos.

A noção de metamemória vem sendo utilizada para explicar os fenômenos de irrupções memoriais que vemos ocorrer nos tempos atuais, sobretudo quando a ela vêm associados processos de patrimonialização. Observe-se que Joel Candau (2011) define patrimônio como a dimensão política da memória, estabelecendo, portanto, *status* diferente a ambos. Mesmo que não insista na dicotomia entre memória e patrimônio, Candau atribui à memória a capacidade de acionar sentimentos de pertencimento e continuidade através da transmissão de representações, saberes, mitos etc. Essa memória, integradora e fluida, tenderia a acompanhar os grupos nos quais se origina e responde ao seu movimento de fluxo e refluxo.

Conforme afirma Davallon (2015), se por um lado a memória coletiva se apoia sobre a memória individual de fatos, práticas e saberes, por oposição podemos analisar o patrimônio ao concebê-lo como o reconhecimento atribuído pelos sujeitos a objetos, no sentido mais amplo do termo, aos quais não apresentam uma vinculação de origem, mas que consideram importante proteger para que sejam transmitidos. A patrimonialização seria o processo pelo qual esse novo vínculo e sentido é atribuído ao objeto, tornando-o apto a representar o passado. A operação simbólica pela qual objetos (aqui entende-se do material ao imaterial) são retirados de sua condição primária de origem e lançados ao *status* de bem cultural fundamenta-se na possibilidade de que estes sejam portadores de memória, reconhecidos pelos sujeitos sociais, identificados por sua capacidade de transmissão dentro do tempo (LAMY, 2012). Com base nessa premissa que Daniel Fabre (2015) utiliza a noção operatória de *dispositivo* para descrever a operação de patrimonialização como uma forma de perenizar a cultura, dentre outras formas engendradas pelos grupos sociais.

Tomando-se como referência a noção de dispositivo patrimonial, torna-se difícil definir como são atribuídos os valores ao bem cultural, uma vez que, orientando-se por outros critérios como o afetivo, identitário, emocional, transcendem os valores tradicionais como o de autenticidade, excepcionalidade e raridade que presidiam as escolhas e definições do patrimônio material.

O reconhecimento do valor patrimonial dá-se, portanto, no conjunto das interações sociais, ainda que seja o poder público que defina e tutele o bem cultural. Nesse sentido, considerando que sobre o bem cultural atravessam os valores simbólicos, político e econômico, cabe ao Estado adotar o quadro retórico do Direito no que se refere ao reconhecimento e proteção do patrimônio em base ao pressuposto de que ele esteja ancorado em princípios éticos associados aos “direitos do homem” (FABRE, 2015). A defesa pelo patrimônio se coloca, na contemporaneidade, como a defesa pelo direito ao passado, ao reconhecimento e à memória, avançando para o interior de sociedades marcadas pela multiplicidade de sujeitos e

demandas sociais, o que supera, definitivamente, o papel do patrimônio como justificador do Estado-Nação.

Essa ordem na qual o patrimônio se coloca como centro de inúmeras outras racionalidades e lógicas fundamenta-se naquilo que Jean-Louis Tornatore denominou como “regimes de engajamento da ação coletiva patrimonial”, fundados em uma nova relação com o tempo, na qual o passado, imaginado ou não, se transforma em fonte para laços sociais, projetos coletivos e construção de novas significações ao presente (TORNATORE, 2007). Essa nova ordem, pautada pelas políticas e pelos discursos patrimoniais, é traduzida por Valdimar Hafstein (2007) como a base de um “regime da verdade”, ou seja, é capaz de criar passados, memórias e converter práticas culturais em fontes a serem administradas pela comunidade, se afirmando como ideologias da memória e nexos entre os sujeitos entre si.

Refletir sobre essa nova relação com o tempo e os usos do passado nas dinâmicas sociais contemporâneas é uma tarefa fundamental para a qual é necessário compreender a complexidade que se reveste a questão da memória e do patrimônio nas sociedades atuais. Os significados que podem assumir a palavra “patrimônio”, não mais unicamente ditados pelas questões de afirmação de um projeto de nação, são de diferentes ordens e remetem a categorias como empoderamento, participação, afirmações identitárias, economia patrimonial, comunidade, território, dentre tantas outras formas de dizer o patrimônio e a memória. Não podemos, entretanto, discutir essas novas apropriações e usos da memória e patrimônio sem abordar os novos problemas que envolvem essas duas categorias e para os quais é necessário que sejamos instrumentalizados. É fundamental nos reportarmos aqui, dentre tantas questões atuais, aos “conflitos em torno da memória” (CANDAU, 2004; BOURSIER, 2004; BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008), os excessos ou escassez de memória (RICOEUR, 2000; ROBIN, 2003), emoção e percepção do patrimônio (FABRE, 2013), a patrimonialização “como princípio organizador” (HEINICH, 2009; JEUDY, 2008); governança global, UNESCO e patrimônio internacional (BORTOLOTTI, 2011; ISNART, 2015); tradição e retraditionalização

(LENCLUD, 1987; BOCOUM, TOULIER, 2013); a espetacularização do patrimônio (ANDRIEU, 2007).

Abordar essas questões é, portanto, fazer frente às novas exigências impostas por um tempo *mnemotrópico* e no qual o *expertise* é chamado a pensar, intervir e, por vezes, gerir a guarda de memórias e as ações de patrimonialização. Nesse sentido é que o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural busca orientar suas reflexões e pesquisas, em consonância com as linhas de pesquisa nas quais está embasado.

REFERÊNCIAS

- ANDRIEU, Sarah. La mise en spectacle de l'identité nationale, *Journal des anthropologues*, 2007. Disponível em: <http://jda.revues.org/2977>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- BARCELLINI, Serge. Les objectifs de la politique de mémoire de l'État. *Colloque Témoins et témoignages*. Verdun, 1986.
- BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle (sous la direction de). *Les guerres de mémoires: la France et son histoire*. Paris: La Découverte, 2008.
- BOCOUM, Hamady; TOULIER, Bernard. La fabrication du Patrimoine: l'exemple de Gorée (Sénégal). *In Situ*, n. 20, 2013. Disponível em: <http://insitu.revues.org/10303>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- BORTOLOTTI, Chiara. *Le patrimoine culturel immatériel: enjeux d'une nouvelle catégorie*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2011.
- BOURSIER, Jean-Yves, D'une mémoire à l'autre In: BONNET, Véronique (sous la direction de). *Conflits de Mémoire*. Paris: Éditions Khartala, 2004.
- CANDAU, Joel. Conflits de memoire: pertinence d'une métaphore? In: BONNET, Véronique (sous la direction de). *Conflits de Mémoire*. Paris: Éditions Khartala, 2004.
- CANDAU, Joel. *La métamémoire ou la mise en récit du travail de la mémoire*. Paris: Centre Alberto-Benveniste, 2009.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CIARCIA, Gaetano. *La perte durable. Etude sur la notion de "patrimoine immatériel"*. LAHIC/Mission Ethnologie (Ministère de la Culture), 2006.

DAVALLON, Jean. *Mémoire et patrimoine: pour une approche des régimes de patrimonialisation* In: *Mémoire et nouveaux patrimoines*. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/444>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DIAS, Renato Duro. *Olhar jurídico-multidisciplinar sobre a preservação do patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2009.

FABRE, Daniel (sous la direction de). *Émotions patrimoniales*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, 2013.

FABRE, Daniel. Políticas de memória: narrativas, esquecimentos e usos do passado. *Projeto de Escola de Altos Estudos/CAPEs*, Pelotas, 2015.

GARCIA, Patrick. *Politiques de mémoire*. Conférence prononcée à Talinn, novembre, 2005. Disponível em: <http://www.ihtp.cnrs.fr/sites/ihtp/IMG/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HAFSTEIN, Valdimar. *Sauvegarde du patrimoine immatériel et gouvernance communautaire. Actes du colloque international*. Paris: Unesco, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.

HEINICH, Nathalie. *La fabrique du patrimoine*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Ofício das painéis de Goiabeiras*. 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Painéis%20de%20Goiabeiras.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ISNART, Cyril. Self heritage-making and religious minority in Greece: an ethnography of heritage activities outside of the cultural institutions In: BORTOLOTTI, Chiara, ADELL, Nicolas; BENDIX, Regina; TAUSCHEK, Markus. *Between Imagined Communities and Communities of Practice: Participation, Territory and the Making of Heritage*. Göttingen Studies on Cultural Property. Göttingen: Universitätsverlag Göttingen, 2015.

JEUDY, Henri-Pierre. *La machine patrimoniale*. Paris: Éditions Circé, 2008.

LAMY, Yvon. La conversion des biens culturels en patrimoine public: au Carrefour de l'histoire, du droit et de l'éthique. *Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?* Internationale de l'imaginaire, n. 27, 2012.

LENCLUD, Gérard. La tradition n'est plus ce qu'elle était... Sur la notion de "tradition" et de "société traditionnelle" en ethnologie. *Terrain*, n. 9, 1987, p. 110-123.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio In: BRASIL. *Inventário Nacional de Referências Culturais*: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire, la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire, I. La République*. Paris: Gallimard, 1984. p. XVI-XLII.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Politica y Sociedad*, n. 27, Madrid, 1988, p. 63-76.

REZENDE, Maiquel. *Silêncio e esquecimento*: Henrique Carlos de Morais e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933-1986). 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

RICOEUR, Paul. *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Paris: Seuil, 1984.

ROBIN, Régine. *La mémoire saturée*. Paris: Éditions Stock, 2003.

SANTOS, Carlos Alberto A. *Ecletismo na fronteira meridional do Brasil: 1870-1931*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

TORNATORE, Jean-Louis. Les formes d'engagement dans l'activité patrimoniale. In: MEYER, Vincent; WALTER, Jacques (Dirs.). *Formes de l'engagement et espace public*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2007.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. 2006. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TOPOGRAFIAS DA MEMÓRIA: RE-SIGNIFICAÇÕES DO PASSADO NA FRONTEIRA ENTRE O NORTE DE PORTUGAL E A GALIZA^{1, 2}

PAULA GODINHO

Para Francisco Pérez, o Xico de Mandín, que me ensinou o que é ser regionauta
*We need a common culture, not for the sake of an abstraction, but because we
shall not survive without it* (Raymond Williams, 1958, p. 317).

Usos da memória e cultura de orla

No segundo sábado de Agosto de 2015, como nos últimos 15 anos, realizou-se a Festa das Adegas, na aldeia galega raiana de Mandín. Foi inventada em 2000, por Francisco Pérez, que prefere ser tratado por “Xico de Mandín”,

¹ Este texto apresenta-se em sua forma original, escrito em português de Portugal.

² O trabalho de campo e a reflexão presentes neste texto resultam da conjugação da pesquisa no âmbito de dois projectos ibéricos: (1) “Cooperación transfronteriza y (des)fronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa”, coordenado por Heriberto Cairo Carou, no âmbito da Universidade Complutense de Madrid, com outros colegas de várias universidades espanholas e portuguesas (2013-2016), inserido no Plan Nacional de I+D+i del Ministerio de Educación y Ciencia de España; (2) projecto I+D+i “Los festivales y celebraciones musicales como factores de desarrollo socioeconómico y cultural en la Península Ibérica”, ref.: HAR2013-46160-P, coordenado por Susana Moreno Fernández, da Universidad de Valladolid, que também inclui outros colegas de universidades portuguesas e espanholas (2015-2017) (2014-2016), sendo financiado pelo Ministerio de Economía y Competitividad de España. Deve-se ao Instituto de História Contemporânea, através de fundos atribuídos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o pagamento da viagem para que a comunicação de que resultou este texto pudesse ser apresentada em Porto Alegre, no colóquio organizado pelo Prof. Charles Monteiro, no âmbito da PUC de Rio Grande do Sul, em Outubro de 2015, em Porto Alegre.

do que por “Paco” – o diminutivo espanhol do seu nome. É um regionauta, cuja vida e genealogia explicam a facilidade de circulação pela fronteira: filho de emigrantes na Alemanha, seria criado por um avô, que vendia peixe nas aldeias da raia, circulando sem entraves e reconhecendo gente de ambos os lados. Na festa, de adega em adega, os que aí se deslocam vão bebendo vinho, comendo petiscos, cantando, dançando e divertindo-se. Alguns regressam de longe para uma cerimónia que convive com a da santa padroeira local. A festa não se reivindica de uma «tradição» longa, não apela a um formato assente numa prática continuada, mas pretende unir os que no passado tinham a agricultura e o contrabando a juntá-los. Sem evocar “a tradição”, a festa reporta à necessidade de diversão e de junção daqueles que, durante o ano, estão separados pela vida atual e pelos processos migratórios. A fronteira é o cerne da “Festa das Adegas e da Amizade Raiana”.

Neste texto, procuro interrogar os processos de emblematização da fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza, num tempo em que este limite entre países deixou de existir. Numa paráfrase de Claude Lévi-Strauss, pretendo debater os sentidos duma fronteira que é “boa para pensar” e “boa para viver”. No caso estudado, há uma complexificação suplementar, já que se trata do limite entre dois Estados – o português e o espanhol –, com uma nação sub-estatal, a Galiza. Conquanto a fronteira tenha longamente primado pela carência de reflexão antropológica, ainda que a ciência se tenha dedicado a estabelecer fronteiras e delimitações entre povos e grupos étnicos, Fredrik Barth (1969) interrogou a importância da construção cultural e do contacto entre diferentes grupos. Através do seu trabalho, compreende-se que as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e de aceitação social, mas constituem o seu fundamento. No limite entre dois Estados, aqui abordado, a interação não dissolve as diferenças, sendo estas incorporadas e capitalizadas para viver melhor. Também Eric Wolf e John Cole, em *The Hidden Frontier* – uma etnografia de duas aldeias fronteiriças do Tirol, entre Itália e Alemanha –, salientam a necessidade de entender os processos locais a partir igualmente das influências exteriores (WOLF; COLE, 1974). Numa obra seminal do estudo das fronteiras europeias,

Peter Sahlins (1989) debateu a apropriação por parte dos indivíduos das suas fronteiras e das suas identidades, para as usarem contra ou em colaboração com os centros políticos longínquos, numa zona em que a fronteira entre dois Estados-nação se confronta com uma nação sub-estatal, a Catalunha. A sua abordagem histórica nega a passividade dos camponeses fronteiriços e sustenta que os Estados não impuseram só os seus valores e as suas fronteiras à sociedade local: esta última deu igualmente um impulso à criação da nação como um Estado territorial. Os protagonistas dos processos de fronteirização e de desfronterização não foram só os homens de Estado, os ministros ou os diplomatas, mas igualmente os camponeses, os autarcas, os contrabandistas e os desertores. Todos participam na formação das identidades nacionais; se as comunidades locais se opõem ao Estado, também o utilizam em seu proveito, exprimindo o seu sentimento nacional de forma mais local. Ainda que reticentes à entrada na vida da nação, usam-na todavia na sua vida, quando se apoiam nela para defenderem os interesses das suas comunidades. O meu argumento assenta numa idêntica prática quanto aos processos de desfronterização, numa fase em que *por cima*, a União Europeia os favorece, e por baixo, os raianos os corroboram.

A fronteira pode não significar necessariamente uma outra realidade, assumindo performances, aparências, atividades, estruturas sociais e simbólicas, com uma linha elástica de união ou de separação entre “nós” e “eles”. Subjetivada, a linha tem o sentido que lhe é dado pelos habitantes fronteiriços, dependendo do contexto e das conjunturas, do género, da idade ou do grupo social. Se concebermos os comportamentos como escolhas em função de constrangimentos, a questão central não está na aplicação das normas definidas em abstrato, mas na margem de manobra dos sujeitos no seio de um espaço social de contornos incertos. Assim, se em momentos históricos particulares esta fronteira constituiu uma zona de refúgio (SCOTT, 2009), noutros a capitalização dessa cultura de orla pode ser feita através de formatos de emblematização, de patrimonialização e de turistificação, que resgatam o amor-próprio de quem vive numa orla, projetando para fora uma imagem depurada, com efeitos práticos (GODINHO, 2008).

Devido à desvitalização atual dos locais e das relações, os formatos comemorativos que se reportam ao passado resgatam alguns momentos para reencontrar o que se encontra perdido. Embora em dimensões diversas, *o passado é um país estrangeiro* (LOWENTHAL, 1985), tecido a partir do presente e evocado nos processos de fronteirização e desfronteirização, realizados *de cima para baixo e de baixo para cima*. Abordar uma fronteira que constituiu uma cultura de orla, requer também o recurso a escalas variadas, entre o que é pequeno e próximo, observado com pormenor, e o que é distante e recoloca num sistema, enquadrando em realidades que frequentemente escapam a nível localizado. Os agentes sociais corroboram estes processos de fronteirização e desfronteirização, que convocam a memória em níveis diferenciados: local, regional, nacional.

Este texto resulta de um trabalho de campo longo, que se iniciou em 1987 e se prolonga até à atualidade. Integrou uma estadia inicial de cerca de dois anos em aldeias da raia/raya – o endónimo da zona de fronteira –, bem como revisitações sucessivas até à atualidade. Procedeu-se igualmente à consulta de arquivos locais, distritais e nacionais, de um e outro lado, que permitiram conferir profundidade histórica à abordagem de uma região, hoje exangue devido aos intensos movimentos migratórios. A realidade da fronteira, na sua complexidade, requer o recurso a métodos compósitos, que neguem a monomania disciplinar: o trabalho de campo, a observação direta e participante, os ciclos longos, o trabalho longitudinal. A análise das redes sociais permite a perceção da importância das unidades de análise abertas que se estendem além dos lugares e dos fluxos, convocando dimensões translocais e transnacionais.

A contas com o passado, em busca de um futuro: usos da cultura de orla

Num tempo alongado, esta foi uma fronteira que gerou uma cultura própria, integrando o próprio limite. A *cultura de orla* assenta numa relação maleável “nós”/“eles”, de acordo com as necessidades, a conjuntura e o contexto

(GODINHO, 2012). Embora o conflito tenha também de ser convocado para compreender as relações de fronteira, esta trazia benefícios práticos e gerava modos de vida particulares. Se a agricultura tinha centralidade, incorporando em formatos comunitários os vizinhos de um e outro lado, a transgressão da fronteira, como modo de vida, era realizada quotidianamente. O contrabando, sob diversas modalidades, foi variando em função das conjunturas, juntando os vizinhos de ambos os lados e associando-os em escalas diversas, que servem atualmente para resolver problemas locais de abastecimento, ou podem integrar uma economia-mundo.

Foi uma “zona de refúgio” (SCOTT, 2009), permitindo escapar à esfera dos Estados espanhol e português e ganhar a vida – através do contrabando – ou mesmo salvar a vida – em momentos históricos que requereram a passagem. Foi assim em três momentos da história ibérica do século XX. Em primeiro lugar, durante as incursões monárquicas encabeçadas por Paiva Couceiro, que se seguiram à implantação da República em Portugal, e que ocorreram em 1911 e nos anos seguintes, de que resta uma memória, fixada através do folclore em alguns locais. Em segundo lugar, durante a guerra civil de Espanha e a longa paz incivil que se seguiu (CASANOVA, 2002), em que esta fronteira permitiu a muitos espanhóis escapar com vida e refugiarem-se nas aldeias portuguesas. Alguns destes seriam evacuados através de redes que transcendiam o nível local até ao Porto, donde partiriam para a América Latina ou outros destinos. Outros permaneceriam nas povoações portuguesas e viriam a integrar o *maquis*, designação da guerrilha antifranquista (GODINHO, 2004; 2011). Finalmente, um terceiro momento ocorre nos anos 1960-70, durante a guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné, constituindo uma das rotas dos desertores portugueses, num período em que a sangria demográfica também passava por aqui, através de redes de emigração clandestina com destino a outros países europeus.

Essa cultura de orla, que permitia viver melhor ou escapar em tempos duros, constituía um recurso dos mais frágeis (SCOTT, 1985), através do discurso escondido (SCOTT, 1990), só partilhado entre os vizinhos, ainda que por vezes integrasse os próprios agentes estatais, nomeadamente os

guarda-fiscais. Para os Estados centrais, as zonas limítrofes constituíram longamente uma periferia, com as características de liminarietà inerentes: perigosas, indefinidas, contaminadas. Todavia, não há periferia na periferia. Ali, desenvolveram-se redes de relações à margem dos Estados ou contra eles, constituindo uma cultura própria.

O segredo e a clandestinidade estão longamente associados a esta vida de fronteira e à cultura própria aí gerada. Esta assenta num território de limites fluidos, em que os fluxos e as redes se estendem no espaço e disputam aos lugares um papel significativo. Uma das características do processo atual é a emblematização da fronteira do passado, patrimonializando-a e tornando-a visitável. Assenta na conversão do que fora oculto, e que assentava em práticas furtivas, por caminhos esconsos e a desoras, em algo de exibível: em performances nas quais o passado é sobre-representado e engrandecido. Esta fetichização da fronteira, com resultados práticos, é a última fase de um processo em que se detetam três outras. A primeira, que decorreu até aos anos de 1960, assentava em continuidades centradas na agricultura, complementada pelo contrabando. A relação entre este e aquela dependia de conjunturas políticas e da situação no âmbito de cada casa, através do pessoal disponível e dos meios para investir ou granjear no comércio de fronteira. Os documentos do Tratado de Limites entre Portugal e Espanha de 1864 permitem ler a importância local do acesso à propriedade, conquanto a nível central se sobrepusesse a soberania. Essa continuidade da ênfase na posse de terra, com três grupos sociais identificados pela etnografia – proprietários, lavradores e jornaleiros – continuaria de forma longa, em conjunturas variadas, que integram a da guerra civil de Espanha, até à década de 1960.

A segunda fase inicia-se então com um processo de desarticulação da agricultura em função da sangria migratória. Nesses anos, a compensação para as perdas demográficas advinha da colaboração na passagem de emigrantes. Os “passadores”, algumas vezes denunciados ou surpreendidos pelas autoridades, encarregavam-se de estabelecer a ligação e facilitar a passagem a nível local e em redes que podiam ir até à fronteira com a

França ou a Alemanha. Desde meados dos anos 1990, ao mesmo tempo que um conjunto de pequenas fábricas e manufacturas de confecção deram vazão ao trabalho feminino – com outsourcing, associado à indústria têxtil e de moda –, vive-se uma terceira fase. Agora, as migrações com retorno semanal conjugam-se com modos de relação com o passado que trazem benefícios práticos. Embora mantenha o seu carácter poroso, inserido em tráficos mundializados, assiste-se a uma fetichização da fronteira, onde se lembra e exhibe as suas práticas ocultas, atraindo um público citadino, em momentos de lazer. Esta última fase, assente na ilusão do mergulho no tempo passado, conduziu a novos usos da fronteira, que permitem resgatar a auto-estima local de povoações desertificadas e sem vitalidade, através de um papel interessante e com benefícios práticos. Como se escreveu noutro texto, da fronteira útil, passou-se à fronteira fútil (GODINHO, 2009), em espaços em que o rural já não é só agrícola, mas não deixou de também o ser. Nesta última fase, os anos de dolorosa crise vividos em Portugal e em Espanha converteram a agricultura em último recurso para os que foram perdendo o emprego e retornaram.

Dois paradoxos de uma fronteira exangue

Max Weber notava a necessidade de procurar a racionalidade dos fenómenos sociais, mesmo dos que pareciam irracionais. Nesta fronteira esvaziada, duas situações são aparentemente paradoxais. A primeira é legível na inexistência de rituais de alfândega, devido à inserção num espaço comunitário – a União Europeia –, ao mesmo tempo que se verifica um afastamento entre os vizinhos de um e outro lado, devido à alteração dos modos de vida anteriores, ligados à agricultura. O aumento do percurso escolar dos jovens e um processo de nacionalização prática contribuíram para esta situação: há hoje um conjunto de serviços fornecidos nas vilas e cidades dos países respectivos, que resolve problemas antes superados pela cultura de orla.

O segundo paradoxo é desencadeado pela evidência de uma fronteira exangue, que perdeu gente e onde se assiste a uma inflação cerimonial,

pois dispararam as festividades coladas ao calendário. Este *trompe-l'œil* da vitalidade local está associado a dois fenómenos: por um lado, a um tecido social que só se reconstitui em momentos festivos, alguns dos quais de invenção recente; por outro, ao turismo e lazer citadinos, que buscam um rural imaginado e uma experiência da vida fronteiriça do passado, que bane o lado do sacrifício e do sofrimento, inserido-os numa economia política do turismo (GOTHAM, 2002). Ao longo dos últimos 20 anos fecharam todas as escolas e jardins-de-infância existentes nas aldeias, abrindo centros de dias e lares para os idosos, numa fronteira que envelheceu e viu partir os mais novos. Em Vilarelho da Raia existiu mesmo o plano de construir um desses centros para idosos na fronteira com a aldeia-espelho, Rabal, para juntar na velhice os que tantas cumplicidades partilharam, sobretudo nos Invernos em que o rio Tâmega transbordava e a aldeia galega ficava desligada do território espanhol. O lar de idosos está perto da fronteira, embora só tenha vilarelhenses.

De um e de outro lado, as crianças passaram a ser encaminhadas precocemente para as vilas e cidades. Os centros de saúde das aldeias fecharam, sendo os serviços prestados nas vilas e cidades. Também aí, em alguns casos, decisões políticas tomadas pelos centros de poder encerraram serviços de urgência, tornando mais vulnerável e difícil a vida dos vizinhos. Porém, quem se esgueirar no mês de Agosto até ao troço da fronteira entre os concelhos de Chaves – do lado português – e de Vilardevós, Verín, Oimbra e Cualedro, na Galiza, assistirá a algo surpreendente. Tudo fervilha de festa e o passado local é comemorado numa alegria pretérita com fruição presente. Nos fins-de-semana de Agosto, haverá que escolher ou que calcorrear cerimónias concorrentes. Além das festas patronais, são várias as possibilidades, de que já foi referida a Festa das Adeegas, em Mandín, que nem pretende reportar a uma tradição inventada (HOBSBAWM; RANGER, 1983), mas antes revitalizar a cultura e o convívio local (BOISSEVAIN, 1992). Junta-se-lhe a “Rota do Fardo”, percorrendo a partir de Lamadarcos os trilhos do contrabando do passado, em motas e motorizadas, com *t-shirt* alusiva; uma malha de

cereal, encenada pelos vizinhos de Rabal, evocando os trabalhos agrícolas do passado e a entreada nas tarefas de colheita dos cereais; a romaria de S. Caetano, com missa bilingue e feira com os produtos etiquetados em duas línguas, correspondendo a quem frequenta e compra, de um e outro lado da fronteira; a feira de vinhos de Monterrei, uma região demarcada, realizada em Verín, que é visitada por gente de um e de outro país; a “Festa do Pemento”, em Oimbra, que promove um produto local, o pimento branco, cultivado de um e de outro lado da fronteira, ainda que a União Europeia o tenha registado como adstrito exclusivamente ao lado galego; um festival de folclore, com actuação dos diversos grupos internacionais em Chaves e em Verín. Noutros momentos do ano, a efusividade festiva é retomada, não só em convivialidade de final de semana, frequentemente levada a cabo só por grupos de homens (a festa do alambique, a ida ao “aguardenteiro de Cambedo”), mas igualmente em momentos como a Festa do Senhor dos Desamparados, que tem lugar em Junho, na aldeia de Soutelinho, na Feira dos Santos, no final de Outubro, em Chaves, ou nos vários “entroidos” galegos, próximos da raia, em Verín, Laza ou no Xinzo de Límia. A Taberna do Xico, pertencente ao referido reintegracionista de Mandín, é um lugar de junção, onde se bebe vinho “Couto Mixto”, criado com castas da raia e que alude a um conjunto de três aldeias cujo historial é reivindicado na edificação da cultura de orla.

Esta enumeração não é exaustiva, numa zona em que a inflação cerimonial coexiste com a desvitalização da cultura de orla, que assentava em trocas contínuas e correntes entre os vizinhos de um e outro lado. A performance festiva, com a participação de vizinhos, visitantes e turistas de um e outro lado da fronteira, encena um passado convivial em que a economia assentava na agricultura e no efeito-fronteira possibilitado no comércio raiano: o contrabando. A fronteira que não existe é patrimonializada e a vida a que dava razão de ser é convertida em emblema, numa zona em festa.

Aqui, o *pão* chega de fora – real e simbolicamente. Grande parte dos afluxos que permitem a sobrevivência resultam de fluxos trazidos pela imigração dos vizinhos, por pensões, subvenções e subsídios vários, a que se

juntam o afluxo de turistas. Numa das aldeias, reivindicou-se mesmo uma das rotas do caminho de Santiago, alegando que sempre por ali tinha passado. A reprodução das unidades domésticas depende cada vez mais do exterior das aldeias. O pão chega em carrinhas, trazido das cidades e vilas – *de fora* –, feito com farinha mais branca e mais fina e distanciando-se do que era produzido no âmbito de cada casa, com o milho e o centeio que o escureciam.

Fronteirizar e desfronterizar: o passado no presente

Esta é a mais antiga fronteira europeia, estabelecida pelo Tratado de Alcañices em 1297, precedido de um tratado parcial – o de Badajoz – em 1267. No decurso do séc. XIX, os troços que permaneceram menos claros viriam a ser acordados no Tratado de Lisboa, celebrado em 1864 entre Portugal e Espanha (GODINHO, 2011). O limite entre o norte de Portugal e a Galiza mereceria os maiores acertos: dos 31 artigos do “Tratado de Lisboa”, 23 estabeleceram a fronteira e destes, 15 constituíram arranjos entre o norte de Portugal e a Galiza. Dois problemas se sobrepunham aos restantes, do ponto de vista de Madrid e Lisboa: o Couto Misto – de que fazem parte três aldeias, até então num regime de autarcia – e várias povoações atravessadas pela linha da fronteira, referidas então nos documentos oficiais como “povos promíscuos”, um exónimo injuriante. Os processos de fronteirização, edificando limites, embora inerentes a todas as culturas, foram particularmente difíceis neste contexto, onde uma cultura de orla unia. Para Lisboa e Madrid foi particularmente difícil sobrepor por aqui lealdades a centros políticos distantes – ser português e ser espanhol – relativamente às que seriam inerentes a contactos quotidianos e longos no tempo. Só o conseguiram quando os interesses locais, com lógicas associadas à propriedade e aos seus limites, se reconheceram nas propostas centrais, com argumentos que remetiam para a soberania (GODINHO, 2011). Mesmo nessas circunstâncias, a cultura de orla realimentou de forma ambígua a encenação da aceitação dos novos limites

e as resistências de rotina: destruição dos marcos de pedra, ataque aos guardas fronteiriços, invasões e reocupações de territórios.

Nesta fronteira, que serviu para escapar às guerras e incorporações militares, salvando a vida, e que serviu para conseguir melhorar as condições de existência em tempos nos quais a agricultura era desvalorizada, assiste-se na atualidade a formatos de relação com esse passado no presente, atribuindo-lhe novos significados. Como nota Maurice Godelier, numa obra recente, o imaginado nem sempre é imaginário (GODELIER, 2015, p.7), reportando a uma determinada realidade. Neste contexto, a re-significação do passado com ganhos no presente seguiu dois moldes. Por um lado, a partir de iniciativas providas do poder político e económico, *de cima para baixo*. De acordo com um projecto prezado pela União Europeia, foram criadas até ao momento três Eurocidades nesta fronteira: Tui-Valença, Monção-Salvaterra do Miño e Chaves-Verín. O projecto Eurocidades pretende propiciar a cooperação transfronteiriça, evitando duplicação de serviços e trazendo um conjunto de benefícios às populações de um e outro lado da fronteira.³ Também o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular constitui uma iniciativa empresarial e do poder político, que junta autarquias e interesses diversos.⁴

Por outro lado, a desfronteirização faz-se *de baixo para cima*. São várias as iniciativas locais, por parte de mulheres e homens ligados a associações e juntas de freguesia. As redes informais do passado são recuperadas pelos regionautas do presente, através festivais e eventos de promoção de produtos locais, bem como da realização de cursos de verão, com o patrocínio de universidades portuguesas e galegas. Estes últimos tiveram bastante importância desde meados de 1990 e até 2005, quando o associativismo local tinha maior vigor. Também os itinerários para caminhantes - rotas da natureza ou do contrabando - juntam vizinhos das aldeias, antigos contrabandistas e guardas-fiscais, que acompanham turistas em busca da fruição da natureza e de uma perspectiva prazenteira do passado local. Esse tempo

³ Ver <http://www.euroidadechavesverin.eu/>.

⁴ Ver <http://www.eixoatlantico.com/index.php/pt/>.

pretérito, que juntou os vizinhos, através de locais como o Couto Misto, ou de acontecimentos como os de 1946, em Cambedo da Raia, é hoje comemorado de modos diversos, através da aposição de placas e da organização de cerimónias como a da atribuição do grau de “Xuíz Honorário do Couto Mixto”.⁵

A fronteira como campo social, que serviu para salvar a vida, em momentos duros da história de cada país, e para governar a vida, através do aproveitamento da diferença, é hoje usada de modos diferenciados. Como nota Orvar Löfgren, “[...] os mapas mentais e os campos de acção tendem a variar entre gerações e tipos de regionautas, com uma variedade de padrões de interacção definida, quer por um quadro tradicional, quer pelas novas possibilidades, geradas pelas diferenças detectadas a vários níveis” (LÖFGREN, 2008, p. 201, tradução minha). Os formatos do “capitalismo regional” (NAROTZKY; SMITH, 2006) usaram até recentemente a mão-de-obra de mulheres de um e outro lado da fronteira em manufacturas ligadas à confecção e no *outsourcing* do trabalho na indústria de moda. Desde o início do novo milénio, a procura de mão-de-obra mais barata e com menos direitos, na Ásia e na América do Sul, desvitalizou esta indústria. Na actualidade, a busca de bens de uso corrente no lado da fronteira em que são mais baratos beneficia do efeito-fronteira, bem como da facilidade de passagem devida à inserção no espaço da União Europeia. Por outro lado, um outro uso prático da fronteira, que concatena uma economia dos afectos com as necessidades materiais, é legível no casamento canónico de viúvas e viúvos no país vizinho, sem registo civil, permitindo manter a pensão de sobrevivência do cônjuge falecido. Nos modos de existência, a raia é fulcral para os “profissionais de fronteira”, como os guardas e os contrabandistas, e para as profissões que aproveitam a fron-

⁵ Em 1946, depois de uma longa estadia de dez anos por parte de refugiados espanhóis na aldeia de Cambedo, esta foi cercada por forças do exército português, da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal e da PIDE e foi atingida com morteiros. As autoridades portuguesas, conjuntamente com a Guardia Civil, procuravam atingir os que fugiram da guerra civil de Espanha e da implantação do regime franquista, refugindo-se em várias aldeias portuguesas desta raia. Houve várias dezenas de presos (dois dos quais cumpriram pena no tenebroso campo de concentração de Tarrafal, em Cabo verde), dois mortos do lado dos guerrilheiros e dois por parte das autoridades. Por longos anos, este foi um assunto remetido para o silêncio e para uma amnésia forçada por parte dos vizinhos de Cambedo da Raia (GODINHO, 2004; 2011; 2014b).

teira, em cruzamento pendular, ou no exercício de actividades que seriam consideradas impróprias do lado oposto. É também assim com os bares de alterne, que se dispõem logo nos primeiros quilómetros depois da passagem do antigo posto alfandegário de Vila Verde da Raia/Feces, do lado espanhol, sobretudo frequentados por portugueses e com prostitutas emigrantes e pobres. Como afirmava um homem português, «*passa-se a fronteira, já não há pecado*». O carácter liminar do tempo (de *limen*, limiar, soleira, entre dois) constrói a liminaridade que define a fronteira ritual. Marca a passagem de uma soleira e a entrada numa «lei» diferente para cada agente social, que assim toma novas modalidades (AGIER, 2013, p. 37).

Inconclusões

Nos últimos anos, a Europa do Sul foi castigada por políticas destruidoras dos modos de vida. Também nesta fronteira se sentiram os reflexos desse tempo duro, com mais gente a tentar sair e muitos dos que estavam fora, sobretudo no Estado espanhol, a retornar às aldeias, que constituem um último refúgio, em tempos duros. Quando se interroga o futuro para as aldeias, os vizinhos podem retorquir com o passado, capitalizando a memória da fronteira, num tempo em que os *milieux de mémoire* (cada vez mais puídos pela contingência da vida e pelos processos migratórios) se revêem cada vez mais nos *lieux de mémoire* (NORA, 1986). O património, agora entendido como património cultural (BENDIX, 2011), assenta aqui na cultura de orla do passado, que constitui um recurso para tempos de crise, alimentando também a auto-estima de aldeias que desertificam. A fetichização da zona de fronteira (LÖFGREN, 2008, p.206) tem assim um novo aproveitamento no presente, com a passagem de uma cultura de orla, à assunção da fronteira como amenidade (GODINHO, 2014a). A economia local, assente na agricultura, está desvitalizada. Sobre a produção de vinhos do lado galego e sobretudo as hortas, destinadas a fornecer os legumes e hortaliças para uso quotidiano. O posto aduaneiro do lado português, com letreiros «Vende-se» há vários anos, e sucessivamente van-

dalizado, é um símbolo ignorado de um tempo que passou. Neste cenário de crise, a desarticulação da vida nas aldeias é concomitante com a encenação do retorno a práticas antigas, que permitiriam assegurar a sobrevivência. O passado parece ter-se tornado um dos recursos essenciais, quando o futuro também parece um país estrangeiro, numa paráfrase de Josep Fontana (2013). É um artefacto do presente (LOWENTHAL, 1978), que não parece servir para preparar o futuro. É construído, alvo de negociações e contrafacções, idealizado e, nesse sentido, cobiçado. Vivido em retrocesso e venerado como fonte de segurança, este passado autenticado é frequentemente imaginado e um modelo do presente, embora moldado a partir de instrumentos modernos. É “um país estrangeiro cujos atributos são configurados pelos gostos de hoje, e as suas peculiaridades são domesticadas pela nossa própria preservação dos seus vestígios”. (LOWENTHAL, 1978, p.xvii, tradução minha)”.

Quando o passado parece ter açambarcado a vida local *para trás*, questionam-se os formatos que esta assumirá *para a frente*. Nestas circunstâncias, o passado e o futuro parecem conjugar-se no presente, enquanto o próprio presente se torna o tempo da reprodução antecipada do passado (JEUDY, 2008, p.10). A fronteira que já não existe, em função da integração no espaço da União Europeia, não deixou paradoxalmente de existir numa memória com efeitos práticos que se mantêm.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *La condition cosmopolite – L’anthropologie à l’épreuve du piège identitaire*. Paris: La Découverte, 2013.

BARTH, Fredrik. (ed.). *Ethnic groups and Boundaries – The Social Organizations of Cultural Differences*. Boston: Boston, Little, Brown and Co., 1969.

BENDIX, Regina. Héritage et patrimoine : de leurs proximités sématiques et de leurs implications. In: BORTOLOTTI, Chiara. (coord.). *Le Patrimoine culturelle immatériel – Enjeux d’une nouvelle catégorie*. Paris: FMSH, 2011, pp.99-121.

BOISSEVAIN, Jeremy. (org.) “Introduction”, *Revitalizing European Rituals*. London, Routledge, 1992, pp.1-19.

BORTOLOTTI, Chiara. “Le trouble du patrimoine culturel immatériel », *Le patrimoine culturelle immatériel*. Paris: EMSH, 2011, pp.21-43.

CASANOVA, Julián. “Una dictadura de cuarenta anos”. In: CASANOVA, Julián. (coord.). *Morir, matar, sobrevivir – La violencia en la ditadura de Franco*. Barcelona: Crítica, 2002, pp. 1-50.

FONTANA, Josep. *El futuro es un país extraño – Una reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI*. Barcelona: Pasado & Presente, 2013.

GODELIER, Maurice. *L’imaginé, l’imaginaire & le symbolique*. Paris: CNRS Editions, 2015.

GODINHO, Paula. O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia. In: *História*, nº 27, 2ª série, 1996, pp. 28-45.

_____. “Maquisards” ou “atracadores”? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946, AAVV, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense: Asociación Amigos da Republica, 2004, pp. 157-227.

_____. “Processos de emblematização: fronteira e acepções de património”. In: PEREIRO, Xerardo, et al. *Patrimonios Culturales: Educación e Interpretación. Cruzando limites y produciendo alternativas*. Donostia, Ankulegi, 2008, pp. 205-221.

_____. Entre Chaves e Verín: da fronteira útil à fronteira fútil. In: MEDINA, Eusébio; MARCOS, Javier. (ed.). *Fronteras, Patrimonio y Etnicidad. Procesos de Construcción de la Identidad en Iberoamérica*. Badajoz: Universidad de Extremadura, 2009.

_____. «Oír o galo cantar dúas veces» – *Identificacións locais, culturas das marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia*. Ourense: Imprenta da Deputación, 2011.

_____. Usos e direitos comuns, resistência e zonas de refúgio: os povos e os Estados na delimitação da fronteira entre Portugal e Espanha no séc. XIX. In: NEVES, José. et al. (org.). *Da Economia Moral da Multidão à Arte de Não Ser Governado – E.P.Thompson e James C.Scott na Ibéria*. Castro Verde: 100Luz, 2013, pp. 19-37.

_____. Re-signification of the past in the northern Portugal/Galicia border: amenity, heritage and emblem. In: STOKLOSA, Katarzyna; BESIER, Gerhard. (org.). *European Border Regions in Comparison – Overcoming Nationalist Aspects or Renationalization?* London: Routledge, 2014a, pp.149-168.

GODINHO, Paula. A violência do olvido e os usos políticos do passado: lugares de memória, tempo liminar e drama social. In: GODINHO, Paula. (coord.). *Antropologia e Performance - Agir, Atuar, Exibir*. Castro Verde: 100Luz, 2014b, pp.191-212.

GOTHAM, Kevin Fox. Marketing Mardi Gras: Commodification, Spectacle and the Political Economy of Tourism in New Orleans. In: *Urban Studies*, 39-10, 2002, pp.1735-1756.

HEINICH, Nathalie. L'inflation patrimoniale. In: *La fabrique du patrimoine*, Paris: EMSH, 2009, pp. 15-39.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

JEUDY, Henri-Pierre. *La machinerie patrimoniale*, Paris: Circé, 2008.

LÖFGREN, Orvar. Regionauts: The Transformation of Cross-border Regions in Scandinavia. In: *European Urban and Regional Studies*, 15 (3), 2008, pp. 195-209.

LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: CUP, 1985.

NAROTZKY, Susana; SMITH, Gavin. *Immediate Struggles – People, Power and Place in Rural Spain*. Berkeley: UCP, 2006.

NORA, Pierre. (dir.). *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1986.

SAHLINS, Peter. *Frontières et identités nationales – La France et l'Espagne dans les Pyrénées depuis le XVIIe siècle*. Paris: Belin (prefácio de Bernard Lepetit), 1996.

SCOTT, James. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

_____. *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

_____. *Seeing like a state*. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

_____. *The Art of Not Being Governed*. New Haven and London: Yale University, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Culture and Society*. London: The Hogarth Press, 1982.

WOLF, Eric. R.; COLE, John W. *The Hidden Frontier: ecology and Ethnicity in an Alpine Valley*. Berkeley: University of California Press, 1999.

CIDADE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: PASSO FUNDO/RS

EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK

Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso. Entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória. De modo que os homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor. Mas foi inútil minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo (CALVINO, 1990, p. 19-20).

No romance de Calvino (1990), *As cidades invisíveis*, Marco Polo descreve a Kublai Khan, cidades que o imperador desconhecia em seus vastos domínios. As cidades descritas no romance são ficcionais e encantam por uma série de particularidades que as definem e as diferenciam umas das outras. Assim, o viajante fala em cidades relacionadas e definidas quanto a memória, desejo, símbolos, mortos, trocas, céu, contínuas, ocultas, entre outros tipos. A cidade de Zora exemplifica a compulsão pela memória, por afirmar características do passado (real ou ficcional) empreendidas por diferentes grupos que compõem o mundo urbano no ocidente.

A cidade pode ser palco de inúmeras referências à memória e ao passado, mas mesmo com esse verdadeiro trabalho para deixar a marca de uma lembrança nos espaços concretos da cidade, atribuindo nomes às ruas, construindo monumentos, tombando edifícios como patrimônio histórico, essa dimensão memorial é dinâmica, e o valor atribuído a essas referências está em constante transformação. Se não fosse assim, tal como Zora, as cidades se esfacelariam no tempo pela imobilidade, cairiam no esquecimento devido à incapacidade de se renovar, de produzir novas experiências preñhas de significados para seus habitantes e demais visitantes. O patrimônio é um desses instrumentos utilizados pelos grupos para evocar sua memória, sua compreensão do que é importante preservar do passado diante dos acontecimentos que se desenrolam no presente. Por isso a importância de analisar os discursos patrimoniais, o processo de patrimonialização dos bens que compõem o conjunto do patrimônio histórico e arquitetônico de Passo Fundo¹, ou de qualquer outra cidade.

Diferentes autores indicam que a palavra “patrimônio” assumiu uma força impressionante nas sociedades ocidentais, adquirindo, cada vez mais, no transcorrer do século XX, uma conotação positiva. Segundo Poulot (2009, p. 10), “por conseguinte, não cansamos de evocar ‘patrimônios’ a serem conservados e transmitidos” relacionados a diferentes características e esferas da sociedade. Exemplo disso é a profusão de “patrimônios” nas décadas de 1970-1980. Para Choay (2006, p. 11), a expressão *patrimônio* “se ampliou a dimensões planetárias”, e Gonçalves

¹ Passo Fundo é uma cidade localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Sua fundação pode ser situada entre 1827-1828, com o estabelecimento de uma fazenda pastoril pelo miliciano conhecido como Cabo Neves (MIRANDA; MACHADO, 2005, p. 22). Até praticamente o final do século XIX, teve uma economia centrada na agricultura, funcionando como entreposto comercial, uma rota de passagem para o transporte de animais (mulas e gado especialmente) para outras regiões do país. A instalação da estrada de ferro em 1898 proporcionou surtos de crescimento ao longo das primeiras décadas do século XX. Até 1950, a agroindústria impulsionou esse crescimento (com base na produção do trigo). A prestação de serviços também acompanhou o desenvolvimento urbano do município, recebendo impulso com a fundação da Universidade de Passo Fundo (UPF) em 1968. Ao longo da segunda metade do século XX, assumiu contornos de “capital do planalto”, região em que está inserida no estado (KNACK, 2016).

(2003) chama a atenção para a recorrência do uso dessa palavra em nosso cotidiano. Fala-se em patrimônio histórico, cultural, etnológico, ambiental, genético, financeiro, político, material e imaterial, entre tantos outros, como também são reconhecidos em nível local (cidades, vilas, famílias), regional (estados, províncias, regiões abrangentes, como pantanal, pampa, planalto), nacional (países) e da humanidade (bens com reconhecimento de órgãos dedicados à preservação e proteção do patrimônio com atuação em âmbito internacional). São diferentes tipologias em diferentes escalas.

Candau (2010, p. 43) menciona uma “compulsão memorial”, manifestada na obsessão por comemorações, aniversários, genealogias, sucesso das biografias, interesse generalizado pelas “raízes” do passado, entre outras “formas ritualizadas de reminiscências”. A busca pela preservação e divulgação do patrimônio é uma dessas formas que se insere nessa compulsão pela memória. Mais que uma palavra, para Gonçalves (2003), o patrimônio pode ser entendido como uma categoria de pensamento importante. Nas sociedades ocidentais modernas, essa categoria aparece com delimitações precisas que estão relacionadas à valorização, a qualificações próprias da contemporaneidade.

A recente conotação exacerbadamente positiva que essa palavra (essa categoria) recebeu impõe certas dificuldades e problemas para os pesquisadores desse tema. É importante evitar tentações memorialísticas e comemoracionismos. Os historiadores e demais profissionais que se dedicam aos estudos da memória e do patrimônio não devem se deixar levar por ondas de comemorações. É necessário ao pesquisador adotar um olhar crítico para formular problemas, questões relativas aos processos de patrimonialização (PRATS, 1998) e não promover ufanismos desmedidos. Estudar a memória, seus usos e as práticas que envolvem os bens patrimoniais, ou mesmo o funcionamento do patrimônio como categoria de pensamento em determinado contexto, exige do historiador um rigor crítico, uma base teórica e uma pesquisa documental, e não celebrações, enaltecimentos, como ocorre com outros grupos sociais.

No presente trabalho, o foco do estudo são os processos de patrimonialização que ocorreram em Passo Fundo entre 1990 e 2000, refletindo

especialmente sobre a atribuição de valor e estabelecendo um panorama geral sobre atividades, práticas e discursos construídos sobre o patrimônio (avançando até discussões mais recentes sobre o tema). Pensar essa questão envolve esclarecer quem escolhe, como e por que determinado bem se torna patrimônio. A pesquisa incide sobre os princípios que orientaram a seleção dos lugares, acontecimentos e/ou sujeitos que passam a ser considerados patrimônio por um determinado grupo em um contexto histórico específico. A seleção desses elementos (lugares, acontecimentos, sujeitos) é inerente ao trabalho do historiador e à constituição da própria memória (POLLAK, 1992). Isso não significa defender que história e memória fazem parte de uma mesma operação. História e memória são formas distintas de estabelecer filiações, de se relacionar com o passado, mas em determinadas situações, como a patrimonialização de um bem cultural, por exemplo, suas diferenças podem ser reduzidas flexibilizando suas fronteiras.

Nesse sentido, o patrimônio pode elucidar elaborações eruditas da própria história, formas de compreender, se situar e perceber a passagem do tempo. O patrimônio é, portanto, um indício do “regime de historicidade” (HARTOG, 2013) que marca uma sociedade em um determinado contexto histórico. Cabe esclarecer o que é um regime de historicidade:

Entendo essa noção como uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver no próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele dá ritmo à escrita do tempo, representa uma “ordem” à qual podemos aderir ou, ao contrário (e mais frequentemente), da qual queremos escapar, procurando elaborar outra (HARTOG, 1996, p. 129).

O patrimônio, especialmente aquele ao qual é atribuído o valor de “histórico”, é uma expressão de como uma comunidade elabora sua experiência temporal, “engrena” as categorias temporais. De acordo com Hartog (2013, p. 13), “Conforme domine a categoria do passado, do futuro

ou do presente, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma". A seleção inicial do que será patrimonializado remete-se a uma certa compreensão da história por parte dos sujeitos envolvidos no processo. É a partir de um regime de historicidade que determinado valor é atribuído a um bem que se torna patrimônio. Esse valor histórico não é o mesmo, pois a compreensão, a consciência de uma comunidade sobre o tempo e no tempo se altera, alterando aquilo que entende como significativo, como relevante para se tornar patrimônio histórico.

É justamente o ato de atribuir valor ao patrimônio que o torna diferente, que orienta sua seleção entre um conjunto de possibilidades para se tornar "histórico" para uma cidade, região ou país, pois "o sentido e a importância dos monumentos não cabem às próprias obras em virtude da sua determinação originária, mas somos nós, modernos, quem lhes atribuí" (RIEGL, 2013, p. 14). Esses "valores" atribuídos ao patrimônio são feitos a partir de um quadro de referências (políticas, econômicas, culturais) vinculado aos regimes de historicidade. Quando o valor é atribuído, determinado bem é deslocado de sua circulação social habitual, passa a atrair outro tipo de atenção – memórias, projetos, ações culturais, entre outros. Passa a fazer parte do universo de referências identitárias de uma comunidade. Riegl (2013) elabora um importante estudo sobre o valor dos monumentos no início do século XX, em que estabelece alguns tipos de "valorização" que marcavam aquele contexto. Para esse autor, no "culto moderno aos monumentos" existente nas primeiras décadas do século passado, poderiam ser identificados três tipos de "valor de memória": o valor de antiguidade, o valor histórico e o valor de memória intencional.

Riegl (2013, p. 27) afirma que "O valor de antiguidade de um monumento trai-se à primeira vista pelo aspecto não moderno". A percepção de um monumento, de uma edificação antiga alcança grande parte da população. A valorização das edificações antigas em oposição ao presente, assentada no valor da dissolução, da passagem do tempo, está vinculada a uma valorização do passado como "busca das raízes" de um povo. Assim, quanto mais distante alcançam as raízes, mais forte é o elo de um povo

com sua história. Também exerce forte influência a admiração pelas forças da natureza, que podem alterar os destinos dos homens em questão de segundos. As ruínas oferecem o exemplo mais claro dessa atribuição de valor. Ligadas à nostalgia, ao apego pelo passado, carregam a marca de uma “autenticidade histórica”, que afetou a Europa nos séculos XVIII-XIX, mas que perdeu força no transcorrer do século XX por “não ter lugar na cultura de mercadorias e memórias do capitalismo avançado” (HUYSEN, 2014, p. 96). Perderam lugar nessa sociedade devido às constantes transformações e modernizações urbanas, que levaram a fluxos de especulação imobiliária que sobrevalorizaram espaços, impedindo a coexistência de centros urbanos com antigas ruínas, com exceção no caso de cidades que estabelecem o turismo como uma lucrativa fonte de renda. Nesses casos específicos, edificações arruinadas sobrevivem, mas perdem seu encanto nostálgico que os defensores da preservação das ruínas como monumentos do início do século XX identificados por Riegl observavam. Esses defensores do valor de antiguidade concebiam “no monumento um pedaço de sua própria vida” (RIEGL, 2013, p. 30), prezavam por uma intervenção mínima, apenas para manter as edificações, preservando as marcas da passagem do tempo, da ação da natureza ou mesmo de forças destrutivas desencadeadas pelos próprios homens.

Os defensores do valor histórico priorizavam a capacidade que os monumentos tinham de informar sobre o passado. Segundo Riegl (2013, p. 34), “O valor histórico é tanto mais elevado quanto mais claro for o grau em que se revela o estado coeso, original, que o monumento possuía imediatamente ao ser produzido”. Diverge do valor de antiguidade, pois não procura uma valorização do antigo apenas por meio de um olhar estético, que busca uma contraposição com o presente ou “enterrar” uma identidade cada vez mais fundo no passado. Ao priorizar um valor documental, informativo, visa preservar para que os historiadores, antropólogos, arqueólogos, entre outros profissionais, elucidem lacunas da história. Embora com essa diferença, o valor histórico estabelece um respeito pela matéria original, mas não por uma admiração, e sim para evitar falseamentos ou deturpação de antigas construções.

O valor de memória intencional, por sua vez, é a expressão da incessante busca por memória que marcou as sociedades ocidentais durante o século XX. Seus defensores eram empenhados em “fazer que, em certa medida, um monumento nunca se torne passado”, buscando “mantê-lo sempre presente e vivo na consciência dos vindouros” (RIEGL, 2013, p. 42). Essa terceira tipologia de valor se diferencia dos outros dois mencionados ao empreender um verdadeiro trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1992), um investimento memorialístico que necessita de uma constante revitalização para não ser esquecido.

Todas as forças que atuam na dissolução de um monumento devem ser combatidas. A restauração passa a ser a arma fundamental para esse valor. Vários postulados basilares do restauro que estavam em voga no final do século XIX eram ligados a ideias que “floresceram sobretudo a partir do Renascimento, amadureceram gradualmente no período que se estende dos séculos XV ao XVIII, e foram conjugadas no estabelecimento das teorias de restauração” (KÜHL, 2002, p. 15). Entre estas, encontram-se o respeito pela origem, a defesa da reversibilidade, documentação e metodologia para o restauro, a mínima intervenção e a “ruptura entre passado e presente” (KÜHL, 2002, p. 16). No século XVIII, o conhecimento histórico passou a ser compreendido como essencial, e no XIX, a partir de ampla discussão teórica, experiências de inventários e intervenções que vinham sendo realizadas sobre diferentes monumentos, a restauração se consolidou como prática de preservação.

Kühl (2002) indica diferentes vertentes de restauradores – a que defendia uma intervenção maior, buscando unidade de estilo, mesmo que para isso traços e intervenções anteriores fossem perdidas (corrente cujo expoente é Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc); e a outra que defendia um grande respeito pela origem, respeitando as marcas do tempo e com comedidas intervenções (encabeçada por John Ruskin e William Morris). Destaca Camillo Boito como reformulador dessas concepções, que enuncia alguns postulados centrais para a restauração no final do século XIX, como a importância de reunir e estudar uma documentação relativa ao

monumento em questão e evitar a perda de elementos característicos, o respeito às fases dos monumentos, o reconhecimento da fotografia como importante instrumento para registro do trabalho e a relevância de erguer lápides com inscrições apontando as datas das intervenções e sua natureza.

Cabe destacar que tanto um regime de historicidade, como esses tipos de valores mencionados acima, quanto um instrumento de análise devem ser compreendidos como tipos ideais. Além disso, dificilmente são encontrados em sua forma pura nos discursos e nas práticas de patrimonialização, bem como podem conviver, interagir e cruzar com diferentes valores e diferentes ordens temporais. É importante notar que esses valores estão articulados a regimes de historicidade presentes nas sociedades ocidentais entre os séculos XIX e XX. Mesmo as divergências entre as correntes de restauração, que exerceram impacto na elaboração de políticas de preservação do patrimônio, são indícios de elaborações eruditas sobre o passado, vinculadas à atribuição de valores aos monumentos. As iniciativas voltadas para a preservação do patrimônio em Passo Fundo também estão vinculadas a diferentes percepções sobre e valorização dos bens culturais e da história presentes não apenas em debates e políticas públicas, mas no próprio imaginário social daquele momento. Pesavento (1999, p. 32) ressalta a importância da atribuição de sentido ao mundo urbano:

Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção de seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam.

A atribuição de valor aos bens que foram patrimonializados em Passo Fundo entre 1990 e 2000 pode ser compreendida por uma confluência entre os valores históricos, da memória intencional e de um imaginário que concebia (e ainda concebe) a cidade como centro da região norte do estado. A concepção de história que baseou as justificativas nos projetos de tombamento está associada ao contexto de intensas transformações

urbanas que o município enfrentou a partir da segunda década do século XX. Na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo, RS* (KNACK, 2007), no capítulo 3, foram analisados sete projetos de lei para o tombamento de edificações (um dos projetos compreendia três edifícios) entre 1990 e o início da década de 2000.²

Foi possível concluir que as justificativas para o tombamento desses bens não partiram de um projeto articulado do poder público ou de grupos da sociedade civil. Embora houvesse a atuação de algumas entidades, que demonstravam interesse ao executivo e ao legislativo na preservação de edificações consideradas históricas, os projetos de lei que tramitaram nas comissões da Câmara partiram de iniciativas isoladas de alguns vereadores. A atribuição de valor, seguindo a definição de Riegl (2013), pode ser caracterizada como um valor histórico, de forma geral. Cabe mencionar que a concepção de história presente nas justificativas para esses projetos estava alicerçada em historiadores locais, que encontra raiz nas concepções de Francisco Antonino Xavier e Oliveira – uma noção de história não acadêmica, baseada no valor de uma história política/econômica que acabou excluindo determinados grupos de suas páginas. Alguns desses bens chamaram a atenção da comunidade simplesmente por serem antigos, o que mostraria a reminiscência de um valor de antiguidade, de busca das raízes do povoado. O valor de memória intencional pode ser

² Entre os processos que tramitaram na Câmara de Vereadores para aprovação do tombamento analisados encontram-se os seguintes bens: Banco da província (hoje Banco Itaú), Cervejaria Brahma (hoje Faculdades Anhanguera), Estação Férrea da Gare (hoje funcionam estabelecimentos públicos e a Feira do Pequeno Produtor), Banco Popular/Casa Gabriel Bastos (hoje demolida), Igreja Metodista (ainda em funcionamento), Prédio do Instituto Educacional (ainda em funcionamento) e os prédios da Intendência Municipal (hoje Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider), da Câmara de Vereadores (hoje Teatro Municipal Múcio de Castro) e do Clube Político Pinheiro Machado (hoje Academia Passo-Fundense de Letras). Também foi analisado o Projeto de Restauração do Clube Visconde do Rio Branco, cedido por Maria de Lourdes Isaías, integrante de movimentos em prol da cultura de afrodescendentes, observando que não houve interesse e/ou disponibilidade por parte dos poderes executivo e legislativo em executar o projeto, que cedia a edificação onde funcionou o referido clube (uma associação de mútuo socorro de descendentes de escravos libertos do início do século XX). Para maiores informações, consultar Knack (2007; 2013).

identificado na medida em que projetos conscientes de preservação foram concretizados, mas com ressalvas, pois essas edificações enfrentaram um descaso por parte do poder público durante anos, mesmo depois de tombadas. Dessa forma, é possível apontar a falta de interesse em revitalizar a memória histórica que justificou sua patrimonialização, deixando lacunas na valorização típica da memória intencional.

Eis o problema que moveu a pesquisa: essas edificações remetiam-se a experiências próprias das elites em busca da afirmação da cidade como um centro regional. Nesse sentido, foram tombadas edificações relacionadas a atividades políticas do município e ao desenvolvimento econômico. Edifícios e espaços que reportavam-se a experiências de outros grupos foram abandonados e acabaram sucumbindo à intensa especulação imobiliária que ainda está presente, influenciando o desenvolvimento urbano local. Desde a década de 1950, lideranças políticas dedicaram-se a afirmar a cidade como uma capital da região norte do estado. Entre os símbolos desse imaginário está a verticalização urbana, que se destacou como sinal de crescimento, prosperidade e ordem da cidade, em conjunto com o possível desenvolvimento industrial, especialmente da agroindústria.

A busca por esse ideal de se tornar a capital do planalto (expressão que aparece em uma série de documentos analisados, como imprensa, propagandas políticas, relatórios municipais, planos de desenvolvimento urbano, entre outros³) levou a um processo de remodelação urbana, caracterizando o centro por edificações verticalizadas, confluindo e assentando as principais atividades financeiras e comerciais de Passo Fundo no espaço ao redor da praça Marechal Floriano, levando à valorização imobiliária daquela zona e seu entorno. Esse processo foi acompanhado por propostas de modernização, embelezamento de praças, adequação de ruas, da avenida principal e de infraestrutura. No final dos anos 1980, boa parte das edificações mais antigas havia desaparecido (o próprio

³ Ver Knack (2007; 2012).

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano recomendava a remoção de habitações consideradas pobres ou insalubres de parte daquela área), restando apenas exemplares ligados à esfera pública, às atividades econômicas ainda em funcionamento ou casas de moradores que tinham poder econômico suficiente para resistir à especulação imobiliária.

Assim, a busca pela afirmação de um imaginário, entre outros elementos, causou a demolição de parte das antigas edificações daquela área, o que limitou a possibilidade de escolha dos vereadores responsáveis pelo tombamento daqueles bens entre 1990 e 2000. A verticalização não deixou de ser uma representação de poder econômico, com valor imobiliário real, o que impediu a preservação de outros bens e desviou a atenção da conservação de muitos prédios históricos, que continuavam não condizendo com uma cidade moderna e urbanizada – uma capital do planalto. Dessa forma, ocorreram encontros e desencontros entre o valor atribuído aos bens tombados nesse período e um regime de historicidade presentista. As experiências relacionadas à modernização da cidade são um indício de uma percepção temporal que prioriza o presente. Antes de 1980-90, visualizava-se no futuro a cidade de Passo Fundo industrializada e urbanizada. A partir do início de 1990, os efeitos, positivos e negativos, dessa busca começaram a aparecer, e o presente passou a ter um peso maior, seja para resolver problemas gerados nesse caminho (como a derrubada de parte da história arquitetônica), ou para afirmar atividades lucrativas como a especulação imobiliária. Nesse contexto, o valor de memória intencional não encontrou espaço nos projetos do poder público.

O que pressionou os vereadores no contexto 1990-2000 foi a emergência de “não lugares”, característicos de uma cidade que vinha sofrendo acelerado processo de urbanização. A expressão de Augé (2012) define a situação de pressão que impulsionou os projetos de patrimonialização em Passo Fundo. O aumento no trânsito, o consumo de automóveis, por exemplo, levou a “alterações urbanas implementadas para viabilizar o sempre crescente fluxo de veículos, pela reconfiguração de bairros que se especializaram” (CARVALHO, 2007, p. 423) nesse ramo, como o Boqueirão. Também fo-

ram nessas décadas que apareceram as primeiras galerias comerciais, os *shopping centers*, as grandes garagens de estacionamento, além da intensa verticalização que mudou a fisionomia da cidade. Como Koolhaas (2010, p. 31-32) bem coloca: “[...] o facto do crescimento humano ser exponencial implica que o passado se tornará em dado momento demasiado ‘pequeno’ para ser habitado e partilhado por aqueles que estão vivos”. A história, materializada na arquitetura, corre perigo com o crescimento populacional.

O desaparecimento da história materializada na arquitetura marcou essa primeira fase de patrimonialização de edificações em Passo Fundo. Vinculados a um regime de historicidade de aceleração, em que forças políticas entendiam que o “progresso” caracterizava o presente, sem se importar com consequências futuras, ou mesmo com o passado da cidade, surgiram os tombamentos da década de 1990. A partir de 2002, iniciativas promovidas pela Universidade de Passo Fundo, articuladas com o poder público, começaram a efetivar debates, discussões e projetos sobre patrimônio, educação patrimonial e políticas públicas, marcando uma segunda fase no processo de patrimonialização dos bens no município. Embora ainda ligada à necessidade gerada pela acelerada transformação urbana, essa fase marca a articulação de pesquisadores de diferentes áreas (história, arquitetura, artes, jornalismo, entre outras) e poderes executivo e legislativo.

No início dos anos 2000, Wickert (2002) chamava a atenção para o problema da poluição visual, destacando que “o que chama atenção é o descaso com que este patrimônio está sendo tratado atualmente”, afirmando que não existia uma conscientização sobre o “valor de memória” desses bens na cidade. Isso porque a memória coletiva que marca especialmente o poder político deve ser compreendida à luz do imaginário de capital do planalto, que está articulado com um regime de historicidade de aceleração, modernização e de ideias de progresso. É importante notar a percepção da arquiteta (atual Secretária do Planejamento) sobre o problema. Reunindo referencial teórico próprio da arquitetura, voltado para restauração, Wickert (2007, p. 390) descrevia o contexto em que Passo Fundo se encontrava, com poucas edificações restando para preservação,

afirmando que em pleno “século XXI, mutilada pela perda irreparável de dezenas de edificações históricas e conjuntos urbanos”, eram necessários esforços para elaboração de instrumentos de preservação.

Carvalho (2006) também destacava a derrubada de bens que poderiam integrar o patrimônio municipal, como em artigo publicado em *O Nacional*: “foi anunciada a demolição do Cine Teatro Pampa que por muitas décadas foi um ponto de encontros entre amigos, namorados e até inimigos”. Em outro artigo, Carvalho (2007) indica a existência de uma mentalidade progressista que orientou o desenvolvimento do município desde seu centenário em 1957. Kramer e Waihrich (2007, p. 9) elaboraram um inventário da arquitetura de Passo Fundo, entendendo o patrimônio “como fundamental para os futuros projetos a serem realizados” por pesquisadores ligados ao curso de Arquitetura da UPF e demais interessados. Nesse inventário, foram destacados edifícios “reconhecidos pela comunidade como de importância histórica, social e arquitetônica”, com uma metodologia de trabalho inspirada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

É importante citar o projeto televisivo *Momento Patrimônio*, de 2011 (que ainda segue atuando) desenvolvido inicialmente a partir de uma articulação entre integrantes (professores, alunos e técnicos) dos cursos de História, do Museu Histórico Regional, do curso de Jornalismo e da UPFTV. Segundo Machado (2012, p. 10), “o projeto constitui-se em planejar, organizar e apresentar programas de rádio e TV mensais para discutir e divulgar temas de Patrimônio Histórico, Cultural e ambiental, e propor políticas de reconhecimento, restauração e tombamento de patrimônios”, executando programas que envolveram a participação de pesquisadores e lideranças políticas da comunidade.

Essa fase marca a consolidação de um momento de reflexão em torno da questão do patrimônio histórico, articulando diferentes grupos, ligados a universidades, instituições culturais e poder político. O valor histórico continuou marcante na emergência de novos bens que entraram para o conjunto de bens patrimoniais do município, ainda em virtude do processo de urbanização ocorrido a partir de 1950. Mas nesse momento aparece, a partir de iniciativas, projetos e debates, a necessidade de estabelecer ins-

trumentos efetivos para a preservação, como inventários, restauração e políticas públicas consistentes. Ocorre uma especialização no valor histórico, afirmando um discurso acadêmico sobre o tema. O valor da memória intencional, ou melhor, a busca pela afirmação de uma memória para a cidade é estabelecida a partir de projetos e discussões que passam a se repetir com frequência entre diferentes setores, levando a um maior cuidado com bens já patrimonializados e chamando a atenção para edificações que corriam o risco de tombar literalmente. Portanto, é possível concluir que o processo de patrimonialização dos bens que passam a integrar o conjunto do patrimônio oficial de Passo Fundo foi impulsionado pela necessidade de preservação diante da derrubada da história materializada na arquitetura. Dois momentos, embora articulados pela força de um mesmo regime de historicidade, proporcionaram mudanças na percepção sobre o que valorizar historicamente.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 1, n. 1, 2010.

CARVALHO, Haroldo Loguercio. Passo Fundo do centenário ao sesquicentenário: que significados. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. *O Nacional*, março de 2006.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. Tempo e história: “como escrever a história da França hoje?”. *História Social*, Campinas, n. 3, 1996.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. 2016. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. Questões sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS: 1990-2002. *Mouseion*, Canoas, n. 14, 2013.

_____. O centenário de Passo Fundo em 1957 e a construção visual da capital do planalto. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO (ANPUHRS), XI, Rio Grande, 2012. *Anais...*, 2012.

_____. *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico*: Passo Fundo, RS. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. *Arquitetura urbana de Passo Fundo: 1865-1965*. Passo Fundo: Berthier, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. In: BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

MACHADO, Ironita Policarpo. Introdução. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo (Orgs.). *Momento patrimônio*. Passo Fundo: Berthier, 2012.

MIRANDA, Fernando B. Severo; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad*, n. 27, Madrid, 1998.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Lisboa: Edições 70, 2013.

WICKERT, Ana Paula. *Patrimônio histórico e poluição visual: a questão em Passo Fundo*. 2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/02.018/2071>. Acesso em: 8 set. 2015.

_____. A cultura da (não) preservação do patrimônio histórico em Passo Fundo (ou onde o novo é sempre melhor que o antigo). In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO: O CASO DA ENFERMARIA MILITAR DA CIDADE DE JAGUARÃO/RS

ALEXANDRE DOS SANTOS VILLAS BÔAS

Atualmente, no âmbito de estudos da linha de pesquisa do patrimônio cultural no Brasil, estão sendo discutidas questões como a importância de uma maior participação da comunidade em relação ao que deve ser a política de preservação do patrimônio, acompanhando o processo de democratização da sociedade brasileira a partir do fim do regime militar em 1985.

Não basta mais a sociedade assistir passivamente ao tombamento de bens culturais de uma determinada memória que é gestada em gabinetes, sem levar em conta o uso e as apropriações do patrimônio. Embora tenha havido durante as últimas décadas do século XX uma mudança nas políticas patrimoniais em nível internacional, com a valorização do chamado patrimônio imaterial, no Brasil, somente a partir do início do século XXI, passamos a ter uma legislação específica para o tema, que ainda não é bem compreendida, haja vista os poucos registros efetuados até o momento.

Nesse sentido, a proposta deste artigo de se analisar um patrimônio cultural material pode, à primeira vista, ser identificado como mais um estudo sobre os cânones clássicos da área. No entanto, o que vai ser explicitado é muito mais o valor imaterial desse patrimônio, ou seja, o que ele significa para a comunidade, como era percebido e utilizado e como, a partir de um projeto que pretende transformar o local em um museu, será apropriado pela sociedade. Para isso, se reconstruirão os períodos históricos

desse patrimônio cultural, denominados de fases de ocupação, e serão verificados como ao longo do tempo foi se modificando a relação entre os usuários diretos e a comunidade e suas percepções, que motivaram uma identificação que perduraria até o início das obras do projeto do museu.

Este artigo objetiva ainda colocar algumas questões que se julgam relevantes, como, por exemplo, a persistência de métodos burocráticos gestados nos anos 1930, quando da implantação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Será questionada a forma como está sendo trabalhada a questão da educação patrimonial no que tange ao início das obras do museu e seu andamento. Essas reflexões estão baseadas no sentido de demonstrar que a política patrimonial no Brasil, especificamente nesse caso, precisa incorporar métodos participativos da comunidade em suas práticas, para que o patrimônio não fique restrito a uma elite técnica de órgãos estatais de preservação.

Contexto histórico de formação da cidade de Jaguarão

Jaguarão localiza-se no extremo sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai, aproximadamente a 380 km de Porto Alegre, com uma população de 27.931 pessoas.¹ A cidade originou-se de um acampamento militar estabelecido às margens do Rio Jaguarão, no ano de 1802, que tinha o objetivo de controlar e impedir a passagem do exército espanhol para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e também de influir decisivamente no comércio do Rio da Prata.

Esse aquartelamento foi denominado de Guarda do Cerrito e da Lagoa. Em 1802, paulatinamente, se foi formando ao redor do quartel um pequeno povoado, que, além de abastecer os soldados, iniciou um comércio com os espanhóis, do outro lado do rio.

Muitas das aglomerações que se formavam no entorno das instalações militares, criadas após os tratados de 1750 e 1777,

¹ Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

foram responsáveis pelo início das povoações urbanas ou por sua elevação à categoria de freguesia: Arroio Grande, Bagé, Piratini, Erval, Jaguarão, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Quaraí, são alguns exemplos. Ao mesmo tempo, teve início o povoamento da retaguarda de Alegrete, Itaqui e São Gabriel, protegendo a nova fronteira (MARTINS, 2001, p. 28).

Na Figura 1, a seguir, se pode ver em primeiro plano o Rio Jaguarão, tendo na margem direita a povoação da Vila do Cerrito do Espírito Santo de Jaguarão, com o aquartelamento seguido das primeiras construções civis, e na margem esquerda a Guarda Fronteiriça no território uruguaio. Observa-se a passagem de tropeiros, que abasteciam a vila e deixavam mercadorias que, posteriormente, eram comercializadas nas cidades de Pelotas e Rio Grande, respectivamente o polo charqueador e o único porto marítimo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Ainda na imagem, há a presença de embarcações que se deslocavam pelo Rio Jaguarão e através da Lagoa Mirim alcançavam as cidades de Pelotas e Rio Grande, sendo o meio mais rápido de intercâmbio comercial e cultural na região. Essa localização estratégica da povoação levou a um incremento populacional e econômico.

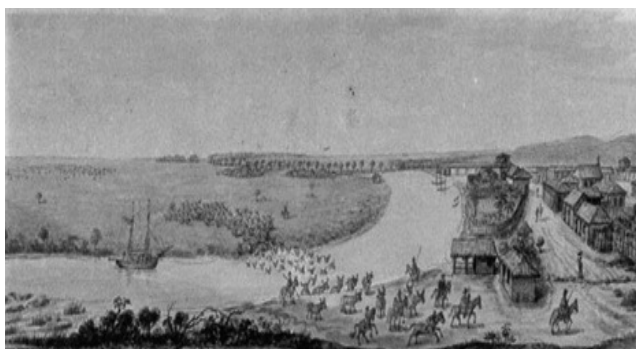


Figura 1. Povoação de Jaguarão no início do século XIX

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ) – reprodução da litogravura atribuída ao pintor Jean Baptiste Debret.

Com a formação das nações do Brasil e Uruguai, a afirmação da nacionalidade na região de fronteira objetivou controlar esses fluxos comerciais entre os dois países. Entretanto, já havia se constituído uma elite agrária baseada no poder militar-civil, com ramificações em ambos os lados da fronteira², principalmente em função da economia pecuária, que logo tomaria destaque no comércio do charque surgido em meados do século XIX, tanto no estado do Rio Grande do Sul como no Uruguai.

Franco (2001, p. 18) nos assinala esse aspecto:

Desde muito cedo, as comunidades dos dois lados da linha divisória tenderam a prática de uma economia solidária e complementar, que as barreiras fiscais jamais conseguiram disciplinar. O famigerado contrabando, hostilizado pelos governos (nem sempre com muita sinceridade e coerência) e combatido pelas praças comerciais que ele prejudicava, sobreviveu a todas as perseguições.

Ao final do século XIX, a cidade de Jaguarão tornou-se um centro comercial, com uma economia agropecuária que permitiu a formação de um excedente de capital, que foi aplicado no núcleo urbano de Jaguarão, o qual buscou seguir o tipo de cidade eclética desenvolvida em cidades como Rio Grande e Pelotas, com a construção de palacetes, praças e ruas. Isso se depreende do depoimento do padre belga Raphaël Goris em 1901, quando de sua passagem pela cidade, reproduzido por Souza Soares e Franco (2010, p. 56):

Jaguarão originou-se recentemente: não creio que tenha um século de existência. Está construída seguindo o gosto americano, isto é, suas ruas são amplas e se entrecruzam

² A partir da anexação do Uruguai como Província Cisplatina, em 1821, um grande número de brasileiros constituiu fazendas de criação de gado no Uruguai, principalmente na fronteira e no norte do território, ocasionando um intenso comércio fronteiriço.

regularmente; a maior parte das casas é de uma arquitetura encantadora; algumas são verdadeiros palácios.

A tentativa de transformação do centro urbano de Jaguarão em uma cópia das cidades europeias de estilo eclético mostrou-se de frágil sustentação, por não ser acompanhada de uma dinâmica social que desse um impulso capitalista e gerasse um mercado consumidor. No entanto, a preservação dos prédios pela elite latifundiária, devido à estagnação econômica, foi o que permitiu a constituição do patrimônio arquitetônico. Embora tenha sido originado de uma classe que detinha o poder econômico, na atualidade tornou-se símbolo da cidade e naturalizado para toda a comunidade.

Dentro do contexto histórico apresentado, se insere a construção de uma instalação militar voltada ao atendimento médico dos militares da cidade e região, denominada de Enfermaria Militar de Jaguarão, a qual será analisada a seguir quanto a sua história e aos seus usos pela população da cidade até ser objeto de preservação patrimonial pelo Estado Brasileiro.

A Enfermaria Militar

O prédio denominado de Enfermaria Militar de Jaguarão foi construído em 1883 como instalação de saúde do Exército Brasileiro, tendo ao longo do tempo mudado os usos do seu espaço devido às contingências do exército e de diretrizes institucionais do poder público municipal. Assim, se pode determinar três períodos distintos de usos do prédio: o primeiro período – 76 anos – vai desde sua fundação em 1883 até o final da década de 1950, com seu uso exclusivo como organização de saúde; o segundo – 12 a 15 anos – vai desde os anos 1960 até aproximadamente meados da década de 1970, em que perdera sua função original e teve variados usos, tais como escola primária e prisão política; e o terceiro – 39 anos – vai desde 1970 até 2009, período em o prédio foi depredado, tornando-se ruína, até o seu tombamento e posterior apresentação do

projeto de revitalização das ruínas, que passaria a se chamar de Centro de Interpretação do Pampa (CIP).

Na Figura 2, a seguir, tem-se o prédio em suas feições originais, apresentando sua fachada e parte lateral, em que se destacam as janelas e as colunas da parte frontal, denotando o estilo neoclássico derivado dos projetos arquitetônicos do exército. O terreno em torno do prédio era composto de áreas verdes, com poucas construções, e na parte anterior do edifício existia uma pedreira, da qual foi retirado o material para construção da enfermaria. O frontão com colunas de estilo dórico demonstrava sobriedade e impunha dignidade ao conjunto. A grande porta de acesso compunha-se de madeira trabalhada, e as paredes internas do *hall* de entrada possuíam escaiolas que era uma técnica utilizada na imitação do mármore, muito praticada nessa região devido à escassez de materiais adequados.



Figura 2. Antiga Enfermaria Militar de Jaguarão

Fonte: IHGJ.

Dentro dos três períodos delimitados anteriormente, se pode inferir que a ação dos grupos que utilizaram o espaço, em certa medida, delimitou a sua identidade perante a comunidade. No primeiro período, as atividades

desenvolvidas pelo grupo dos militares eram ligadas ao cuidado de doentes, o que levava a um relativo isolamento em relação à comunidade, por causa do medo do contágio e da proliferação de doenças, considerando que no final do século XIX havia um controle sanitário muito menor do que na atualidade. Local de dor e desespero, isolado em uma área fora da cidade, foi se criando uma determinada imagem na comunidade de como era percebido aquele local e sua relação com a cidade.

Quando perdeu suas funções como hospital, novos grupos começaram a utilizar o espaço, como uma escola primária organizada por um grupo de religiosas católicas, que tinha por objetivo atender à população carente do entorno da enfermaria, que havia se constituído em um bairro periférico ao centro urbano. Em razão disso, começou lentamente a se modificar a percepção da identidade do lugar, de uma área de atividades militares, embora de saúde, com toda sua carga de simbolismo, para outras funções. A esse propósito, argumenta Leite (2007, p. 289):

Para que exista um lugar, é necessário que as práticas sociais que lhe são constitutivas sejam relacionais ao espaço, tornando-o um “território de subjetivação” [...]. Isso significa que a sua dimensão espacial, em toda a sua extensão simbólica e material, inclusive edificada, deve reter significados e incidir igual e reflexivamente sobre as ações que lhe atribuem sentidos. Disso resulta a relação multicausal necessária para a construção dos lugares.

Após o uso do prédio da enfermaria como escola, novamente seu uso foi modificado, pois, após o golpe militar de 1964, o edifício serviu de prisão política temporária para pessoas que supostamente tivessem alguma relação com os políticos e partidos que estavam no poder anteriormente.³ Isso leva ao terceiro período de uso, com a transformação

³ A cidade apresentava um efetivo militar considerável na época do golpe militar de 1964, tendo o comandante do quartel do regimento de cavalaria aderido aos golpistas e estimulado a perseguição aos partidários do regime democrático anterior. Foram levados e torturados nas

do prédio em ruínas, devido a uma depredação realizada pela população. Talvez o motivo que tenha levado à depredação de um prédio desse porte e antiguidade na comunidade, dentre outros, seja o imaginário relacionado a ser um local de sofrimento, de relativo isolamento. O fato foi que não havia uma valorização da antiga enfermaria como patrimônio pela elite local, pelo menos não ao ponto de impedir sua destruição. Em relação aos usos e à constituição do patrimônio, esclarece Varine (2012, p. 20):

O patrimônio está ligado ao tempo por sua evolução e por seus ritmos. Ele tem um passado, um presente e um futuro. Se o desenvolvimento se efetua no presente, portanto a partir de um patrimônio constatado a um dado momento, ele não pode ignorar suas origens e não pode igualmente se limitar a consumi-lo sem nada criar de novo. Quanto aos ritmos, ou ao menos aos ritmos endógenos, eles são produto e resultado do patrimônio. Não se pode fazer nenhum desenvolvimento sem levar em conta os ritmos da vida local, que fazem parte integrante da cultura viva da população.

Outros prédios existentes na cidade com o mesmo tempo de existência foram preservados, mesmo que suas destinações tenham se alterado, mas isso não ocorreu com a antiga enfermaria. Na Figura 3, a seguir, observa-se a parte frontal do prédio já depredado, mas ainda conservando as aberturas.

salas da antiga enfermaria, conforme atestam testemunhos dos sobreviventes nos processos de reparação de danos às vítimas do regime ditatorial, armazenados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERs), na cidade de Porto Alegre.



Figura 3. Vista frontal da Enfermaria Militar em maio de 1973

Fonte: IHGJ.

Formação do patrimônio cultural da Enfermaria Militar

Na década de 1980, um programa de extensão universitária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi realizado com o objetivo de inventariar os prédios que teriam significado histórico na cidade de Jaguarão. Esse projeto foi derivado do Projeto Jaguar, que foi concebido para valorizar o patrimônio arquitetônico da cidade através de atividades de educação patrimonial. O inventário teve como prioridade a preservação patrimonial e teve como símbolo as ruínas da antiga Enfermaria Militar – justamente aquele local aparentemente abandonado e sem nenhum referencial dos usos como instalação de saúde ou como escola, ou mesmo como prisão política, visto que não existia mais o prédio e, por consequência, a atividade social que lá havia. Apesar disso, para os membros do projeto, possuía um capital simbólico, de histórias passadas que tornariam o local uma relíquia, conforme conceito elaborado por Leite (2007, p. 291):

A noção de relíquia, aqui utilizada, refere-se ao processo no qual os costumes locais perdem suas conexões com o presente e tendem a subsistir como uma “relíquia”. Retomo a citação de Giddens, feita no primeiro capítulo: Uma relíquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. Como outras peças de museu, pode estar no lugar em que foi originada, mas esse fato tem pouca importância para a sua natureza, que é como de um significante da diferença. Uma relíquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas.

Ao escolher as ruínas da antiga Enfermaria Militar como lugar privilegiado de ativação patrimonial, o Projeto Jaguar utilizou-se das ruínas como símbolo de um passado, mas sem conexão com os antigos usos da enfermaria. Tinha como objetivo transformar o local das ruínas, e seu entorno, em um centro cultural com atividades como música e teatro e também roteiro turístico, contando para esse empreendimento com a parceria da Prefeitura Municipal de Jaguarão. Prats (1998, p. 68) argumenta de forma concisa esse tipo de ativação de determinados locais como patrimônio:

O que significa, em definitivo, ativar um repertório patrimonial? Escolher determinados referenciais de um todo e colocá-los de outra forma. Evidentemente isto equivale a articular um discurso que estará avalizado pela sacralidade dos referenciais. Este discurso dependerá dos referenciais escolhidos, dos significados destes referenciais que se destacam, da importância relativa que lhes atribuam, de sua inter-relação (é dizer da ordem do conjunto que integram) e do contexto (em um processo não isento, às vezes, de pretensas reduções de símbolos a signos). É bem claro, pois, que nenhuma ativação patrimonial, nenhuma, de nenhum tipo, é neutra ou inocente, sejam conscientes ou não disto os gestores do patrimônio (Tradução nossa).

Na Figura 4, a seguir, se apresenta a proposta de revitalização da antiga enfermaria militar, onde as ruínas seriam preservadas e usadas como cenário para outras atividades culturais, como um teatro de verão construído no lugar da antiga pedreira; arquibancadas de contemplação para a vista da cidade e do Rio Jaguarão e um parque destinado a ser usado como acampamento pelos visitantes e outras atividades de lazer, com projeto paisagístico de arborização e um pequeno lago artificial. Esse projeto foi derivado do acordo entre a UFPel e a Prefeitura Municipal de Jaguarão, com o nome de Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão. Nota-se que apesar de um número considerável de imóveis no centro urbano de importância histórica, a antiga enfermaria foi elegida como principal vetor desse programa.



Figura 4. Projeto de revitalização da antiga Enfermaria Militar

Fonte: Projeto Jaguar, Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, acervo do IHGJ.

Para que houvesse um envolvimento da comunidade no projeto, foi realizado um movimento com o objetivo de despertar a população para a importância das ruínas da Enfermaria Militar como parte do patrimônio

arquitetônico da cidade. As chamadas vigílias da enfermaria foram parte desse processo de incluir a participação popular para a preservação daquele bem. Em 1987, como parte das metas do projeto, foi construído o parque denominado Dr. Fernando Corrêa Ribas, o qual tinha a intenção de consolidar a participação da comunidade no entorno das ruínas, ao mesmo tempo que aproveitava seu espaço para afirmar uma concepção arquitetônica de utilização do patrimônio. Isso fica bem claro na reprodução da portaria que instituiu o parque pelo jornal local:

O imóvel a que se refere o artigo 1º desta Portaria destina-se a execução de projeto paisagístico, compreendendo a recuperação do prédio da Antiga Enfermaria do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada, do Ministério do Exército, a construção de pequeno teatro de verão; de pátio ou local de artesanato e exposição de objetos folclóricos; de centro de informações turísticas; de áreas de estar, bem como o tratamento de áreas verdes, inclusive com introdução de espécies ornamentais e nativas (A FOLHA, 1987, p. 3).

Essa esperada consolidação da participação popular não ocorreu nos moldes desejados, por falta de um uso mais apropriado pela população do entorno, que não se viu pertencente àquele tipo de uso determinado por arquitetos e pelo poder público. Novamente, o local ficou abandonado, e as ruínas voltaram a ter o significado anterior, ou seja, um local de histórias e lendas de um passado desconhecido. Entretanto, as ruínas foram tombadas como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAE-RS) em 1990.

O projeto do Centro de Interpretação do Pampa (CIP)

Após 22 anos, não existindo mais o parque nem contando com a intervenção do órgão estatal de preservação para a consolidação das ruínas, a situação do bem tombado estava em precárias condições. Em 2009, foi concebida

uma nova proposta de ativação patrimonial pela Prefeitura Municipal de Jaguarão e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), para revitalização das ruínas e seu entorno, transformando o local num complexo cultural denominado de Centro de Interpretação do Pampa (CIP). A proposta colocaria, novamente, as ruínas da antiga Enfermaria Militar como relíquia, agora sendo a base para a consecução de um museu que teria como conteúdo da exposição o bioma do pampa gaúcho⁴, com espaços agregados, com anfiteatro, auditório e prédio de apoio e exposições temporárias.

Na Figura 5, a seguir, observa-se o projeto do arquiteto Marcelo Ferraz, do escritório Brasil Arquitetura, da cidade de São Paulo. O partido utilizado consiste em uma mescla da arquitetura moderna com as ruínas, uma característica dos projetos desenvolvidos pelo escritório de arquitetura paulista quando da intervenção em bens tombados. Essa proposta difere da proposta anterior do Projeto Jaguar por construir sobre as ruínas um prédio totalmente modificado e sem relação com seus usos anteriores.

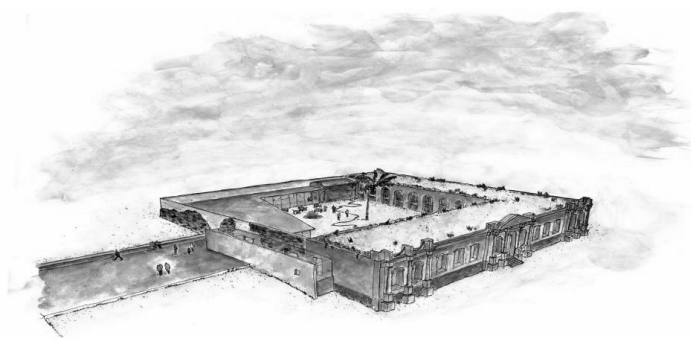


Figura 5. Projeto do CIP para intervenção nas ruínas da antiga Enfermaria

Fonte: Brasil Arquitetura, 2010.

⁴ A região do pampa compreende a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, o território do Uruguai e parte do território argentino, caracterizada por pequenas elevações, cobertas por gramíneas e vegetação de pequeno porte. A figura do gaúcho foi-se modificando ao longo do tempo, mas basicamente se trata de pessoas ligadas à atividade pecuária, desenvolvendo uma cultura peculiar nas atividades rurais.

As ruínas da antiga Enfermaria Militar serviriam como base para a construção de um museu com uma proposta de conduzir o visitante por um percurso interno determinado, dividindo as salas em áreas temáticas, ou eixos norteadores. As antigas salas da Enfermaria, agora revitalizadas, seriam transformadas para abrigarem exposições com conteúdo interativo, apoiados por uma aparelhagem tecnológica de luz e som, cujo fundo temático seria originado do bioma do pampa.

Uma grande diferença entre o projeto do CIP e o Projeto Jaguar é no que tange à intervenção nas ruínas, não prevista pelo segundo, o qual deixaria as ruínas intactas como objeto de contemplação. O projeto do CIP não levou em consideração a relação das ruínas com seu uso presente, nem serviram de ponto de reflexão desse projeto com a comunidade que as usa, talvez com a justificativa de que essa população do entorno seria beneficiada com os investimentos no local, que valorizaria a infraestrutura urbana. O poder político de órgãos como a prefeitura e a universidade determinariam o melhor aproveitamento das ruínas, segundo suas diretrizes. Conforme afirma Prats (1998, p. 69), sobre os interesses políticos nas ativações patrimoniais:

Voltemos ao poder político que havia sido, e presumivelmente será o principal agente de ativação patrimonial, o principal construtor de museus, de parques naturais e arqueológicos, de catálogos de monumentos, de identidades [...]. O Estado, as comunidades autônomas, os municípios, e seus respectivos governos, não atuam neste sentido de forma diferente. Senão com maior ou menor intensidade segundo seus meios, mas também segundo suas urgências identitárias (Tradução nossa).

No caso em tela, o prédio em ruínas da antiga Enfermaria Militar evocava um passado ligado a classes mais populares do seu entorno, na periferia do centro urbano e com atendimento de saúde. Mais do que a instalação de um complexo cultural, da revitalização de uma ruína, está posta em questão os usos e sentidos de certa parte da comunidade em

relação às ruínas, que ao verem seu local de memória esvaziado de sentido acabaria produzindo o esquecimento, e a um novo ciclo de depredação e abandono. A grande chave que poderia dar ao projeto do CIP uma maior apropriação pela comunidade do entorno seria a valorização das memórias daquelas pessoas que utilizaram o espaço em seu cotidiano, nos três períodos de uso explicitados inicialmente. O mais importante seria valorizar o processo de reconhecimento da comunidade do entorno, para que a partir desse ponto houvesse uma conexão com as novas gerações que iriam utilizar o espaço revitalizado.

O projeto do CIP e a comunidade: problemas a serem enfrentados

O projeto do CIP nasceu de necessidades que podem ser percebidas nas estratégias de gestão do governo municipal da cidade de Jaguarão, quando se analisa o contexto econômico e político da região neste momento: fomento turístico através da valorização do patrimônio cultural; potencial de desenvolvimento econômico em uma região privada de um capitalismo industrial, que propiciasse uma elevação no nível de renda das camadas populares da cidade; atração turística para o público que vai até a vizinha cidade uruguaia de Rio Branco para comprar produtos importados em *free shops*.

Esses fatores, embora não sejam claramente explicitados no projeto, é, na realidade, o esteio da proposta do poder político local para justificar o investimento aplicado, dentro da lógica de enfrentamento com os grupos opositores da proposta. Esses aspectos, que em certa medida são justificáveis, por ser uma região carente economicamente, não poderiam ser os únicos direcionadores desse tipo de empreendimento. O patrimônio cultural não é uma questão que deva ser pautada somente pelo viés econômico, mas deve considerar também os benefícios em longo prazo, para o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, social. Nesse sentido, deve-se pensar em resultados formativos – educativos e culturais –, mas também visar praticamente o empreendedorismo que se pode estimular através do uso adequado do patrimônio cultural, prin-

principalmente em relação às comunidades populares, que em uma cidade do interior não têm acesso aos equipamentos culturais que existem nas médias e grandes cidades. Varine (2012, p. 40) esclarece:

Provocar o enriquecimento permanente do patrimônio é, assim, uma proposta das políticas de desenvolvimento, o que os programas exclusivamente turísticos normalmente rejeitam. A criatividade da população, em suas diferentes gerações, é um trunfo e seria um erro limitá-la ao econômico, ou crer que ela está reservada aos especialistas, autodesignados ou diplomados.

O sentido que se dará ao espaço revitalizado do Centro de Interpretação do Pampa não pode prescindir da participação ativa da comunidade sob pena de, ao longo do tempo, tornar-se um local meramente voltado ao turismo e, mesmo nesse aspecto, ficar pobre de significado, porquanto não estaria imbuído da participação modificadora que é a cultura local, variável ao longo do tempo.

Percebe-se que a ativação patrimonial das ruínas da antiga Enfermaria Militar contém muitos pormenores, envolvendo uma série de atores e propostas por vezes conflitantes. O simples fato de revitalizar uma ruína como forma de preservação da memória leva ao questionamento sobre de que memórias estão falando. Também o aspecto econômico não é argumento em si só para sustentar a justificação dos recursos aplicados perante a população.

A concepção do projeto, *sui generis*, originada da junção de instituições como a prefeitura, a universidade e os órgãos de preservação, aliada ao olhar dos projetistas, tanto da arquitetura como da museografia, levou a uma tensão constante pela disputa conceitual e burocrática do complexo cultural. Questões importantes como a troca de informações entre todos esses atores e o envolvimento e a participação da comunidade para a construção do projeto ficaram prejudicadas. Funari (2011, p. 57) alerta sobre

essas dificuldades na concepção e gestão de projetos na área patrimonial e o desenvolvimento urbano:

As práticas preservacionistas acionadas na América Latina mantêm-se em sintonia com as políticas internacionais de proteção, que enfrentam o desafio de associar a preservação do patrimônio cultural e da memória social ao desenvolvimento urbano. Mas, no caso latino-americano, os especialistas se deparam com outros impasses, agravados pela complexidade e extensão dos acervos de bens, a dispersão desse patrimônio no vasto continente americano, as urgências sociais e a escassez de recursos.

As políticas patrimoniais, apesar de toda a problemática social de um país com desigualdades sociais, reforçam o compromisso, cada vez maior, de ampliar o acesso aos bens culturais, de forma democrática e participativa das camadas populares. Esse desafio para os gestores de projetos de preservação patrimonial deve ser enfrentado com uma proposta de educação patrimonial em que ambos os envolvidos, gestores e comunidade, possam dialogar e promover o intercâmbio necessário para boa política patrimonial.

Mais do que um discurso de legitimação dos órgãos institucionais do patrimônio, a educação patrimonial deve ser baseada na percepção de que a comunidade é a detentora das memórias do patrimônio a ser preservado, tendo essa educação de estar imbuída de um novo olhar pedagógico livre de preconceitos teóricos de especialistas do que seja patrimônio, mas usando o conhecimento científico na construção de uma práxis que incentive a cidadania através da cultura. Funari (2011, p. 59) argumenta de forma eloquente esse ponto:

Por certo, a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteadada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos

pela própria comunidade na qual se inserem. Nesse ponto, a experiência participativa executada em Cuba, na Havana Velha, pode ser lembrada, pois as medidas implementadas promoveram o diálogo entre o velho e o novo e o debate sobre as necessidades socioculturais da população. Desse modo, o velho centro de Havana foi reabilitado, segundo Roberto Segre, mediante atribuição de novos usos aos ambientes antigos, transformados em espaços culturais, abrigos ou escolas.

A Educação Patrimonial, nesse sentido, é uma ferramenta essencial na construção do conhecimento das potencialidades do patrimônio a ser preservado, valorizando os usos anteriores do patrimônio edificado como uma memória a ser compartilhada pela comunidade. Assim, o conceito de educação patrimonial é um fenômeno interdisciplinar, conforme assevera Horta (1999, p. 2):

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. A observação direta e a análise das “evidências” (aquilo que está à vista de nossos olhos) culturais permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores, dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentam suas teorias.

Ainda, no caso do projeto do CIP, *O bioma do pampa*, proposta conceitual escolhida para a museografia, é uma temática pouco compreendida, o que denota o primeiro obstáculo a ser trabalhado para que houvesse uma aproximação entre a comunidade e o centro cultural. Nesse sentido,

o elo que poderia ser incluído na temática do projeto e na apropriação pela população seria o referencial histórico dos usos e da memória da antiga Enfermaria Militar. Assim, o patrimônio cultural anteriormente constituído serviria de ponte entre as gerações que vivenciaram os usos da antiga Enfermaria e aquelas que vivenciarão o novo complexo do CIP.

A transformação do espaço patrimonializado e de seus significados que estão consolidados na comunidade deveria ser objeto da educação patrimonial nesse caso, como forma de demonstrar as escolhas dos gestores para a viabilização do novo espaço, democratizando as informações e permitindo a inclusão de possíveis demandas da comunidade nesse processo. Igualmente importante é que haja uma educação patrimonial voltada aos diversos gestores do projeto, compartilhando concepções e saberes.

Preservação do patrimônio e o desenvolvimento social

Embora a cidade de Jaguarão tenha um índice de desenvolvimento econômico baixo, vivendo basicamente da agropecuária e com uma grande camada da população desprovida de trabalho e renda, está sendo realizado um alto investimento do governo federal no patrimônio cultural da cidade, principalmente o edificado, por ter sido o conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012. A justificativa desse investimento, além do próprio patrimônio em si, é a utilização desses recursos como potencializador do desenvolvimento econômico do município.

Nesse sentido, a supervalorização da utilização do patrimônio como atrativo turístico gerador de renda tem de ser pensada com critérios e indicadores que possam ser dialogados com a comunidade, para não se criar expectativas que ao final não sejam supridas. Para que isso seja minimizado, a educação patrimonial deveria ser entendida como um processo que, além de construir um sentimento de pertencimento ao patrimônio ao qual estão sendo investidos recursos, proporcione um desenvolvimento social da comunidade.

Além disso, o próprio IPHAN preconiza que a todo bem restaurado ou construído com base em algum patrimônio cultural edificado deva ocorrer,

paralelamente à execução das obras, ações de educação patrimonial à sociedade.⁵ Outra questão relacionada com a necessidade de haver uma educação patrimonial durante as obras do CIP é a paisagem que está sendo modificada no entorno do canteiro de obras. Essa paisagem é formada por uma elevação acentuada no terreno, denominada de cerro, uma característica das planícies da região. Esse cerro é referenciado em documentos que remontam à fundação da cidade, por se constituir em um dos dois pontos mais altos da região. No entorno da Enfermaria Militar, surgiu uma povoação constituída de casebres habitadas por famílias de baixa renda sem qualquer assistência do poder público na infraestrutura do local, como drenagem e esgoto. Em vista disso, o poder público realizou um projeto para melhoria dessas habitações e seu entorno, com infraestrutura adequada, conforme as palavras do prefeito da época, Cláudio Martins, em cuja gestão o CIP foi elaborado:

De acordo com o prefeito, existe um projeto de “revitalização” do Cerro da Pólvora, incluído no PAC-2. Através do investimento, 197 famílias receberão regularização fundiária e esgotamento sanitário individual. Destas famílias, dez serão beneficiadas com moradias realocadas e 86 com moradias reformadas. Ainda é prevista a construção de um espaço de lazer, utilizando a área das pedreiras, com praça (brinquedos, palco para eventos, banheiros e espaço para reuniões da comunidade) e área esportiva, com campos de futebol e quadra de vôlei. Também serão feitas sinalização, drenagem, construção de calçadas e pavimentação (ZORZI, 2012, p. 93).

⁵ Conforme as legislações existentes, sobretudo das políticas internas do IPHAN sobre educação patrimonial, vide Portaria n. 420, de 22 de dezembro de 2010, Portaria n. 299, de 6 de julho de 2004, Portaria n. 127/2009 (Paisagem Cultural Brasileira), Fórum Política Nacional no Âmbito da Educação Patrimonial Eixos Temáticos, Diretrizes e Ações Documento final do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (Ouro Preto-MG, 17 a 21 de julho de 2011).

As obras se iniciaram em 2012, no entanto os projetos esbarraram nos caminhos burocráticos do Estado e na falta de coordenação das políticas públicas dos órgãos de preservação com o poder público local. Enquanto as obras do CIP tiveram investimento de recursos oriundos do governo federal, mais especificamente do Ministério da Cultura, o projeto da melhoria da infraestrutura do seu entorno não foi concretizado.

Como é possível perceber na Figura 6, a seguir, as moradias simples e a falta de infraestrutura das ruas em frente ao CIP são evidentes. A situação precária continuou a mesma para os moradores daquele local, somente sendo modificada a paisagem a sua frente, onde a presença do Estado se faz visível. Enquanto que os anseios daquela população não são percebidos, eles observam técnicos e especialistas, assim como autoridades, visitarem e usarem o CIP como símbolo de sua política.



Figura 6. Entorno da obra do CIP. Vila do Cerro da Pólvora

Fonte: O autor (2015).

Na Figura 7, na sequência, pode-se observar a cerca que envolve todo o complexo. Embora não estivesse prevista no projeto, ela foi colocada com a justificativa de dar mais segurança para a obra do CIP, ou seja, a segregação da comunidade com seu bem patrimonial começou antes mesmo do funcionamento do museu e evidencia um preconceito relativo às camadas menos favorecidas economicamente. Há de se observar que, durante toda a sua existência como organização militar, não houve uma cerca que separasse a Enfermaria Militar de seu entorno, o que seria justificável por ser uma instalação militar. Ainda que essas questões possam ser dirimidas posteriormente, fica patente a escolha dos gestores em priorizar a preservação das ruínas e a construção do CIP em detrimento da melhoria da infraestrutura da comunidade do entorno. A boa política patrimonial não pode ficar alheia ao desenvolvimento urbano onde esse patrimônio está inserido sob pena de haver uma cisão entre os órgãos de preservação e as pessoas a quem de fato essas políticas deveriam beneficiar.



Figura 7. Cerca no entorno da obra do CIP

Fonte: O autor (2015).

Considerações finais

Neste artigo, foi apresentado o processo de construção de um patrimônio tombado pelo órgão federal de preservação brasileiro em uma cidade localizada na fronteira entre Brasil e o Uruguai. Esse bem denominado de Enfermaria Militar de Jaguarão, construído no final do século XIX pelo exército brasileiro, teve diversos usos ao longo de sua existência de mais de cem anos, tornando-se um local de memória para os moradores do entorno como também para o restante da comunidade. Quando de sua proteção pelo Estado através do tombamento, o prédio encontrava-se em ruínas, mas mesmo nessa situação seu espaço era apropriado pela comunidade através de histórias, lendas e canções que evocavam um sentimento de ligação com aquele bem.

O processo de transformação de um prédio em ruínas em bem patrimonial protegido pelo Estado passou por um processo de ativação patrimonial, iniciado na década de 1980 pelo Projeto Jaguar da UFPel até culminar no projeto do Centro de Interpretação do Pampa (CIP), o qual foi concebido e desenvolvido em uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Jaguarão e a UNIPAMPA, com a anuência do IPHAN. Esse projeto visa à construção de um museu com a temática do bioma pampa, que ocultaria a memória da comunidade em relação à antiga Enfermaria Militar, que se transformaria em apenas um vestígio do passado, uma relíquia. Grandes recursos foram alocados oriundos de verba pública federal para a consecução do projeto, e a contrapartida caberia ao poder público municipal, que viabilizaria a melhoria das condições de infraestrutura do entorno da antiga enfermaria, por se tratar de um bairro periférico e uma das regiões mais carentes da cidade.

A intenção deste artigo foi a de discutir os elementos que perpassam essa política patrimonial aplicada pelo Estado brasileiro, que investe grandes somas de recursos em bens patrimoniais sem levar em consideração o seu entorno, que no caso analisado constitui-se de uma população historicamente marginalizada pelo poder público. Embora em outras áreas de investimento de recursos públicos a população tenha conquistado mais participação, como os orçamentos participativos, na área patrimonial ainda persiste uma visão

elitista de como deve ser gerido o patrimônio, sujeito ao regramento e à conceituação dos técnicos dos órgãos de preservação, os quais impõem suas concepções através de uma presumida autoridade científica.

No caso apresentado neste artigo, foi possível observar que a implantação dessa política patrimonial vinda de cima para baixo não é mais possível sem considerar os avanços dos métodos participativos de uma sociedade democrática contemporânea. A aludida participação popular se torna essencial no que tange à aplicação de recursos públicos em bens patrimoniais, que são em sua essência um legado da comunidade e fator de identificação e memória desta.

Enfim, o que se colocou neste artigo foi a discussão de elementos para que se possa refletir sobre uma nova política patrimonial alicerçada na participação democrática e no gerenciamento compartilhado dos bens que são constitutivos da sociedade. Assim, atualizar esse debate é imprescindível para a construção das novas políticas patrimoniais no início do século XXI.

REFERÊNCIAS

A FOLHA. Jaguarão, mar. 1987, p. 3.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *IBGE cidades*. 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?cod-mun=431100&search=rio-grande-do-sul|jaguarao>. Acesso em: 2 jul. 2013.

_____. Câmara dos Deputados. *Legislação sobre patrimônio cultural*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4844>. Acesso em: 2 jul. 2015.

BRASIL ARQUITETURA. *Concepção museológica do Centro de Interpretação do Pampa*. São Paulo: Escritório Brasil Arquitetura, 2010.

COSTA, Heloísa Helena Fernandes da. Culturas urbanas: identidades e diversidades. POSSAMAI, Zita; ORTIZ, Vitor. *Cidade e memória na globalização*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

DEBRET, Jean Baptiste? *Villa d'Espirito Santo del Serrito*. 1816. Aquarela. Cópia. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

DIÁRIO POPULAR. Iphan anuncia tombamento de centro histórico. *Revista Expressa Extensão*, Pelotas, v. 19, n. 1, 2014, p. 127-134. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?id=1-icia=31597>. Acesso em: 2 jul. 2015.

FOTOGRAFIAS antigas de Jaguarão. Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. [19?].

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão: (1790-1833)*. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

_____. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LEITE, Rogério Proença. *Contrausos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2. ed. Campinas; Aracaju: UNICAMP; UFS, 2007.

MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2001.

NUNES, Valdo Dutra; GARCIA, Jorge Arismendi. *Projeto Jaguar*. Jaguarão, 1983.

OLIVEIRA, Ana Lúcia; SEIBT, Maurício. *Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão*. Jaguarão, 1992.

PRATS, L. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1998.

SOUZA SOARES, Eduardo Alvarez; FRANCO, Sérgio da Costa (org.). *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

VARINE, Hughes de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

ZORZI, Mariciana. *De quem é a cidade heroica? Trajetórias da preservação do patrimônio cultural, atratividade turística e participação social em Jaguarão, Rio Grande do Sul (1982- 2011)*. 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

MEMÓRIA OPERÁRIA, RECONFIGURAÇÕES PRODUTIVAS E NOVOS USOS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO VALE DO AVE¹

MARIANA REI

[...] los procesos económicos siempre suceden en algún lugar; de este modo, estudiar el modo como estos procesos se espacializan y contribuyen decisivamente a la producción del espacio posee un enorme potencial heurístico para las ciencias sociales en su intención de analizar la tensión global/local (FRANQUESA, 2007, p. 127).

Num artigo de 2010, Jaume Franquesa denota como a dimensão económica do património, designadamente o seu papel nos processos de acumulação de capital, é frequentemente negligenciada pelos antropólogos, centrados sobretudo no seu carácter cultural e identitário (2010, p. 40). Apesar de, tendencialmente, os discursos e processos de patrimonialização se revestirem de uma aparência economicamente desinteressada, o antropólogo catalão sustenta como estes desempenham, naverdade, um papel central na produção de valor que enforma o próprio objeto patrimonial. Tal é notório pela forma como, nas últimas décadas, a inflação patrimonial – para recorrer ao

¹ Este texto apresenta-se em sua forma original, escrito em português de Portugal.

termo de Françoise Choay (1992) – tem sido acompanhada com uma forte expansão dos processos de mercantilização (FRANQUESA, 2010, p. 54).

Neste sentido, Franquesa propõe no referido artigo um conjunto de ferramentas teóricas que ajudem a pensar esta relação entre património e mercado. Segundo o antropólogo, a categoria de património revela-se desadequada a este propósito, pelo seu carácter essencializador, ocultando o processo mediante o qual o objeto patrimonial adquire valor. Apoiando-se na tradição da antropologia económica – designadamente em Annette Weiner (*Inalienable Possessions. The paradox of keeping-while-giving* 1992) e Maurice Godelier (*L'énigme du don* 1996), que estudam a questão da posse em sociedades de reciprocidade não económica –, propõe guardar como categoria analítica alternativa, uma questão que desenvolve posteriormente (FRANQUESA, 2013) de forma articulada com o contexto de Palma, na ilha de Maiorca (Espanha).

A inter-relação entre os processos económicos e os de patrimonialização constitui-se como o ponto de partida do estudo que informa este artigo, desenvolvido a partir de um fenómeno de proliferação recente em Portugal – as fábricas criativas (REI, 2016a). Conforme nota Franquesa na citação que dá o mote a este artigo, os processos económicos sempre decorrem nalgum lugar (2007, p. 127), constituindo-se a regeneração urbana como uma das suas manifestações mais visíveis. Partindo da requalificação de antigas unidades industriais com significativo valor patrimonial e forte implantação na memória coletiva da região, as fábricas criativas – isto é, a requalificação de antigos espaços industriais em espaços de indústrias criativas – têm como princípio transformar anteriores marcos de desenvolvimento económico em polos de inovação de referência, através da instalação de incubadoras de indústrias criativas. Assentes na desvalorização e revalorização cíclica de espaços, estes projetos constituem-se, neste sentido, como mecanismos de criação de novas oportunidades de mais-valia, num processo de destruição criativa (SCHUMPETER, 1961 [1943]) que acompanha as crises cíclicas do capitalismo e constitui a base do seu sistema de acumulação (FRANQUESA, 2007, p. 128).

Pela forma como materializam localmente e ao longo do tempo fenómenos globais e abstratos como são os processos económicos, as fábricas

criativas assumem-se, neste sentido, como um dispositivo epistemológico importante na sua análise, constituindo-se como autênticos lugares “de fronteira” – ou liminaridade, recorrendo à reformulação por Victor Turner (1967) do termo cunhado por Arnold van Gennep em *Les rites de passage*, em 1909.

Uma etnografia de fábricas criativas: tema, problema, objeto

Partindo de uma etnografia das duas vidas que estas fábricas criativas condensam, procurou-se neste estudo olhar para as atuais transformações no mundo do trabalho, suas mudanças e continuidades, no quadro de uma reestruturação produtiva à escala global a que temos vindo a assistir particularmente desde a década de 1980. Em contexto europeu, este novo modelo de produção – assente num sistema de subcontratação “em cascata” (APPAY, 2005) e na flexibilização laboral, por substituição da velha fábrica vertical fordista – tem-se traduzido numa estetização da economia e do trabalho, onde os discursos e práticas em torno da criatividade assumem crescentemente um papel central.

Enunciados não por quem trabalha nas áreas criativas, mas por gestores, políticos ou programadores culturais, e portanto sob uma aura idealista que passa para a esfera pública, os discursos nos quais assentam estes espaços, neste quadro, distintos da produção criativa efetiva. Considerando a visão romantizada que subsiste na esfera pública relativamente à realidade do trabalho criativo, definiu-se como problemática central deste trabalho a análise das atuais reconfigurações produtivas à luz da figura do artista, questionando até que ponto este se assume como modelo ideal de trabalho perante o sistema económico vigente.

Tendo em vista a constituição de um objeto de estudo, foquei-me especificamente no caso de requalificação recente de uma antiga e emblemática fábrica têxtil algodoeira localizada no Vale do Ave, na periferia do Porto (Portugal). Embora em contexto europeu os exemplos sejam múltiplos e o fenómeno adquira já um carácter histórico, este tem vindo a alastrar desde a década de 1970 a partir do centro progressivamente para

os países periféricos, tendoproliferadoem Portugal particularmente desde 2012, a norte do país e por recurso a programas de financiamento europeus.

Entre Antropologia e História: questões de teoria e métodos

Em *L'expérience concentrationnaire*, obra ligada à emergência da história oral, Michael Pollak (1990) refere como o recurso ao método biográfico nas ciências sociais se pode revelar particularmente profícuo para o estudo de mudanças sociais e económicas acentuadas, designadamente pela forma como permitem atentar à totalidade da vida da pessoa, e portanto um olhar a montante e a jusante – mais abrangente – da temática em estudo. A história oral permite, por outro lado, estender a pesquisa à base da escala social (*ibid.* p. 197), uma questão particularmente relevante num estudo que se debruça sobre *memórias fracas* (TRAVERSO, 2005).

Propus-me, neste sentido, estabelecer uma etnografia das *duas vidas* que estas fábricas encerram, têxtil e criativa, a partir das histórias de vida laborais das pessoas que lhes dão corpo. O estudo assentou na realização de entrevistas semiestruturadas a 31 pessoas, 19 no caso da *primeira vida* (a antigos operários, mas também empregados de escritório ou da cantina, com idades compreendidas entre os 60 e 76 anos de idade), e 12 na *segunda* (designers ou gestores selecionados para integrar a incubadora criativa da fábrica, com idades entre os 23 e 43 anos), seguindo a técnica de “bola de neve”, num total de 38 entrevistas áudio e 12 em formato vídeo.

Tendo em vista a análise comparativa e histórica que se pretendia da problemática em estudo, o recurso ao método histórias de vida foi articulado com o trabalho de arquivo, encarado neste contexto, na linha seguida por Sónia Almeida, como um autêntico terreno antropológico (2007, p. 55). Esta fase abarcou o trabalho com arquivos tanto de carácter privado (mediante a recolha de fotografias, vídeos e objetos relevantes junto de antigos trabalhadores), como empresarial (no arquivo da fábrica, particularmente as fichas mecanográficas dos trabalhadores, folhas de salários e regulamento interno da fábrica) e público (consulta de legislação

de época). Esta complementaridade de métodos aplicou-se particularmente no caso da *primeira vida*, por se tratar de um tempo longo, tendo-se revelado central na compreensão da realidade da fábrica à época.

Embora cruzando ferramentas da Antropologia e da História, este estudo situa-se no domínio da Antropologia, dado que se centra não na reconstituição factual do passado – num tempo mais ou menos longo –, mas nas representações sobre ele pelo universo de entrevistados, portanto no domínio da memória. A utilização de excertos de histórias de vida assume-se, neste contexto, não como prova mas enquanto ilustração.²

O passado é sempre uma construção social, pelo que a rememoração se constitui sempre a partir de elaborações discursivas situadas no presente, moldada pelas preocupações e aspirações de cada época. Como afirmou Maurice Halbwachs, “everything seems to indicate that the past is not preserved, but is reconstructed on the basis of the present” (1994 [1925], p. viii). É, então, a partir deste presente etnográfico, correspondente ao período que decorreu o trabalho de campo que informa este projeto (entre dezembro de 2013 e maio de 2014), que se poderá entender esta rememoração. Em maio de 2014, a incubadora criativa da *Grande Fábrica*, já requalificada, ainda não tinha aberto, enfrentando os entrevistados desta *segunda vida*, por esta altura, um longo compasso de espera. Sendo que a *primeira vida* já havia terminado, com o encerramento da fábrica em 1990, no início da primeira vaga de desindustrialização da região e do país, e a *segunda* ainda não tinha começado, as entrevistas decorreram por isso sempre fora do espaço da fábrica.

Recorro aqui aos termos *primeira* e *segunda vida* para distinguir entre as *duas vidas* da fábrica, partindo da proposta de Barbara Kirshenblatt-Gimblet (1998), embora não me reportando ao processo de patrimonialização em si, fora do âmbito deste trabalho, mas para distinguir entre as

² Na linha dos trabalhos de Paula Godinho (1998, p. 42) e Sónia Vespeira de Almeida (2009, p. 50) sobre a realidade portuguesa. Conforme refere Paula Godinho (1998, p. 42), a formulação do recurso a fragmentos de história de vida enquanto ilustração, e não como prova, é tratada por Daniel Bertaux (1986, p. 21-34).

suas duas fases. Considere-se, a este respeito, que embora possamos falar de *duas vidas* no que respeita à fábrica, o mesmo não se aplica no caso dos entrevistados, uma vez que, ainda que operários e criativosnunca se cruzem no decurso do trabalho de campo e pertençam a gerações diferentes, estes são contemporâneos.

Industrialização no Vale do Ave: do têxtil à moda

Desde cedo que as características geográficas, demográficas e socioeconómicas do Vale do Ave se mostraram propícias à produção têxtil na região. Num contexto profundamente rural marcado pela tradição domiciliária do linho e pela proximidade ao rio, bem como aos principais centros urbanos a norte do país, a indústria têxtil encontra neste território as condições mais atrativas para se instalar. A abundância de energia hidráulica, terreno e mão de obra a baixo custo ditaram, em meados do século XIX, a deslocalização da indústria têxtil do Porto para a periferia, naquele que ainda hoje se constitui como o principal centro de produção têxtil do país. Pela numerosa força de trabalho que empregava e os extensivos lucros advindos do algodão das colónias, a indústria têxtil algodoeira constituiu-se então como um dos setores mais importantes no país.

Embora crucial na criação de uma cultura de trabalho têxtil, nem por isso a tradição domiciliária do linho contribuiu para a construção de uma cultura industrial. Numa região marcada pela pluriatividade – que se divide entre o trabalho na indústria e a agricultura de subsistência – e onde a consciência de classe terá ficado por construir³, a industrialização pautou-se sempre por um carácter difuso, monoespecializado, tardio e lento. A este facto não será alheia a condição geográfica e culturalmente periférica que sempre caracterizou a indústria têxtil, cuja extensão da cadeia produtiva e força de trabalho intensiva ditou a primeira divisão técnica e internacional do trabalho. Segundo Madalena Fonseca, a constituição do

³ Sobre este assunto, cf., por exemplo, Pereira (1997), Ingerson (1981) ou Alves (1999).

Vale do Ave como uma região industrial monoespecializada terá resultado precisamente deste movimento estratégico de internacionalização da produção por parte dos ingleses⁴, facto que marcou fortemente a dimensão e características da industrialização nesta região, designadamente ao nível da organização e controlo da produção (2001, p. 136-137).

É neste contexto que é fundada, no final do século XIX, a *Grande Fábrica*⁵, integrando a primeira vaga de industrialização do Vale do Ave. A sua constituição segue a tendência, corrente à época, de inclusão de engenheiros e técnicos ingleses e franceses nas suas estruturas diretivas, para colmatar o conhecimento técnico industrial na altura inexistente em Portugal. Constitui-se como uma unidade vertical ou completa, integrando todo o processo produtivo necessário à transformação do algodão em fio e em tecido. Assenta numa força de trabalho intensiva⁶, especializada e desqualificada⁷, e apresenta uma forte divisão etária, de género e técnica – uma hierarquia extensa, com papéis de execução e controlo marcados. Centrada na produção de fios e tecidos em massa, acabou por encerrar quase um século depois, no início de uma profunda desindustrialização da região e do país.

A desindustrialização e consequente terciarização económica trouxeram ao Vale do Ave a urbanização do território. A viragem do milénio marca, na localidade em estudo, o início de um longo processo de regeneração urbana e de tentativa por parte do município de aproximação da cidade ao rio, centrado numa parte significativa deste vasto complexo

⁴ De acordo com a autora, este movimento de internacionalização da indústria têxtil pelos ingleses surgiu por resposta à resistência empreendida pelo movimento operário inglês organizado à introdução de novas tecnologias (2001, p. 137). O mesmo motivo originou, mais tarde, a deslocalização da indústria têxtil do Porto para o Vale do Ave, na sua periferia (cf. MÓNICA, 1986).

⁵ Por forma a garantir o seu anonimato, todos os nomes de entrevistados, de pessoas ou locais mencionados nas entrevistas, bem como da própria fábrica foram alterados ou ocultados.

⁶ Numa folha de salários da fábrica de 1960 contam-se 1008 trabalhadores (F.S. nº 2637 de 6 de abril de 1960).

⁷ Aplicam-se aqui os termos «qualificado» e «especializado» respetivamente no sentido da formação do trabalhador e da divisão por tarefa da cadeia de montagem. Por inerência, quando mais específica a tarefa mais repetitiva e menor a qualificação necessária à sua realização e respetivos salários, e tanto maior a produtividade do trabalhador, por via da redução de operações diferentes, e a sua alienação.

fabril. Progressivamente requalificada através de sucessivas candidaturas a programas de financiamento europeus, a fábrica vai acompanhando a evolução das tendências europeias ao nível das políticas culturais e de regeneração urbana – da cultural, à tecnológica e, finalmente, à criativa.

Na origem desta “viragem criativa” – e económica – nos usos do património industrial estão as designadas *indústrias criativas*, um termo político associado à promoção do talento individual e à exploração da propriedade intelectual, com origem num outro, o de *indústria cultural*, introduzido por Adorno e Horkheimer na década de 1940 precisamente no sentido oposto ao atual, para criticar a massificação da arte provocada pela Revolução industrial (1985 [1947]). O termo foi popularizado na década de 1990 pelo governo de Tony Blair, no quadro da designada *terceira via*, surgindo como forma de abrir caminho ao privado, o que se reflete nesta transição do foco na cultura (vista enquanto arte, associada aos setores tradicionais como a dança ou as artes plásticas) à criatividade (já associada à inovação, com um forte pendor económico, a partir de áreas como o design ou o cinema).

Resultado do cruzamento das designadas *indústrias criativas* com o conceito de património industrial, surge hoje uma nova tendência ao nível das políticas de requalificação urbana: as *fábricas criativas*. Em Portugal, a Lx Factory, fundada em 2008 por iniciativa privada, foi um caso pioneiro. Desde 2012, o fenómeno tem proliferado particularmente a norte do país, por iniciativa privada e recurso a programas de financiamento europeus. A *Grande Fábrica*, na sua *segunda vida*, integra este movimento, no âmbito do *Cluster de Indústrias Criativas na Região do Norte* e financiado pelo Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2). Entre outras valências, este espaço viria a integrar, no ano seguinte, uma incubadora criativa direcionada para a área do design e da moda, no qual se centra a análise relativa à *segunda vida* deste espaço.

Nos projetos selecionados para integrar este espaço, o modelo corresponde à *empresa flexível* (CE 1997). Direcionadas sobretudo para a área da moda e turismo, externalizam recorrentemente o processo produtivo mediante um sistema de subcontratação «em cascata» (APPAY, 2005).

A força-de-trabalho, qualificada e tendencialmente não especializada, encontra-se por isso fortemente atomizada – com cada marca ou empresa a ser constituída por 1 a 3 pessoas, entre designers e gestores –, desempenhando papéis híbridos e sem uma hierarquia vinculada, sendo recorrente a figura do designer-gestor ou do patrão-trabalhador. Por fim, os espaços de trabalho são por norma flutuantes, invisíveis e de baixo custo, sendo recorrente o recurso à esfera doméstica.

Primeira vida, segunda vida: operários e artistas

Passados mais de 25 anos, o encerramento da *Grande Fábrica* constitui-se ainda hoje como um episódio traumático na história de vida de quantos lá trabalharam. “O que vou dizer, que me roubaram? Foi por isso que nunca mais lá pus os pés”⁸, “Eles que paguem o que me devem”.⁹ Um(a), após outro(a), após outro(a). *Off the record*, e excetuando os primeiros entrevistados, a primeira reação era quase sempre a mesma: revolta. Desde logo pelas indemnizações que lhes eram devidas – enquanto credores da fábrica, a par da segurança social e do banco –, a uma grande parte por décadas de casa:

Na altura, quando aquilo fechou, ficaram-me a dever – isto falando em contos ainda – à volta de 2500 contos, que nessa altura era muito. Ainda hoje é. Recebi cerca de 200 contos, não recebi mais. Portanto, ficou lá muito dinheiro meu e de muitos colegas meus. [...] E custa-me até a entrar lá dentro. E quando entro, entro muito revoltado, por não me pagarem aquilo que me ficaram a dever (Operário nos armazéns de revista e expedição, empregado na secção de venda ao público e chefe da secção de revista após o 25 de abril de 1974).¹⁰

⁸ Entrevista 6 – parte 1 (21.01.2014, registo do caderno de campo).

⁹ Entrevista 4 – parte 1 (07.12.2013).

¹⁰ Entrevista 11 (12.02.2014).

Para além da revolta, outros fatores apontam para que possamos estar perante um cenário de memórias traumáticas. Note-se como boa parte dos antigos trabalhadores manifestam relutância ou mesmo recusa em entrar no espaço da fábrica – “Há ainda gente que não tem coragem de entra”¹¹, é referido recorrentemente. Ou como, por vezes, o primeiro contacto com antigos trabalhadores era marcado pelo silenciamento, desconfiança ou relutância em falar, sobretudo por parte da população feminina, embora os dados não permitam estabelecer qualquer relação causal direta a este nível. Todos estes fatores, de revolta ou silenciamento, apontam para uma memória coletiva ainda muito viva ao nível local, e que ainda vai sendo ativada:

Gostei de ir lá, mas fiquei... A gente vê aquilo tudo desfeito, aquilo é uma doença. As partes que estão recuperadas a gente até acha que está bem, porque sempre dá aqui outro ambiente. Mas faz tristeza. Quem viu aquilo e quem vê, faz tristeza. Aqueles campos, eram todos fabricados, aquilo tudo. Agora está tudo a monte. Nunca se via um portão podre, agora está aquele portão ali todo podre. [...] Lembro-me das pessoas, velhoticas, a correr por aí abaixo, chinelicos apeados [...]. Eu fui lá quando eles fizeram ali uma festica agora há pouco tempo [...]. Foi aí. E depois acho que nunca mais lá fui (Operária da fiação).¹²

Esta questão torna-se particularmente relevante se notarmos como a rememoração reporta, sobretudo, ao período do Estado Novo, regime ditatorial que vigorou em Portugal desde 1933 até à Revolução de 25 de Abril de 1974.¹³ Uma questão muito referida nas entrevistas diz, por isso, respeito à forte disciplina da fábrica neste período, de forma articulada com um marcado

¹¹ Entrevista 1 – parte 2 (02-12-2013).

¹² Entrevista 3 – parte 1 (06.12.2013).

¹³ Embora a maioria dos entrevistados da *primeira vida* tenham permanecido na fábrica até à data de falência ou próximo (13 de 19), todos ingressaram pela primeira vez antes do 25 de abril de 1974 (8 entre 1952 e 1959, e 11 entre 1960 e 1973), pelo que os testemunhos se reportam sobretudo ao período do Estado Novo.

sentimento de injustiça relativamente à aplicação de castigos. Por norma, o castigo implicava ficar sem trabalhar por período incerto, e portanto sem salário, algo bastante relevante se considerarmos as condições de miséria em que vivia grande parte da população durante o Estado Novo. Contudo, era o ato de “pedir ao portão”, para retomar o trabalho após o castigo, que era visto como humilhação máxima, pela forma como tornava o castigo público perante todos. Esta não era, porém, a única estratégia usada para disciplinar do operariado, conforme nota uma antiga operária da fiação:

E depois era aquele castigo, ‘Não vens trabalhar sem falar comigo’. A gente ia lá um dia, ia dois, ia três, mas tínhamos que ir todos os dias, estar ali encostadas ao portão. Para mim é escravatura. Dava o castigo, ‘São 3, 4, 5 ou 6 [dias]’. Era escravatura. [...] [E depois] Era de tal ordem um carrasco, porque mesmo a fazer mal aos trabalhadores, mesmo a castigá-los, nós tínhamos que passar e dizer-lhe boa noite. Isso para mim era como quem me cortasse o pescoço (Operária da fiação, delegada sindical após o 25 de abril de 1974).¹⁴

Outra questão muito marcada na memória local, e que potencia a revolta sentida, diz respeito à manutenção, segundo os testemunhos, de determinadas atividades ilícitas na fábrica por parte de quadros intermédios e superiores, como desvios de dinheiro e géneros ou a manutenção de relações sexuais com operárias.¹⁵ Por um lado, a falência da fábrica e posterior falha no pagamento das devidas indemnizações é cobrada historicamente aos desvios de dinheiro e géneros. Por outro, a injustiça sentida na aplicação de muitos dos castigos é atribuída, entre outros motivos, ao favoritismo que a manutenção de tais atividades ilícitas gerava. Este sentimento de injustiça

¹⁴ Entrevista 16 (13.03.2014).

¹⁵ Note-se que, em vários testemunhos, é reforçado repetidamente que a manutenção de tais atividades ilícitas, bem como a forte disciplina na fábrica, era prática corrente em todas as fábricas da região no período do Estado Novo, e não apenas naquela.

recaía sobretudo nos intermediários (mestres e encarregados), que, por terem acesso a informação privilegiada, desempenham um papel central nestes esquemas de patrocínio. Os intermediários eram, por norma, pessoas da classe operária interessadas em ascender socialmente, e portanto ideais para a função de controlo. Na memória oral local são designados, por isso, também de “capatazes”, “maiorais”, “jaguços”, “bufos”, “lacaio” ou “lambe-botas”.

– *Os chefes eram sempre os filhos do Fulano. Esse é que era o encarregado. E o que sabia era o funcionário normal. [...] Os encarregados, quem eram os encarregados de afinadores? Era tudo ou primos, ou filhos. Tudo o que fosse descendente dos maiorais.*

– *E sabe porquê? Eu vou-lhe dizer o motivo. O Grande Patrão, havia muita coisa em comum, segredos em comum. Era o serralheiro, fazia bancas na serralharia, mandava para a quinta para sítio x [...]. E depois tinha o chefe dos carpinteiros, pronto. Depois esse gajo fazia tudo o que queriam, porque havia um passarinho escondido debaixo da bota (Operário da tinturaria, branqueação e acabamentos, e pintor-secção de trolhas).¹⁶*

Na compreensão desta questão é fundamental atentar à condição das mulheres na fábrica à época. Embora em número superior na esfera produtiva¹⁷, estas constituíam-se como o elemento mais vulnerável lá dentro, sobretudo no que concerne aos castigos e a conseguir trabalho na fábrica, para si ou para os filhos. O ato de “pedir [trabalho] ao portão” servia, segundo alguns dos testemunhos orais, não só para tornar o castigo público, mas também como meio de chantagem sexual sobre as operárias. O mesmo sucedia quando as raparigas, entrando para a fábrica muito novas, queriam casar e iam pedir aumento de salário:

¹⁶ Entrevista 8 (07.02.2014).

¹⁷ Na folha de salários de 1960, diretamente na linha de montagem (excluindo os cargos superiores e de manutenção, exclusivamente masculinos) apenas 37% num total de 708 trabalhadores são homens (F.S. n.º 2637 de 6 de abril de 1960). Incluem-se, entre estes, os trabalhadores do turno da noite, vedado, segundo o despacho vigente à época, a mulheres e menores (Despacho de 1 de agosto de 1955, “Trabalho nocturno de menores e mulheres”, *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Providência*, n.º 18/1955).

Calhava, por exemplo, elas estarem a brincar. Porque naquela altura ainda se brincava um bocado. E depois também não dava gosto o trabalho, as pessoas trabalhavam de chicote. [...] Eles o que é que faziam, castigavam-nas 'Ficas 3 dias de castigo, ou ficas 8, ou um mês'. Ou, 'Ficas de castigo até segunda ordem'. E elas tinham que ir lá para a porta todos os dias pedir que as tornassem a meter. E então eles aproveitavam-se disso. [...] Estavam na totalidade dominadas pelo emprego. Porque em casa levavam porrada, porque aquele dinheiro fazia falta (Operária da fiação, delegada sindical após o 25 de abril de 1974).¹⁸

Num cenário de forte dominação associada ao têxtil e de marcada estratificação social – em que a família, e não a classe, se assume como unidade base de produção –, os esquemas de patrocínio são a forma recorrentemente encontrada para ultrapassar as dificuldades e procurar ascender socialmente. O recurso a estes esquemas de favores implica, contudo, uma quebra do sistema de valores, originando uma dependência moral que se reproduz ao longo de toda a hierarquia da fábrica, abrindo caminho à aplicação injusta de castigos ou à manutenção de atividades ilícitas na fábrica. Esta é uma questão que permanece ainda hoje muito viva na memória coletiva local, refletindo-se, nas entrevistas, no recurso recorrente a expressões como “emprenhar pelos ouvidos”, “é a escovice” ou “crescer na vida com o mal dos outros”.

Se na *primeira vida*, a primeira reação à minha abordagem era de revolta, na segunda foi de expectativa perante o impasse na abertura da incubadora, o que acabou por não se verificar no período que decorreu o meu trabalho de campo. Este atraso e impasse é particularmente sentido naquela que era considerada efetivamente a grande vantagem do espaço e que justificaria a sua deslocação lá – o apoio técnico à prototipagem e produção:

Eu acredito que aquilo vá produzir, mas na altura em que precisei ainda não estavam aptos, não sei se era pouca quantidade.

¹⁸ Entrevista 17 – parte 2 (17.03.2014).

[...] Eu queria, no fundo, esse apoio de produção. Ter apoio da confeção, ter apoio das máquinas, ter apoio de modelismo. Tudo aquilo que me disseram que aquela fábrica iria ter (Designer).¹⁹

A dificuldade na produção de pequenas coleções foi uma das questões mais abordadas ao longo das entrevistas, tendo sido esta a principal motivação na candidatura à incubadora. “Eu costumo dizer à minha irmã, a gozar, ‘As pessoas querem é fazer cuecas’, porque é muito rápido”, refere uma das designers entrevistadas²⁰, em tom irónico, a propósito do longo e penoso processo de bater às portas que antecede a produção de cada coleção.

Apesar da hibridização de papéis que encontramos nesta *segunda vida* e do reduzido número de pessoas destas micro empresas, uma questão também abordada diz respeito à tensão latente entre a necessidade de autonomia criativa dos designers, e o foco economicista do gestor. “Ele está a criar, ele está a tentar fazer as coisas bonitas; eu deste lado estou a tentar fazer dinheiro”, refere um dos entrevistados, gestor.²¹ Notório é ainda o facto de, nos casos de empresas unipessoais, a pessoa em questão ser sempre designer, que acumula a função de gestor, já o contrário não acontece.

Estas duas questões refletem um certo paradoxo implicado no termo *indústrias criativas*. Por um lado, este é discursado na base da autonomia. Numa das entrevistas, uma jovem designer refere como lhe “[...] agrada a ideia de, lá está, não ter horário, mas ao mesmo sabendo que tenho que trabalhar o dia inteiro”.²² Por outro, apesar desta autonomia assentar numa lógica de micro empresas – quase de um trabalhador, uma empresa –, estas inserem-se num sistema de concentração económica que funciona numa lógica de grande escala, o que representa dificuldades acrescidas na prossecução destes projetos. Esta questão torna-se particularmente visível

¹⁹ Entrevista 24 – parte 1 (02.04.2014).

²⁰ Entrevista 25 – parte 1 (02.04.2014).

²¹ Entrevista 28 (24.04.2014).

²² Entrevista 25 – parte 1 (02.04.2014).

não só pela enorme dificuldade que estas marcas enfrentam na produção de pequenas quantidades, como também na inadequação dos programas de financiamento, inclusive de empreendedorismo, à realidade destas microempresas, questões que contrariam a visão romantizada que subsiste na esfera pública relativamente à realidade do trabalho criativo. Conforme nota um dos entrevistados, “[...] no meio disto tudo criou-se a ideia que os criadores são como aqueles indianos que vivem do sol”.²³

Reconfigurações produtivas e sustentabilidade das fábricas criativas

Da análise das *duas vidas* da fábrica desenvolvida neste estudo, aqui apresentada apenas em traços gerais, concluiu-se, num primeiro plano, que as principais mudanças se situam no plano da organização. Ao nível da estrutura organizacional dá-se um salto de escala, com a passagem de empresas de dimensão média e interdependentes, a megacorporações que passam a controlar e ditar elas próprias o mercado, assentes numa rede imensa de microempresas, segundo um esquema de subcontratação que acompanha toda a cadeia produtiva. A força de trabalho atomiza-se e passa de uma gestão rígida ao modelo flexível, e o produto deixa de se enquadrar na produção em massa, direccionando-se para a moda e o turismo. Já as continuidades se situam essencialmente ao nível do indivíduo, sendo transversal às *duas vidas* da fábrica a sobreposição da esfera económica (ou laboral), à pessoal (ou familiar) do trabalhador. Este facto é visível, por exemplo, na forma como em ambas as vidas a rede de contactos se revela fundamental no ultrapassar de dificuldades, ou no recurso recorrente ao espaço doméstico para fins laborais.

Num segundo nível, verifica-se como a figura do artista se assume efetivamente como expressão máxima das transformações laborais atuais, oposta às representações contestatárias ou subversivas do romantismo,

²³ Entrevista 21 – parte 1 (25.03.2014).

que o situavam num plano oposto ao do trabalho. A precarização laboral estende-se desta forma também ao trabalho qualificado. Pelas características intrínsecas à sua atividade, o trabalhador criativo torna-se facilmente confundível com uma microempresa, pela sua flexibilidade, autonomia e propensão ao risco. Contudo, os discursos em torno das *indústrias criativas* não revelam, por um lado a profunda insegurança laboral implicada no trabalho criativo e, por outro, as enormes dificuldades por que passam estas microempresas, sobretudo numa fase inicial. Assistimos, então, a uma estetização e empresarialização do trabalho, mediante a transposição do estatuto associado às figuras do artista e do patrão na forma do *empreendedor criativo*, e o seu aproveitamento em termos de autonomia intelectual e financeira, respetivamente. Os próprios espaços destas *fábricas criativas* refletem este cruzamento dos domínios empresarial e artístico, entre um espaço que foi produtivo e o imaginário artístico associado ao *loft*.²⁴

Relativamente às *fábricas criativas*, da análise do caso em estudo de forma articulada com outro caso recente norte de Portugal (SILVA; REI, 2014), foi possível concluir o profundo impacto dos programas de financiamento europeu na reprodução de modelos uniformizadores e desgarrados do local em que se inserem, o que se reflete nestes espaços numa desarticulação múltipla à escala local entre o tecido produtivo, os trabalhadores criativos, a população, e os municípios. As *fábricas criativas* assumem-se, em suma, como espaços de consumo ligados à gestão cultural, sendo fortemente dependentes de um tecido produtivo pré-existente e de fundos públicos. Enunciado não por quem trabalha nas áreas criativas, mas por gestores, políticos ou programadores culturais, e portanto sob uma aura idealista que passa para a esfera pública, o termo *indústrias criativas*, no qual assentam estes espaços, é, neste quadro, distinto da produção criativa efetiva. Encontram-se ainda profundamente desenraizadas do local em que se inserem e desarticuladas das necessidades da sua população,

²⁴ Os dois primeiros níveis das conclusões deste estudo foram apresentados de forma mais aprofundada num artigo recente (REI, 2015).

que não reconhece benefícios neste tipo de projetos, algo que se agrava se considerarmos como os financiamentos europeus nos quais assentam hipotecam os orçamentos municipais, não só devido à comparticipação local implicada na requalificação do edificado, mas também pelos custos de manutenção, que não são abrangidos pelos fundos comunitários de apoio.

Perante estas fragilidades, importa questionar até que ponto estes novos usos económicos do património são sustentáveis a médio e longo prazo, e qual o impacto das políticas culturais e programas de financiamento europeu à escala local, designadamente por comparação com outros casos, desenvolvidos a partir de cima e de baixo, em contexto nacional e, sobretudo, internacional, onde são inúmeros os exemplos com vários anos de implementação. Este foi um trabalho que já iniciei, num outro momento (*no prelo*-b REI, 2016b), com um primeiro olhar para outros formatos a partir de fábricas apropriadas a partir de baixo em Portugal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; Max HORKHEIMER. *A dialéctica do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 1985

ALMEIDA, Sónia Vespeira. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva. *Arquivos da Memória*, 2 (nova série), 2007, pp. 47-65.

CAMPONESES, Cultura e Revolução. *Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*. Lisboa: IELT-Colibri, 2009.

ALVES, Jorge Fernandes. *Fiar e Tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.

APPAY, Béatrice. *La dictature du succès: leparadoxe de l'autonomie contrôle et de lapré carisation*, Paris: L'Harmattan, 2005.

BERTAUX, Daniel. Fonction diverses des récits de vie dans le processus de recherche. In: DESMARAIS, Danielle; GRELL, Paul. (dir.). *Les récits de vie*, Montreal: Ed. St. Martin, 1986.

CE-Comissão Europeia. *Livro Verde: Parceria para uma Nova Organização do Trabalho*, Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1997.

CHOAY, Françoise. *L'allegorie du patrimoine*, Paris: Seuil, 1992.

FONSECA, Madalena. *A indústria têxtil algodoeira no norte de Portugal*. (Dissertação de Doutoramento). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

FRANQUESA, Jaume. Vaciar y llenar, o la lógica espacial de la neoliberalización. *Reis-Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 118 (07), 2007, pp.123–150.

_____. Una aproximación al patrimonio desde la antropología económica: la patrimonialización como *guardar*. In: NAROTZKY, Susana, Joan FRIGOLÉ & Camila DEL MÁRMOL (eds.), *Los lindes del patrimonio: consumo y valores del pasado*, Barcelona: Icaria editorial, 2010.

_____. On Keeping and Selling: The Political Economy of Heritage-Making in Contemporary Spain. In: *Current Anthropology*, 54(3), 2013, pp. 346–369.

GODELIER, Maurice. *L'énigme du don*. Paris: Fayard, 1996.

GODINHO, Paula, *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*. (Dissertação de Doutoramento em Antropologia). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994.

INGERSON, Alice. Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão. In: *Análise Social*, XVII (67-68), 1981, pp. 863-884.

KIRSHENBLAT-GIMBLET, Barbara. *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley: University of California Press, 1998.

MÓNICA, Maria Filomena. *Operários fabris: os tecelões do algodão Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

PEREIRA, Virgílio Borges. (Dis). Posições sociais num campo determinado pela indústria: classes e relações de classe numa freguesia industrializada do Vale do Ave. In: *Sociologia*, 7, 1997, pp. 53–127.

POLLAK, Michael. *L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Éditions Métailié, 1990.

REI, Mariana. Do operário ao artista como trabalhador. In: *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), II Série, n.º 106, Agosto de 2015.

_____. Do operário ao artista como trabalhador. Uma etnografia em contexto industrial no Vale do Ave. In: *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), Deriva, 2016a.

_____. Segundas vidas: fábricas requalificadas e fábricas apropriadas. Contributos para uma abordagem comparativa. In: *Livro de Atas do Colóquio Internacional Espaços e Redes de Sociabilidade e Participação. Cultura e Política no Associativismo Contemporâneo*, Lisboa, 9 a 11 de abril de 2015, IHC-Instituto de História Contemporânea (FCSH-UNL), 2016b.

SILVA, Mariana; REI, Mariana. Do têxtil à moda e da indústria do ferro à indústria da criatividade: fábricas criativas e novos usos do património industrial», In: *Encontro Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva*, Lisboa: FCSH-UNL, 2014.

TRAVERSO, Enzo. *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Paris: La Fabrique Editions, 2005.

TURNER, Victor W. *The Ritual Process: Structure and AntiStructure*. Ithaca/New York: Cornell University Press, 1977.

WEINER, Annette B. *Inalienable Possessions. The paradox of keeping-while-giving*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre dos Santos Villas Bôas é historiador da Universidade Federal do Pampa e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – 2014), bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG – 2011) e licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL – 2006). Tem experiência na área de História, com ênfase em Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, educação patrimonial e planejamento urbano.

Eduardo Roberto Jordão Knack é pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS – 2016), mestre (2007) e licenciado (2005) em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Pesquisa relações entre urbanização, modernização e patrimônio cultural. Temas de interesse: cidades, comemorações, memória, patrimônio e imaginário.

Francisca Ferreira Michelin é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS – 2001) e mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – 1993). Fez estágio no Arquivo Fotográfico da Câmara de Lisboa (2009) em conservação de fotografia. É professora associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) desde 1992. Orienta alunos em pesquisa nos níveis de graduação e pós-graduação e tem experiência com os seguintes temas: fotografia, patrimônio cultural, memória social, gestão de acervos, conservação de fotografias, história da fotografia e acessibilidade em museus.

João Baía é doutorando em Migrações na especialidade em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, mestre em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e licenciado em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É membro da Red Ibero Americana Resistencia y Memoria (RIARM), investigador do projecto internacional “Cooperación transfronteriza y (des)fronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa (CSO2012-34677)”, investigador associado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Maria Alice Samara é pós-doutoranda da Fundação para a Ciência e Tecnologia, doutora em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal (2011), mestre em História do século XX, pelo curso de Mestrado de História dos séculos XIX e XX, secção do século XX, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2001) e licenciada em História. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira é professora associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Atua como docente e pesquisadora na área de Patrimônio, principalmente nos seguintes temas: patrimônio industrial, patrimônio imaterial, políticas públicas de patrimônio, memória e museus. É docente no Programa de Pós-Graduação (mestrado/doutorado) em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPeL. Coordena, pelo lado brasileiro, o projeto de cooperação com o Laboratoire d'Anthropologie et de Psychologie Cognitives et Sociales, da Universidade de Nice, França, participando de projeto de investigação internacional sobre o Colostrum, financiado pela ANR (Agence Nationale de la Recherche) e coordenado pelo antropólogo Joel Candau.

Mariana Rei é doutoranda em Antropologia (FCSH-UNL) e investigadora integrada no Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA), mestre em Antropologia – especialização em Culturas Visuais (FCSH-UNL) (2015) e licenciada em Design pela Universidade de Aveiro (2006). Desenvolve trabalho no domínio da memória do trabalho em contextos (des)industrializados, articulando ferramentas metodológicas da antropologia e da história com as culturas visuais.

Miguel Cardina é doutor, com uma tese intitulada *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974*, à qual foi atribuído o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2011) e o Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa (2013). É investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), onde integra o Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP), e investigador associado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Série História

A Série História visa à difusão dos mais recentes estudos que congregam diferentes abordagens do conhecimento histórico.

Trata-se de um meio de propagação de pesquisas que contribuem com o desenvolvimento do saber histórico nacional e internacional, promovendo a circulação de obras cujos autores se propõem a (re)interpretar os mais variados temas e estabelecer novos horizontes aos saberes ligados às Ciências Humanas.

Leandro Pereira Gonçalves
Editor

TÍTULO	AUTOR	Ano	Nº	Edição
A REVOLUÇÃO DOS MARAGATOS: 1893-1895	MOACYR FLORES	1993	1	1ª
NEGROS E INDÍOS	MOACYR FLORES	1994	2	1ª
FATOS E MITOS DO ANTIGO EGITO	MARGARET MARCHIORI BAKOS	2014	3	3ª
PORTO ALEGRE: URBANIZAÇÃO E MODERNIDADE	CHARLES MONTEIRO	1995	4	1ª
O NEGRO NA DRAMATURGIA BRASILEIRA (1838-1888)	MOACYR FLORES	1995	5	1ª
ALEMÃES NA GUERRA DOS FARRAPOS	HILDA AGNES HUBNER FLORES	2008	6	2ª
MULHER: A MORAL E O IMAGINÁRIO	CLARISSE ISMÉRIO	1995	7	1ª
DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DO BRASIL	MOACYR FLORES	2008	8	4ª
ARTE ARGENTINA: TRADIÇÃO E MODERNIDADE	MARIA LUCIA BASTOS KERN	1996	9	1ª
CEPAL: UMA PERSPECTIVA SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO	JACQUELINE HAFFNER	1996	10	1ª
PORTO ALEGRE E SEUS ETERNOS INTENDENTES	MARGARET MARCHIORI BAKOS	2013	11	2ª
FACES DA LIBERDADE, MÁSCARAS DO CATIVEIRO	PAULO ROBERTO STAUDT MOREIRA	1996	12	1ª
IMAGENS DO GAÚCHO	DAYS LANGE ALBECHÉ	1996	13	1ª
GETÚLIO VARGAS: A CONSTRUÇÃO DE UM MITO	LUCIANO ARONNE DE ABREU	1996	14	1ª
DO IMPÉRIO DAS LEIS ÀS GRADES DA CIDADE	MOZART LINHARES DA SILVA	1997	15	1ª
ARGENTINA X BRASIL	HELDER GORDIM DA SILVEIRA	1997	16	1ª
REDUÇÕES JESUÍTICAS DOS GUARANIS	MOACYR FLORES	1997	17	1ª
CAMPONÊS, TERRA E POBREZA	EARLE DINIZ MACARTHY MOREIRA	1998	18	1ª
ENSAIOS BABILÔNICOS	EMANUEL BOUZON	1998	19	1ª

TÍTULO	AUTOR	Ano	Nº	Edição
III JORNADA DE ESTUDOS DO ORIENTE ANTIGO	KATIA M. POZER	1998	20	1ª
DARIO DE BITENCOURT (1901-1974)	MARIA JOSÉ LANZIOTTI BARRERAS	1998	21	1ª
PACTO ABC: PERON-VARGAS-IBANEZ	PAULO RENAN DE ALMEIDA	1998	22	1ª
BANALIZAÇÃO DA MORTE NA CIDADE CALADA: A HESPAÑHOLA EM PORTO ALEGRE, 1918	JANETE SILVEIRA ABRÃO	2009	23	2ª
MODERNIDADE E URBANIZAÇÃO NO BRASIL	MARIA REGINA DO NASCIMENTO	1998	24	1ª
A CIDADE COLONIAL NO BRASIL	LUIZ RICARDO MICHAELSEN CENTUR	1999	25	1ª
DON PEDRO I DE BRASIL, POSIBLE REY DE ESPANA	BRAZ A. BRANCATO	2014	26	1ª reimpressão
DEUSES, MÚMIAS E ZIGURATTS	CIRO FLAMARION CARDOSO	1999	27	1ª
URBANISMO NO RIO GRANDE DO SUL	LUIZ FERNANDO ROHDEN	1999	28	1ª
IMPRENSA: POLÍTICA E CIDADANIA	ANDRÉA SANHUDO TORRES	1999	29	1ª
RIVALIDADES E SOLIDARIDADES NO MOVIMENTO OPERÁRIO	ISABEL BILHÃO	1999	30	1ª
A IDENTIDADE INACABADA NO RIO GRANDE DO SUL	NEWTON LUIS GARCIA CARNEIRO	2000	31	1ª
ALDEAMENTOS KAINGANG NO RIO GRANDE DO SUL	MARISA SCHNEIDER NONNENMACHER	2000	32	1ª
A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	RICARDO ANTONIO SILVA SEITENFU	2000	33	1ª
PARAGUAI: A CONSOLIDAÇÃO DA DITADURA DE STROESSNER	CERES MORAES	2000	34	1ª
SOCIEDADES IBERO-AMERICANAS	ARNO ALVAREZ KERN	2000	35	1ª
VELHOS INTEGRALISTAS	CARLA LUCIANA SILVA	2000	36	1ª
HERESIA, CRUZADA E INQUISIÇÃO NA FRANÇA MEDIEVAL	JOSÉ RIVAIR MACEDO	2000	37	1ª
MUNDO GRECO-ROMANO	MOACYR FLORES	2005	38	2ª
O INTEGRALISMO NO PÓS-GUERRA	GILBERTO GRASSI CALIL	2001	39	1ª
O FASCISMO E OS IMIGRANTES ITALIANOS NO BRASIL	JOÃO FÁBIO BERTONHA	2001 2017	40	1ª 2ª
ONDA VERMELHA	CARLA LUCIANA SILVA	2001	41	1ª
GAÚCHOS EM RORAIMA	CARLA MONTEIRO DE SOUZA	2001	42	1ª
DIZEM QUE FOI FEITIÇO: AS PRÁTICAS DA CURA NO SUL DO BRASIL	NIKELEN ACOSTA WITTER	2001	43	1ª
CENSURA NO REGIME MILITAR E MILITARIZAÇÃO DAS ARTES	ALEXANDRE AYUB STEPHANOU	2001	44	1ª
CINEMA, IMPRENSA E SOCIEDADE EM PORTO ALEGRE (1896-1930)	FÁBIO AUGUSTO STEYER	2001	45	1ª
QUANDO A ORDEM É SEGURANÇA E O PROGRESSO É DESENVOLVIMENTO (1964 - 1974)	GILVAN VEIGA DOCKHORN	2002	46	1ª
ESTATUÁRIOS, CATOLICISMO E GAUCHISMO	ARNOLDO WALTER DOBERSTEIN	2002	47	1ª
A IMAGEM DO TERCEIRO REICH NA REVISTA DO GLOBO (1933-1945)	MATEUS DALMÁZ	2002	48	1ª
A CEPAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA (1950-1961)	DORIVALDO POLLETO	2002	49	1ª
O AVIADOR E O CARROCEIRO: POLÍTICA, ETNIA E RELIGIÃO NO RS	RENÉ GERTZ	2002	50	1ª

TÍTULO	AUTOR	Ano	Nº	Edição
PESQUISA E HISTÓRIA	JANETE SILVEIRA ABRÃO	2007	51	1ª reimpressão
UM RIO PARA O EL DORADO	KLAUS HILBERT	2005	52	1ª
CONSPIRAÇÃO CONTRA O ESTADO NOVO	ADRIANA IOP BELLINTANI	2002	53	1ª
REPÚBLICA RIO-GRANDENSE: REALIDADE E UTOPIA	MOACYR FLORES	2002	54	1ª
IDADES DA HISTÓRIA	MARCO ANTÔNIO LOPES	2009	55	1ª
TUPÍ OR NOT TUPÍ: NAÇÃO E NACIONALIDADE EM JOSÉ DE ALENCAR E OSWALD DE ANDRADE	ÉDER SILVEIRA	2009	56	1ª
PARA COMPREENDER O SÉCULO XXI	CARLOS ANTONIO AGUIRRE ROJAS	2010	57	1ª
ROUSSEAU FRENTE AO LEGADO DE MONTESQUIEU: HISTÓRIA E TEORIA POLÍTICA NO SÉCULO DAS LUZES (CH 58)	RENATO MOSCATELI	2010	58	1ª
POVO E POLÍTICA - A CONSTRUÇÃO DE UMA REPÚBLICA	HILDA SABATO	2012	59	1ª
HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA: DAS CULTURAS PRÉ-COLOMBIANAS ATÉ O PRESENTE	STEFAN RINKE	2012	60	1ª
DE VARGAS AOS MILITARES: AUTORITARISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	LUCIANO ARONNE DE ABREU	2014	61	1ª
FESTAS CHILENAS	JURANDIR MALERBA	2014	62	1ª
A CARNE, A GORDURA E OS OVOS: COLONIZAÇÃO, CAÇA E PESCA NA AMAZÔNIA	CHRISTIAN FAUSTO MORAES DOS SANTOS E MARLON MARCEL FIORI	2015	63	1ª
VIOLÊNCIA E SOCIEDADE EM DITADURAS IBERO-AMERICANAS NO SÉCULO XX- ARGENTINA, BRASIL, ESPANHA E PORTUGAL	JORGE MARCO, HELDER GORDIM DA SILVEIRA E JAIME VALIM MANSAN (ORGS.)	2015	64	1ª
POSITIVISMO AO ESTILO GAÚCHO A DITADURA DE JÚLIO DE CASTILHOS E SEU IMPACTO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO NO BRASIL DE GETÚLIO VARGAS	JENS R. HENTSCHE	2015	65	1ª
DIMENSÕES DO PODER HISTÓRIA, POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	MARÇAL DE MENEZES PAREDES, LUCIANO ARONNE DE ABREU, HELDER GORDIM DA SILVEIRA E LEANDRO PEREIRA GONÇALVES (ORGS.)	2015	66	1ª
GALEGOS NOS TRÓPICOS: INVISIBILIDADE E PRESENÇA DA IMIGRAÇÃO GALEGA NO RIO DE JANEIRO 1880-1930	ÉRICA SARMIENTO	2016	67	1
A REPÚBLICA REVISITADA: CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO REPUBLICANO BRASILEIRO	CLÁUDIA M. R. VISCARDI E JOSÉ ALMINO ALENCAR (ORGS.)	2016	68	1ª
RECONSTRUINDO O PASSADO: O PAPEL INSUBSTITUÍVEL DO ENSINO DA HISTÓRIA	TATYANA DE AMARAL MAIA, LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES E MIRIAM HERMETO SÁ MOTTA	2016	69	1ª
MISSÕES: UMA UTOPIA POLÍTICA	ARNO ALVAREZ KERN	2016	70	2ª
A GRANDE IMPRENSA "LIBERAL" CARIOCA E A POLÍTICA ECONÔMICA DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954): CONFLITO ENTRE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS	2016	71	1ª
O BIBLIOTECÁRIO PERFEITO: O HISTORIADOR RAMIZ GALVÃO NA BIBLIOTECA NACIONAL	ANA PAULA SAMPAIO CALDEIRA	2017	72	1ª

TÍTULO	AUTOR	Ano	Nº	Edição
CONSTRUTORES DO IMPÉRIO, DEFENSORES DA PROVÍNCIA: SÃO PAULO E MINAS GERAIS NA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL E DOS PODERES LOCAIS, 1823-1834	CARLOS EDUARDO FRANÇA DE OLIVEIRA	2017	73	1ª
RIO GRANDE DO SUL ONTEM E HOJE: UMA VISÃO HISTÓRICA	LUCIANO ARONNE DE ABREU	2018	74	1ª
TRANSIÇÕES À DEMOCRACIA EUROPA E AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XX	JAIME VALIM MANSAN, JAIME YAFFÉ, HELDER G. DA SILVEIRA	2017	75	1ª

<http://livrariaedipucrs.pucrs.br/>



EDITORA UNIVERSITÁRIA DA PUCRS – EDIPUCRS

A Editora Universitária da PUCRS já publicou mais de 1.500 obras impressas e mais de 250 livros digitais.

Siga a EDIPUCRS nas redes sociais, fique por dentro das novidades e participe de promoções e sorteios.



www.pucrs.br/edipucrs



www.facebook.com/edipucrs



www.twitter.com/edipucrs



www.instagram.com/edipucrs

Para receber as novidades no seu e-mail, cadastre-se pelo nosso *site* ou envie um *e-mail* diretamente para comunica.edipucrs@pucrs.br.

Acesse o *QR Code* abaixo e conheça os livros impressos, os *e-books* pagos/gratuitos, os periódicos científicos, os próximos lançamentos e os conteúdos exclusivos da EDIPUCRS.



Av. Ipiranga, 6.681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Telefone: (51) 3320-3523
E-mail: edipucrs@pucrs.br